



Universidade do estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de formação de Professores
Programa de Pós Graduação em História Social

Barbara Costa de Oliveira

**Representações sobre Palmares: Zumbi e Ganga Zumba na Historiografia
Brasileira.**

São Gonçalo
2018

Barbara Costa de Oliveira

Representações sobre Palmares: Zumbi e Ganga Zumba na Historiografia Brasileira.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidades e Representação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Daniela Buono Calainho

São Gonçalo

2018

OLIVEIRA. Barbara de.

Representações sobre Palmares: Zumbi e Ganga Zumba na Historiografia Brasileira. / Barbara Costa de Oliveira – São Gonçalo: 2018.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Buono Calainho

Dissertação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. Departamento de História, 2018.

1.Palmares 2. Historiografia 3. Zumbi 4.Ganga-Zumba

Barbara Costa de Oliveira

Representações sobre Palmares: Zumbi e Ganga Zumba na Historiografia Brasileira.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidades e Representação.

Aprovada em 21 de novembro de 2018.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Daniela Buono Calainho (orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dra. Crislayne Alfagali
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Célia C. da Silva Tavares
Faculdade de Educação - UERJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família que está sempre ao meu lado em todos os momentos importantes.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores pelas esclarecedoras aulas ministradas que favoreceram ao meu estímulo intelectual.

A minha orientadora Daniela Calainho, cujas dicas e apontamentos foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho que me instigaram a ir atrás de um sonho que estava adormecido, me incentivaram a cada etapa desse processo e torceram por mim principalmente na fase final do projeto.

Aos colegas do mestrado pelo apoio, pela torcida e pelos debates.

Aos meus pais Claudia Lima da Costa e Vanderlei Medeiros de Oliveira que vibram cada etapa conquistada como se fossem deles próprios.

A minha avó Sylea Medeiros de Oliveira e tia Anaíde Medeiros de Oliveira que acompanham felizes as realizações dos seus.

Ao meu marido e amigo Thiago Castro que me incentivou, cobrou e me deu todo o suporte emocional necessário, acreditando sempre na realização desta tarefa.

RESUMO

OLIVEIRA. Barbara Costa de. Representações sobre Palmares: Zumbi e Ganga-Zumba na historiografia brasileira Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise historiográfica das produções textuais e acadêmicas dos séculos XVII ao XXI a respeito do Quilombo de Palmares. São mobilizados diferentes autores comparando as informações que apresentam sobre o episódio e seus personagens, levando em consideração os contextos e vertentes interpretativas que orientam tais produções e deixam suas marcas na forma como representam o objeto sobre qual escrevem. A documentação do século XVII e XVIII analisadas consiste em fontes da administração colonial portuguesa e holandesa e crônicas, nas quais Palmares aparece enquanto um perigo eminente que assolava à população com guerras.

No século seguinte, a publicação das fontes documentais pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelos Institutos regionais foi importante para divulgação de dados a respeito de Palmares, principalmente no que se refere à morte de Zumbi, mas foram não determinantes para uma mudança na interpretação desse evento, tendo em vista que a teoria de suicídio desse personagem preconizada por Rocha Pitta só foi completamente afastada pelos estudos realizados no século XX. As vertentes culturalistas e marxistas dão nova roupagem às interpretações sobre Palmares, pois abandonam a visão pessimista a respeito desse episódio e passam a valoriza-lo e a seus personagens enquanto símbolos resistência cultural e resistência ao sistema escravista, respectivamente. Foram essas vertentes que também consagraram Zumbi enquanto herói, representando-o como aquele que não abandona a luta, principalmente no caso da vertente marxista. Por outro lado, a historiografia recente sobre Palmares dedica-se a analisa-lo sob a luz dos processos históricos do Império português, que podem estar relacionados e sem a pretensão da criação ou manutenção de seus personagens enquanto heróis.

Palavras-chave: Palmares, historiografia, Zumbi, Ganga-Zumba.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Barbara Costa de. *Representations about Palmares: Zumbi and Ganga-Zumba in Brazilian historiography* Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

This work aims to carry out a historiographical analysis of the textual and academic productions from the 17th to the 21st centuries regarding the Quilombo de Palmares. Different authors are mobilized comparing the information they present about the episode and its characters, taking into account the contexts and interpretive strands that guide such productions and leave their marks in the way they represent the object on which they write. The documentation of the 17th and 18th centuries analyzed consists of sources of Portuguese and Dutch colonial administration and chronicles, in which Palmares appears as an eminent danger that plagued the population with wars.

In the following century, the publication of documentary sources by the Brazilian Historical and Geographical Institute and by the regional institutes was important for the dissemination of data about Palmares, especially regarding of the death of Zumbi, but they were not determinant for a change in the interpretation of this event, considering that the suicide theory of this character recommended by Rocha Pitta was only completely removed by the studies carried out in the 20th century. The culturalist and Marxist aspects give new coverage to the interpretations on Palmares, since they abandon the pessimistic view about this episode and begin to value it and its characters as symbols of cultural resistance and resistance to the slavery system respectively. It was these strands that also establish Zumbi as a hero, representing him as one who does not abandon the fight, especially in the case of the Marxist strands. On the other side, the recent historiography about Palmares is dedicated to analyzing it under the light of the Portuguese Empire historical processes, which may be related and without the pretense of creating or maintaining its characters as heroes.

Keywords: Palmares, historiography, Zumbi, Ganga-Zumba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - Palmares através das fontes coloniais e de cronistas (séculos XVII – XVIII)	13
1.1 - Primeiras notícias	16
1.2 - Fontes Holandesas	17
1.3 - Fontes Portuguesas	26
1.4 - Cronistas do XVII e XVIII	33
CAPÍTULO 2 - Palmares nos séculos XIX e início do XX	43
2.1 – Palmares na visão dos autores estrangeiros, primeira metade do XIX	43
2.2 – Os impactos da construção da nacionalidade brasileira na representação de Palmares	52
2.3 – Outros autores do período	61
2.4 - O início do século XX – Raimundo Nina Rodrigues	65
CAPÍTULO 3 - Século XX e as vertentes culturalista e materialista marxista	76
3.1 – A vertente culturalista: Palmares, um Estado Africano	76
3.2 – A vertente materialista	90
CAPÍTULO 4 – A recente historiografia de Palmares	106
4.1 – Mocambos de Palmares, redes de sociabilidades e processos históricos no Império português	106
4.2 – Análises sobre os personagens de Palmares	113
4.3 – Possibilidades de um maior protagonismo de Ganga-Zumba	114
CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	125

Introdução

A comunidade de escravos fugidos que se formou no interior da capitania de Pernambuco, na Serra da Barriga, no século XVII se tornou um episódio célere da história brasileira e na historiografia desse país. Seus líderes são constantemente citados nos trabalhos sobre escravidão e resistência escrava, principalmente a partir do século XX e final deste quando trabalhos sobre esse assunto se tornaram mais frequentes. Contudo, em períodos anteriores mesmo não havendo o interesse sobre como os escravos lidavam com os rigores da escravidão Palmares e principalmente Zumbi já eram citados como algo digno de nota ou de alguma menção por parte do autor, mesmo que não fosse sua intenção prolongar-se nesse assunto.

Sua duração e a quantidade de habitantes que aglomerou são também sempre citados como algo impressionante, mesmo não havendo precisão nos dados apresentados que variam em torno de 16.000 a 30.000 indivíduos. O historiador Flávio Gomes aponta para o exagero dessas informações e estipula que na metade do XVII do quilombo alcançava entre seis e oito mil pessoas.¹ Resumidamente, entende-se que Palmares se estendeu por uma vasta área no interior da capitania de Pernambuco, com vários mocambos espalhados pela Serra da Barriga, onde se mesclou uma população de origens variadas, tendo em vista a presença tanto de centro-africanos (predominantemente), quanto de índios e brancos que viviam à margem da sociedade escravista. Estes indivíduos conseguiram organizar uma economia própria pautada na caça, na coleta de víveres da floresta e na agricultura de subsistência.

O excedente da produção era comercializado nas vilas próximas, possibilitando a formação de uma rede de sociabilidade, que além de fornecer armas e outros produtos não produzidos nos mocambos, transmitia informações quanto às investidas que a administração colonial organizava contra o quilombo, proporcionando aos quilombolas a chance de se antecipar ao ataque. Essa rede de sociabilidade também alcançava os engenhos e senzalas circunvizinhas aos mocambos, ocasionando o incentivo e auxílio a novas fugas de escravos.

Paralelamente a isso, os Palmaristas também promoviam assaltos às vilas e fazendas próximas causando instabilidade e medo nas populações que lhes eram circunvizinhas. Desta forma, tanto seu bom relacionamento quanto ataques alarmava as autoridades coloniais que a todo o momento buscava formas de destruir de uma vez por todas os mocambos dos Palmares. Inúmeras tentativas foram feitas, mas na medida em que os ataques eram feitas, os palmaristas abandonavam um sítio e ocupavam outro, ou então depois de um tempo

¹ GOMES. Flávio dos Santos. De Olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011. pp. 15-16.

retornavam ao local em que foram atacados. Somente em 1965, Palmares foi destruído pelas tropas paulistas de Domingos Jorge Velho.

As informações fornecidas por Flavio Gomes nos possibilita resumidamente ter uma noção do que foi Palmares, contudo é preciso salientar que este autor faz parte de uma historiografia da escravidão recente, proveniente de uma mudança teórica e metodológica que ocorreu no seio da história social, iniciada na década de 1970 e desenvolvida nas décadas seguintes. Essas mudanças advêm de uma crise das teorias mais gerais, como o marxismo, que deu lugar para questionamentos a respeito do papel da narrativa na produção histórica, avaliando-se até que ponto era necessário o historiador se afastar desta para tornar a produção de seu texto em produção científica, e se era realmente possível realizar esse afastamento, tendo em vista que a linguagem (e a linguagem narrativa) não é somente um meio de comunicação, mas um conjunto de códigos que permitiam tanto a compreensão do conhecimento, como também a forma pela qual se opera a produção deste.²

Esses questionamentos levaram também a reformulações acerca das noções de contexto, de escala espacial e temporal, de sujeitos históricos e de concepções acerca da própria narrativa. No que concerne aos sujeitos históricos, essas mudanças representam uma maior valorização de suas ações em meio aos contextos em que estão inseridos, avaliando os limites e discursos dos indivíduos em relação às imposições de sistemas normativos. Uma espécie de “reinvindicação de uma dimensão subjetiva” com foco na identidade dos sujeitos.³ Nesse cenário ganha destaque a história oral e os testemunhos como fonte histórica.⁴

No campo da história da escravidão isso representou a emergência de estudos que buscam analisar a agência dos escravos enquanto sujeitos históricos, pesquisando sobre suas estratégias no contexto de vida na escravidão, desta forma crescem os estudos sobre família escrava, sobre libertos e alforrias, sobre a participação de escravos e libertos nas irmandades religiosas e sobre cultura escrava pensada a partir do contexto da diáspora.⁵ As pesquisas

² REVEL, Jacques. História e historiografia: exercícios críticos. Curitiba: Ed. UFPR, 2010; AVELAR, Alexandre e GONÇALVES, Márcia. Giro Linguístico e Escrita da História nos séculos XX e XXI: Elementos para um debate. In: MEDEIROS, Bruno Franco; DE SOUZA, Francisco Gouvea; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Matheus H.F. Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015

³ AVELAR, A. e GONÇALVES, M. op. cit. pp. 69-70.

⁴ Sobre testemunho ver: POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

⁵ Ver: SLENES. Robert. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2011; RUSSELL-WOOD, A. J. R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005; PRICE. Richard; MINTZ, Sidney. O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas – Universidade Candido Mendes, 2003.

sobre quilombos em várias regiões das Américas se intensificaram e a resistência à escravidão passa ser analisada buscando apreender a sociabilidade dos escravos.

Nos Estados Unidos avançam as pesquisas que tinham como fontes as narrativas e testemunho de escravos e ex-escravos, contudo, no Brasil, a escassez desses relatos dificultou que a pesquisa histórica seguisse essa linha, fazendo com que os historiadores buscassem outros tipos de fontes que pudessem conter indícios da visão e opinião dos indivíduos que passaram pela experiência da escravidão, sendo utilizados por exemplo os registros policiais, nos quais constam os depoimentos das pessoas apreendidas pela polícia.⁶

No que tange à resistência escrava as análises mais recentes tendem a ultrapassar a dicotomia escravo passivo versus escravo que se rebela e senhor versus escravo, entendimento que foi característico da historiografia da década de 1960 encabeçada pela Escola Sociológica Paulista. Compreende-se que a resistência podia ser diária e variada, dependendo da reação do escravo a determinada circunstância, podendo ser desde pequenas ações que como sabotar equipamentos na produção do açúcar a ações mais extremas como matar o senhor ou fugir. Essas resistências diárias podiam também ser formas adotadas pelos escravos para negociar determinadas condições de vida com o senhor.⁷

A análise sobre as fugas também ganham nova perspectiva e Manolo Florentino e Marcia Amantino demonstram como as motivações para a fuga podiam ser também variadas e podiam estar fortemente ligadas a um momento de castigo considerado excessivo pelo escravo. Esses motivos variados provocam também tipos de fugas que podiam ser de caráter permanente, as *grands marronage* ou fugas-rompimento, ou de caráter temporários chamadas de as *petits marronage* ou fugas-reivindicativas.⁸ Segundo os autores, estas últimas seriam mais frequentes e se caracterizavam por evasões individuais, nas quais os escravos reivindicavam junto a seu senhor melhorias para si através da fuga, como o próprio nome sugere. Por sua vez, as fugas-rompimento, eram feitas em sua maioria por pequenos grupos de escravos, e por ter um caráter permanente, denota certo grau de planejamento, com definição do destino, e amparo logístico em redes de sociabilidade nos planteis e fora dele, que podem permanecer mesmo após a fuga.

No que concerne à Palmares, a historiografia recente segue a tendência de analisá-lo levando em consideração os processos históricos em ambos os lados do Atlântico e

⁶ SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001. p. 47. Exemplo de pesquisa que usa os códigos policiais para analisar a sociabilidade dos escravos ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Zungú: rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Op.cit.*

⁸ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, pp. 259-297.

correlacionando eventos em diferentes partes do Império Português, além do contexto econômico, político e social em que este se formou e existiu. Destacam-se as coletâneas *Liberdade por um fio* organizada por Flavio Gomes e João José Reis e a coletânea *Mocambos dos Palmares* também sob a organização de Flávio Gomes. Na primeira constam diferentes artigos sobre quilombos em diferentes partes do Brasil perfazendo um período do século XVII ao XIX. Este livro é um marco na retomada dos estudos sobre quilombos no Brasil sob novas perspectivas para além daquelas que consagradas nas décadas anteriores sob os auspícios das teorias marxistas e das lutas de classes, mas quais os quilombos eram entendido como símbolos da luta e da rebeldia escrava contra o senhor e o sistema escravista.

A segunda coletânea além de trazer artigos variados sobre Palmares também reúne grande número de fontes publicadas sobre o assunto. São essas fontes que utilizaremos na análise do capítulo 1 do presente trabalho, e referem-se a relatórios sobre a região, carta patentes, registros das entradas e investidas contra os mocambos, cartas patentes, petições de patentes e mercês para os que serviram nas guerras contra Palmares, cartas emitidas e recebidas pelos governadores da capitania de Pernambuco e Pareceres do Conselho Ultramarino. Consta também nesse capítulo os textos dos cronistas Brito Freyre, Loreto Couto e Sebastião Rocha Pita. Este último que consagrou a teoria de suicídio de Zumbi.

No capítulo 2 trataremos das obras publicadas no século XIX e início do XX, constando de registro de autores estrangeiros, que de maneira geral replicaram a narrativa de Rocha Pita, publicações do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e de autores como Varnhagem que se coadunava com o projeto deste instituto sobre a nação brasileira, que dando ênfase às características e heranças portuguesas, silenciavam eventos da história brasileira que guardassem relação com a história da população negra do país. E ainda outros autores do período, com destaque para Oliveira Martins e Nina Rodrigues, cuja construção analítica estava voltada para a noção de inferioridade da raça negra, fazendo com que o episódio de Palmares não fossem interpretados com bons olhos.

As produções analisadas no capítulo 3 trouxeram uma abordagem diferente sobre Palmares em questões teóricas, devido à influência da antropologia cultural em voga nos EUA. O precursor das interpretações sobre história do Brasil à luz dessas teorias foi Gilberto Freyre, contudo no que consiste a Palmares destaca-se os trabalhos de Arthur Ramos e Edison Carneiro autores da vertente culturalista de interpretação do quilombo, que salienta para a resistência cultural que Palmares representava. Nesse sentido, eles buscam reminiscências das culturas africanas nos mocambos, tentando descobrir as rupturas e continuidades destas.

As teorias marxistas de interpretação do quilombo ganharam vulto a partir da década de 1960, enxergavam em Palmares e em Zumbi a representação da luta de classes e dos escravos que se rebelam e se opõem ao sistema escravista. Destacam-se os trabalhos de Décio Freitas e Clóvis Moura. No capítulo 4 trataremos da historiografia recente sobre Palmares, da qual falamos acima, com destaque para as obras de Flávio Gomes e de como o quilombo tem sido interpretado à luz dos processos históricos do Império Português.

CAPÍTULO I

Palmares através das fontes coloniais e de cronistas (séculos XVII – XVIII)

O quilombo dos Palmares se tornou a comunidade de escravos fugidos mais conhecida da história do Brasil e possivelmente das Américas também. Essa “fama” pode ser atribuída à sua longa duração, ao seu tamanho e à quantidade de habitantes que teve, mas provavelmente se deve mesmo à sua presença na historiografia, pois enquanto as pesquisas sobre outros quilombos se intensificaram nas últimas décadas do século XX, Palmares vem sendo citado desde o XVII em documentos oficiais, em crônicas, em trabalhos como o de Rocha Pitta sobre a América Portuguesa e posteriormente em publicações de artigos do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e do Instituto do Ceará.

A inquietude gerada por Palmares impeliu à necessidade de comunicação entre as autoridades coloniais, que tiveram de lidar com uma presença indesejada em seus domínios, e cuja solução desejada demorou a ser atingida. Assim, foram sendo produzidos documentos sobre Palmares enquanto o quilombo crescia e se organizava, e principalmente no período de sua destruição, momento de maior interesse das autoridades coloniais e de maior interação com o quilombo, devido ao maior número de expedições realizadas. Essa documentação serviu de fonte para os escritos do XVIII e XIX, que se concentram em descrever as entradas das tropas aos Palmares e as estratégias de ataque e defesa nessa guerra. Posteriormente, alguns documentos foram publicados nas revistas dos Institutos acima citados, principalmente os de caráter português.

Os trabalhos que surgiram após o de Rocha Pitta tenderam a seguir seus passos, contudo, nas primeiras décadas do século XX trabalhos como de Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro revisitaram a documentação disponível lançando uma nova linha interpretativa, na qual foi dado destaque ao componente cultural do quilombo. A partir da segunda metade do XX, as pesquisas adotaram outra linha de interpretação, de cunho marxista que entendia Palmares enquanto luta contra o sistema escravista.

Recentemente, as pesquisas sobre Palmares tomaram novo fôlego a partir de trabalhos acadêmicos provenientes das universidades⁹, seguindo os passos da virada historiográfica da década de 1970, buscando entender as lógicas adotadas pelos escravos em suas adaptações no processo de diáspora. Assim, os trabalhos atuais sobre Palmares não buscam narrar a história

⁹ REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. Zumbi: historiografia e imagens. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Franca. 2004. p. 19.

desse episódio em sua totalidade, mas fazer aferições a partir de recortes temáticos, provavelmente em decorrência da nova forma analítica adotada, na qual Palmares é estudado a partir de recortes temáticos variados e diferentes metodologias, como o autor Richard Price que analisa o episódio comparando-o com suas pesquisas sobre os povos *Saramakas*, e Pedro Paulo Funari que participou de um projeto de pesquisa arqueológica na Serra da Barriga.¹⁰

Percebe-se que diversos pesquisadores se debruçaram sobre esse tema, analisando-o sob diferentes vertentes interpretativas e teóricas, com destaque para as últimas décadas do século XX, em que serviu de elemento de representatividade para movimentos sociais que buscavam um protagonismo negro.

No entanto, pouco se sabe ainda sobre as dinâmicas internas do quilombo, devido à escassez de fontes e a dificuldade em confrontá-las com outros tipos de relatos, a exemplo do que fez o antropólogo Richard Price na comunidade quilombola dos *Saramakas* na Guiana, comparando as fontes documentais da administração colonial com os depoimentos seus remanescentes. Desta forma, ele pôde perceber que algumas informações que não aparecem nos documentos foram estratégias adotadas pelos *Saramakas* em sua defesa, como por exemplo, os nomes de suas lideranças.¹¹

A despeito disso, os trabalhos até então produzidos sobre o assunto nos permitem saber que Palmares se desenvolveu ao longo do século XVII, estendendo-se por uma vasta área no interior da capitania de Pernambuco, com vários mocambos espalhados pela Serra da Barriga, onde se mesclou uma população de origens variadas, tendo em vista a presença tanto de centro-africanos (predominantemente), quanto de índios e brancos que viviam à margem da sociedade escravista. Estes indivíduos conseguiram organizar uma economia própria pautada na caça, na coleta de víveres da floresta e na agricultura de subsistência.

O excedente da produção era comercializado nas vilas próximas, possibilitando a formação de uma rede de sociabilidade, que além de fornecer armas e outros produtos não produzidos nos mocambos, transmitia informações quanto às investidas que a administração colonial organizava contra o quilombo, proporcionando aos quilombolas a chance de se antecipar ao ataque. Essa rede de sociabilidade também alcançava os engenhos e senzalas circunvizinhas aos mocambos, ocasionando o incentivo e auxílio a novas fugas de escravos.

¹⁰ PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. In: GOMES, Flávio & REIS, João José (org.). Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 52-59; FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. *Ibid.* pp. 26-51.

¹¹ PRICE. *Op. cit.* pp. 52-59.

Paralelamente a isso, os Palmaristas também promoviam assaltos às vilas e fazendas próximas causando instabilidade e medo nas populações que lhes eram circunvizinhas. Desta forma, tanto seu bom relacionamento quanto ataques alarmavam as autoridades coloniais que a todo o momento buscavam formas de destruir de uma vez por todas os mocambos dos Palmares. Inúmeras tentativas foram feitas, mas na medida em que os ataques eram feitos, os palmaristas abandonavam um sítio e ocupavam outro, ou então depois de um tempo retornavam ao local em que foram atacados. Somente em 1695 Palmares foi destruído pelas tropas paulistas de Domingos Jorge Velho.

A sua data de sua formação não é possível precisar, pois as atenções das autoridades coloniais só se voltaram para Palmares na medida em que este lhes foi causando algum transtorno, o que ocorreu somente com seu crescimento. Assim, a preocupação de portugueses e holandeses – estes últimos no período em que ocuparam o nordeste – e as trocas de informações e adoção de medidas administrativas e militares necessárias ao ataque à Palmares, proporcionou a produção de uma série de documentos sobre esse episódio que se estendem para depois de sua destruição, como dito acima. Dentre esses documentos, encontram-se cartas dos governadores das capitanias e de outras autoridades elaborando modos de conseguir destruir os mocambos, bandos, consultas, pareceres do Conselho Ultramarino, relatos de expedições de entradas aos Palmares, requerimento de mercês, sesmarias, soldos e patentes daqueles que acreditavam ter prestado um bom serviço a sua majestade nas entradas que fizeram.

Enfim, documentos de natureza militar e administrativa que auxiliam a perfazer um panorama de como a administração colonial e os colonos lidaram com a situação de Palmares, os meios que adotaram para alcançar o objetivo de destruí-lo, que dão indícios de como esta comunidade se organizava político, militar e economicamente, mas que sobretudo demonstram o que uma comunidade de escravos fugidos no interior das capitanias de Pernambuco e Alagoas e seus líderes representaram para os homens encarregados de promover a colonização das terras portuguesas nas Américas.

O impacto da ameaça de Palmares sobre o imaginário colonial fez com que alguns cronistas no XVIII e no XIX também voltassem sua atenção para esse episódio, deixando registradas suas impressões a respeito de Palmares. Nesse sentido, pretende-se nesse primeiro capítulo analisar como Palmares é representado nessas fontes e crônicas coloniais, utilizando-se principalmente do compilado de documentos publicados no livro *Mocambos de Palmares, história e fontes (séculos XVI-XIX)* e também nos escritos de Gaspar Barléus, Francisco Brito Freire, Loreto Couto e Sebastião Rocha Pita.

1.1 – Primeiras notícias

A primeira fonte da qual dispomos para este trabalho é a carta de Manuel Mascarenhas Homem, datada de 29 de junho de 1603, e aqui será utilizada como ponto de partida para análise dos documentos e escritos que se seguirão. No período indicado, o autor era capitão-mor da capitania de Pernambuco e escreve a carta ao rei de Portugal comunicando sobre as medidas tomadas pelo recente nomeado governador-geral do Estado Diogo Botelho. Dentre os assuntos abordados estão os reparos do forte de Recife; as visitas às fortalezas do Rio Grande e da Paraíba a fim de melhor prover suas defesas; o abastecimento de água em Olinda através de um desvio que o governador-geral mandou abrir no rio Beberibe; e o envio de auxílio à capitania de Porto Seguro que se encontrava oprimida pelo gentio aimoré, para qual enviou soldados, flecheiros e munições, vindos da capitania de Espírito Santo. No que tange a Palmares o capitão-mor afirma:

“E, outrossim, ordenou que se fizesse uma estrada pelo sertão dentro aos Palmares, onde estava cópia de negros alevantados de que os moradores desta capitania recebiam dano e opressão pelos muitos roubos e latrocínios que faziam e contínuos assaltos que davam: aquela jornada se fez sem despesa da fazenda de Sua Majestade e dela redundou serem os inimigos desbaratados com dano e perda de muita gente morta e cativa, com que esta capitania ficou livre por ora das insolências desses alevantados.”¹²

O primeiro relato do qual dispomos não faz menção alguma sobre a possível formação do quilombo e nem em qual momento isso teria acontecido, contudo, dá a impressão de que naquele momento não era muito grande, mas o suficiente para chamar atenção de Manuel Mascarenhas Homem, a ponto dele sentir necessidade de incluir um parágrafo sobre o assunto em sua carta ao rei. O foco do relato é a ordem de Diogo Botelho em organizar meios de adentrar o “sertão”¹³ onde os escravos fugidos se escondiam, e os problemas que estes causavam à capitania com seus assaltos e roubos, tema que viria a se repetir em vários documentos escritos posteriormente, tanto nos documentos oficiais quanto nos relatos de observadores.

¹² Carta de Manuel Mascarenhas Homem (1603). In: GOMES, Flávio. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. pp. 157-158.

¹³ O termo sertão é utilizado para designar a região do interior da capitania, sedo uma área provavelmente despovoada ou pouco povoada. Há também o entendimento de que algumas regiões vistas como sertão devido à dificuldade de transpô-las. CARVALHO, Marcus J.M. de, FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. *Palmares, a cabana, a “gente das matas”*. *Ibid.* pp. 133-134.

Em 1608, numa carta enviada ao rei, dom Diogo de Menezes já se salientava que em alguns engenhos constavam menos da metade dos negros, pois eram tantos os que fugiam e se metiam pelos matos, fazendo aldeias, que podiam crescer de maneira que custe muito trabalho desbaratá-los. Assim, salienta não ser necessário tanto “negro da guiné”¹⁴ no estado, pois os considerava o principal motivo da pobreza dos homens, justificando que estes gastavam tudo o que tinham na compra daqueles e, por fim, a maioria acabava fugindo.¹⁵ O medo que Diogo de Menezes tinha do quilombo crescer veio a se concretizar, e tem-se ciência disto a partir dos relatos holandeses que se seguiram após 1630, quando estes ocuparam a capitania de Pernambuco.

1.2 – Fontes Holandesas

Em relatório de 1643 sobre o “estado das Alagoas,”¹⁶ o assessor Jones van Walbeek e o diretor do distrito de Alagoas Henrique de Moucheron¹⁷ começam explicando a extensão do distrito das Alagoas, que segundo os autores abarcava a região que ia do rio Santo Antônio Grande, estendia-se ao longo do litoral para o sul até o rio São Miguel, e para o interior compreendia aquilo que tivesse sido povoado, salientando que não era costume no Brasil demarcar os limites e fronteiras para o lado o sertão. Preocupados com o povoamento do distrito eles fazem uma relação de quais são as terras ocupadas e quem são seus proprietários.

¹⁴ A utilização da expressão “negros da guiné” na documentação de 1608 se deve provavelmente ao fato de as primeiras levas do tráfico escravo para o Brasil serem oriundas de portos na África Ocidental e do tráfico centro-africano ter se intensificado apenas a partir de 1575. Percebe-se então, que na documentação dos anos seguintes aparecem a expressão “negros de Angola. Sobre o tráfico de escravos ver: MILLER, Joseph C. A África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: Diáspora Negra no Brasil / Linda M. Heywood (org.) São Paulo: Editora Contexto, 2008.

¹⁵ Carta para El-Rei sobre a arribada à baía do galeão de dom Constantino de Menezes que ia para a Índia; sobre as aldeias do gentio, sobre o serviço dos engenhos, etc. etc. (1608). *Ibid.* pp. 159-160.

¹⁶ Conforme descrito no relatório, esse distrito recebeu o nome de estado das Alagoas por possuir duas Alagoas ou lagoas, uma ao sul outra ao norte. Relatório sobre o estado das Alagoas apresentado pelo assessor Jones van Walbeek e por Henrique de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por Sua Excelência. E pelos nobres membros do Supremo Conselho (1643). *Ibid.* p. 160.

¹⁷ O governo das possessões holandeses no Brasil esteve a cargo de Maurício de Nassau que conduzia as funções executivas e militares, contudo fazia parte também da administração colonial o Conselho Supremo e Secreto, que era o órgão responsável pelo legislativo e judiciário. O governador também fazia parte desse Conselho, mas um não estava subordinado ao outro e vice-versa. Antes da vinda de Nassau foram nomeados três conselheiros para a administração da colônia que congregavam as funções acima citadas, contudo após a sua chegada que essa junta tornou-se o Supremo Conselho. Em 1640 Jones van Walbeek assumiu o cargo de assessor desse Conselho e Henrique de Moucheron o de fiscal. Mais tarde, Nassau deixou a cargo de Moucheron a administração e governo das províncias de Alagoas, Porto Calvo e São Francisco. BARLÉUS. Gaspar. História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil. Tradução e anotações de Claudio Brandão Rio e Janeiro: Serviços Gráficos do Ministério da Educação. pp. 212-276. Ver também: MATOS, Clarence José de. Os Holandeses no Brasil. Jaguariúna: Revista Intellectus. Ano VII, n. 17. p. 179. Disponível em: <<http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=183>> Acesso: 20 de out de 2018, às 16:22; Memória da Justiça Brasileira, Capítulo 16 de Olinda a Olanda. Disponível em <http://www.tj.ba.gov.br/publicacoes/mem_just/volume1/cap16.htm> Acesso: 20 de out de 2018, às 16:22.

Cumprindo tal intuito, informam que todas as terras que haviam sido doadas na lagoa do norte encontravam-se vagas e inteiramente incultas, pois seus moradores haviam se aliado aos inimigos na guerra, passando para o lado desses. Havia nesta região três engenhos, situados no rio Mundaú, contudo, não estavam em condições totais de funcionamento, pois o primeiro só tinha a casa de purgar, o segundo apenas a capela e ao terceiro não haviam condições de fazê-lo funcionar devido aos poucos escravos que nele restavam, mas que dentre os demais era o mais provável a voltar a moer. Nesse sentido, afirmam que:

“convindo muito que para a tranquilidade e segurança dos moradores das Alagoas contra os negros dos Palmares, Santo Amaro fosse de novo habitado pelos índios (pois Santo Amaro fica justamente na passagem), tiveram eles ordem de retirar-se de Mundaú e estabelecer ali a sua aldeia; mas por causa da sua fraqueza não ousaram residir em Santo Amaro, salvo se se mantiver ali constantemente uma força de trinta ou quarenta soldados.”¹⁸

No que concerne a lagoa do sul, nesta também havia três engenhos, no primeiro faltava a casa de moenda e a roda d'água, mas o dono estava serrando madeira se preparando para moer no ano seguinte, no segundo tinha provisão de canas mas a casa de moenda não estava completa e a casa de purgar não estava coberta, tendo que adiar a moagem também para o ano seguinte. Já o terceiro, o engenho São Miguel, estava deserto, pois seu dono o vendeu logo antes de juntar-se ao inimigo. Esta era a área, a da lagoa do sul era a região mais povoada do distrito, contudo, assim como a lagoa do norte, sofria com a presença dos “negros dos Palmares.”¹⁹

Desta forma, os autores informam que a toda a parte setentrional da lagoa do sul não estava povoada, estando talvez inteiramente inculta e deserta porque os poucos moradores que ficaram nessa região depois da guerra se mudaram para a parte sul, onde se estabeleceram por estarem mais seguros contra palmaristas, tendo em vista que havia no local uma guarnição holandesa.

Percebe-se então, que no texto escrito pelo assessor e o diretor do distrito em forma de relatório, os habitantes do quilombo dos Palmares aparecem como uma obstrução a tarefa de colonização, pois mesmo não sendo o motivo inicial para o abandono da região, como na lagoa do norte, causavam um ambiente de instabilidade, em que dificilmente se poderia estabelecer moradores na região sem que houvesse uma proteção de soldados. Mesmo assim, os dois autores não sugeriram nenhuma medida de ataque aos mocambos, apenas de defesa.

¹⁸ *Idem.* pp. 163-164.

¹⁹ *Idem.* p. 162.

O mesmo não se repetiria dois anos mais tarde, pois em 1645 é organizada uma expedição aos Palmares comandada pelo capitão João Blaer e da qual temos conhecimento através de seu diário. Neste documento são apresentados quatro Palmares – dois principais, o Velho e o Novo, e outros dois que foram criados e abandonados na medida em que a expedição avançava. Partindo de Salgados²⁰ no dia 26 de fevereiro, a comitiva passou por alguns rios, dentre os quais se destacam o rio São Miguel e o rio Paraíba, dos quais aproveitavam para se abastecerem de água, peixes e de caças, passou também por engenhos como, por exemplo, o engenho São Miguel, campos, pelo mato e montanhas na medida em que avançava para o interior.

Somente no dia dezoito do mês de março é que alcançaram o que chamaram de Velho Palmares, após atravessarem um monte que deram o nome de Outeiro de Mundéus ou monte das armadilhas, por haver neste várias armadilhas antigas para pegar caça. Ao chegarem ao Velho Palmares perceberam que este havia sido abandonado há cerca de três anos por ser um sítio insalubre e por ter morrido muitos de seus habitantes. Nesse momento o capitão já não acompanhava a expedição, pois havia ficado doente e teve que ser reconduzido de volta. O tenente Jürgens Reijmbach foi quem prosseguiu no comando das tropas.²¹

Mesmo assim, em seu diário é descrito que:

“este Palmares tinha meia milha de comprido e duas portas; a rua era da largura de uma braça, havendo no centro duas cisternas; um pátio onde tinha estado a casa do rei era presentemente um grande largo no qual o rei fazia exercício com sua gente; as portas destes Palmares eram cercadas por duas ordens de paliçadas ligadas por meio de travessões, mas estavam tão cheias de mato que a muito custo conseguimos abrir passagem.”²²

Apesar de o documento ser atribuído ao capitão Blaer, mesmo que ele não estivesse presente por toda a expedição, e tendo sido escrito provavelmente após o término desta, sua importância se traduz por ser o primeiro relato que descreve Palmares por dentro. Os homens de Blaer pisaram nas terras palmarinas, viram as plantações, se alimentaram do que havia sobrado delas, depois as queimaram, viram as construções, a casa que atribuíram ao rei, e também a destruíram.

²⁰ Edison Carneiro sugere se tratar do atual município de Pilar no estado de Alagoas. CARNEIRO, Edison. O quilombo dos Palmares. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2011. p. 60. Por sua vez, Felipe Damasceno acrescenta que provavelmente trata-se do rio Salgado, que desagua no rio Paraíba do Meio, próximo à lagoa Manguaba e a cidade de Pilar. DAMASCENO, Felipe. Conexões e travessias no Atlântico Sul: Palmares, Africanos e espaços coloniais numa abordagem comparada (século XVII). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 187.

²¹ Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares (1645). In: GOMES. *Op. cit.* p.167.

²² *Idem.* p. 169.

No dia seguinte, chegaram ao outro Palmares após caminharem meia milha, informando se tratar de “onde estiveram os quatro holandeses, com brasilienses e Tapuias, e o incendiaram em parte, pelo que os negros o abandonaram e mudaram o pouso para dali a sete ou oito milhas, onde construiu um novo Palmares, igual ao que precedentemente havia habitado.”²³ É possível que este trecho esteja se referindo a uma expedição de Rodolfo Baro, organizada em janeiro de 1644 e descrita por Gaspar Barléus.²⁴ Durante o dia 20 de março, dois dias depois que estiveram no Velho Palmares, é relatado que a cada meia hora de caminhada, eram encontrados mocambos feitos pelos negros quando deixaram o Velho Palmares pelo novo.

No dia 21 de março, os homens de Blaer chegaram ao Palmares (o grande), o qual descreve contendo uma porta ocidental dupla e cercada de duas ordens de paliçada, com grossas travessas entre ambas, e no interior da porta um fosso cheio de estrepes. No centro havia outra porta, ainda outra do lado alagadiço e uma dupla do lado leste. Igualmente ao Velho Palmares, este também tinha meia milha de comprimento, e a rua da largura de uma braça estendia-se de oeste para leste. Do lado norte ficava um grande alagadiço e ao sul foram derrubadas grandes árvores, o terreno que ficava atrás das casas estava cheio de estrepes e foram contadas ao todo 220 casas disposta em roda, e no meio destas uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho.²⁵

Foram encontradas poucas pessoas no local, e um dos capturados justificou informando que há cerca de cinco ou seis dias a maioria das pessoas estava nas plantações e armando “mundéus” (armadilhas) no mato, informando ainda, que o rei sabia da chegada da expedição, pois foi avisado de Alagoas. Desta forma, tomou providências, mandando erguer uma casa com roça para si a certa distância dali. Foi enviado um sargento com vinte homens com o intuito de prendê-lo, mas todos haviam fugido.

É dito ainda neste relato que “havia entre os habitantes toda sorte de artífices e seu rei os governava com severa justiça, não permitindo feiticeiros, entre a sua gente, e quando alguns negros fugiam, mandava-lhes crioulos no encaço e uma vez pegados, eram mortos, de sorte que entre eles reinava o temor, principalmente nos negros de Angola.”²⁶ Também estimaram cerca de 1.500 habitantes, tendo em vista que os capturados informaram haver 500 homens para além de crianças e mulheres. “Este era o Palmares Grande de que tanto se fala

²³ *Idem.* pp. 169-170.

²⁴ BARLÉUS. Gaspar. História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil. Tradução e anotações de Claudio Brandão Rio e Janeiro: Serviços Gráficos do Ministério da Educação. p. 323. Sobre o uso da expressão “negros de Angola ver nota 6.

²⁵ Diário de viagem do Capitão João Blaer. *In: Op. cit.* p. 170.

²⁶ *Idem.* p. 170.

no Brasil, a terra ali é muito própria ao plantio de toda sorte de cereais, pois é irrigada por muitos e belos riachos.”²⁷

A relevância deste documento já foi salientada anteriormente, contudo vale frisar que é através dos registros do diário de Blaer que é possível perceber a tática de defesa palmarina deste período, de abandonar o mocambo na medida em que a ameaça se aproximava, tendo é claro de antemão a notícia da investida. Também é neste documento em que aparece uma referência a liderança do quilombo, descrito pelos holandeses como rei que, segundo suas impressões a partir do que ouviram dos capturados provavelmente, governava com severa justiça. Vale ressaltar, que mesmo estes homens tendo estado dentro de Palmares, suas interpretações acerca do que viram e ouviram foram registradas a partir dos conceitos que possuíam, construídos num mundo de colonizadores europeus holandeses.

Isto é dito, não no sentido de generalizar qualquer uma dessas categorias, apenas para salientar que apesar do relato descrever Palmares por dentro, o faz a partir da ótica daqueles que tinham interesse em destruí-lo. Nesse sentido, é com certo cuidado que devemos ler a indicação de uma igreja no centro da roda de casas, pois a construção que viram, pode não ser nos moldes das igrejas coloniais, apenas interpretada como tal.

Em 1647 é publicada em Amsterdã *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo Conde de Nassau*, que como o título sugere, foi escrita com o intuito de exaltar as honras e glórias holandesas sob a administração de Maurício de Nassau, e nas palavras do autor Gaspar Barléus em sua dedicatória ele estava: “escrevendo uma história na qual nem serão esquecidos os feitos praticados, nem omitidos o autor deles.”²⁸ Foi o próprio Nassau que encomendou a feitura da obra a Barléus depois do seu retorno à Holanda em 1644, disponibilizando documentos e registros do período em que esteve no Brasil, tendo em vista que o próprio autor nunca esteve no Brasil, dentre os quais estão os mapas de George Marcgraf e as gravuras de Frans Post.

O trabalho de 424 páginas, no qual além do texto, se somam mapas, índice, notas e uma imagem de Nassau, faz um apanhado geral da situação holandesa em possessões na Ásia, Américas e África, falando do comércio, navegações e guerras, expondo suas razões e motivações para justificar sua legitimidade e o direito holandês em praticá-las. Nesse sentido, Barléus justifica a guerra contra os espanhóis: “insistindo o rei em recuperar o que perdeu, nós nos defendemos; usou de violência, nós o repelimos.” Acrescentando ainda:

²⁷ *Idem.* p. 171.

²⁸ BARLÉUS. *Op. cit.* p. IX.

“o direito desta guerra baseia-se todo nas leis pátrias e nos forais régios. Violados eles, esta República de tantos séculos, a exemplo de nossos maiores que tomaram armas contra os romanos, depôs o rei e declarou-lhe guerra, tanto mais honrosamente quanto parecia não só legítimo e necessário, mas também glorioso defender a Pátria, a liberdade, a vida e afazenda dos cidadãos.”²⁹

Assim, Barléus descreve uma guerra doméstica, iniciada nas terras holandesas a fim de enfrentar o despotismo do rei e de seus representantes, mas que se transformou em uma guerra dupla, externa e ultramarina, na medida em que os holandeses buscavam fortalecer seus negócios marítimos e em terras coloniais.

Felipe II enviou aos Países Baixos o Duque de Alba para conter as tensões sociais que aumentavam contra o governo dos Habsburgos, liderada inicialmente por Guilherme de Orange e posteriormente pelos príncipes de Orange Maurício e Felipe Henrique, que conforme o autor foram os responsáveis por levar a guerra aos mares a outras possessões tanto no oriente quanto ocidente.

Antes de entrar no assunto título da obra, Barléus se preocupa em informar ao leitor sobre a situação do Brasil encontrada pelos holandeses, descrevendo os limites e fronteiras do período, as teorias de como os primeiros homens chegaram ao continente, fala também sobre os primeiros descobridores, sobre a colônia portuguesa, a sede de sua administração e as capitânicas, sobre os costumes e línguas dos indígenas, sobre a alimentação, moradia e a interação dos gentios com os europeus.³⁰

No que concerne a Palmares, este foi inserido na narrativa a partir das preocupações de Nassau em relação às possíveis agitações na capitania de Pernambuco estimuladas por uma rebelião na ilha de São Tomé. Conforme explicita o autor, “essa audácia dos seus patrícios dava coragem aos portugueses do Brasil, e soltavam-se publicamente palavras violentas e sediciosas, de sorte que o Conde julgou necessário desarmar os turbulentos em todas as províncias.”³¹ Desta forma, Nassau enviou indivíduos de sua administração para determinadas regiões da capitania e determinadas vilas a fim de conter ânimos exaltados, além de buscar forma de destruir os Palmares, informando tratar-se de local “para onde se dirigia um aluvião de salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas, os quais eram dali mandados às Alagoas para infestarem as lavouras.”³²

²⁹ *Idem.* p. 2.

³⁰ *Idem.* pp. 22-26.

³¹ *Idem.* pp. 269-270.

³² *Idem.* p. 270.

O autor define Palmares como povoações e comunidades de negros, dividido entre os Palmares grandes e os Palmares pequenos, este último, margeado pela lagoa do norte, é descrito da seguinte forma:

“Estes são escondidos no meio das matas, às margens do rio Gungouí, afluente do célebre Paraíba. Distam de Alagoas vinte léguas e da Paraíba, para o norte, seis. Conforme se diz, contam seis mil habitantes; vivendo em choças numerosas, mas de construção ligeira, feitas de ramos e capim. Por trás dessas habitações há hortas e palmares.”³³

As informações apresentadas por Barléus possivelmente são decorrentes de uma expedição liderada por Bartomeu Lintz, que segundo o autor, viveu em Palmares conhecendo os lugares e o modo de vida de seus habitantes e depois os traiu servindo de chefe de uma expedição. Assim, é dado conta que no Palmares grandes habitavam 5.000 negros, morando em casas esparsas construídas por eles nas entradas das matas, para onde podiam fugir e se esconder em algum caso de necessidade. Este era localizado na raiz da serra Bahé a trinta léguas de Santo Amaro.

É informado que em Palmares a alimentação era pautada na produção de milho, feijões, batata doce, cana-de-açúcar, mandioca, e frutos das Palmeiras, além de peixes provenientes do rio ao norte das lagoas da capitania e da caça de animais silvestres, por não haver entre eles a criação de animais domésticos. Barléus informa ainda que, duas vezes por ano os palmaristas faziam a colheita do milho, dedicando os quatorze dias seguintes à colheita para o descanso.

Quanto à religião é descrito que imitam a religião dos portugueses, assim como seu modo de governar. Barléus aponta para o fato de que aqueles que espontaneamente quisessem ser recebidos na sociedade eram considerados livres, os que eram escravos seria alforriado desde que capturasse algum outro escravo levando-o ao quilombo. São descritos como cautelosos e desconfiados, sendo informado que distribuem vigias depois de passarem o dia caçando e retornarem para os mocambos, onde é dito que promovem uma dança que se prolonga até meia noite.

É informado ainda que, foi organizada uma expedição ao Palmares grande comandada por um morador da região chamado Magalhães que se realizaria no mês de setembro e, para a qual os holandeses calcularam suficiente para subjugar a população 300 soldados com mosquetes e espingardas, 100 mulatos e 700 índios com suas próprias armas. Eram também

³³ *Idem.* p. 270.

necessários machados, enxadas, bipes e facões para abrir e aplanar os caminhos, contudo a rebelião de São Tomé e preparativos para uma viagem ao Chile fez fracassar a expedição organizada pelo Conde e pelo Conselho.³⁴

A expedição que se concretizou foi a de Rodolfo Baro em 1644, citada anteriormente, que somando as suas forças mais cem tapuias devastou e saqueou os Palmares grandes, destruindo-o, como disseram, “a ferro e fogo”. É informado que na disputa foram mortos cem palamistas e trinta e um foram feitos prisioneiros, dentre os quais sete índios e alguns mulatos de menor idade. Acrescentando informações quanto à defesa dos Palmares é dito que:

“Defendiam-se estes salteadores com uma tranqueira dupla, dentro da qual cabiam mil famílias, além das cafuas dos solteiros. Em torno, estendiam-se canaviais, mas, exceção feita do grande número de galinhas, não se observava abundância de nenhuns outros animais. Nada lhes refreia a cobiça de presa, e resistem com uma alimentação escassa e simples, indiferentes, como os de Angola, a quaisquer alfaias e elegâncias.”³⁵

O trabalho de Barléus não cita o diário do capitão Blaer do qual tratamos anteriormente, é possível que ele não tenha tido acesso ao relato, tendo em vista que a documentação utilizada por ele lhe foi disponibilizada por Nassau e este retornou para a Holanda em 1644, um ano antes da expedição de Blaer.

Outro cronista holandês foi Joan Nieuhof. Ele viveu no nordeste do Brasil entre 1640 e 1649 a serviço da Companhia das Índias Ocidentais como agente comercial. Ao retornar a Holanda foi realocado a serviço da Companhia das Índias Orientais, fazendo diversas viagens à região e retornando algumas vezes ao seu país de origem. Nesses retornos, deixou em responsabilidade de seu irmão diversos documentos nos quais expunha suas expedições ao Brasil e ao Oriente, até que em 1672 desapareceu em Madagascar. Seu irmão com o intuito de tornar público esses relatos publicou em 1682 “*Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*”, obra que reunia apontamentos, relatos e desenhos angariados durante o período em que viveu no Brasil.³⁶

Segundo o autor da introdução da versão em português, José Honório Rodrigues, o destaque do relato de Nieuhof se dá ao fato de o mesmo ter aprendido português, o que, em sua opinião, dá à obra um alto índice de fidedignidade, considerando ainda não se tratar

³⁴ *Idem.* p. 271.

³⁵ *Idem.* p. 323.

³⁶ NIEUHOF. Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Tradução Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins. Disponível: <https://books.google.com.br/books/about/Memor%C3%A1vel_viagem_mar%C3%ADtima_e_terrestre.html?id=vOguAAAAIAAJ> Acesso em 07 fev. 2018. pp. IX-XX

apenas de uma obra sobre guerras, transações diplomáticas e seus autores, mas sim uma obra que permite analisar os aspectos sociais e culturais do contato entre os portugueses e holandeses.³⁷

O relato de Neihof começa pela viagem de travessia do Atlântico e as dificuldades encontradas no caminho, como tempestades e o enfrentamento de navios turco, até atracar na costa de Recife. Ele fala da extensão territorial do Brasil e sua divisão, do rio São Francisco e suas características, das seis capitanias sob comando dos holandês, sendo elas: Sergipe Del Rei, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande ou Potigí e Ceará, informando que a capitania do Maranhão também foi dos holandeses, mas foi abandonada em 1644. Essas capitanias perfaziam uma linha no litoral de cerca de 160 a 180 milhas de norte a sul.

O autor reserva alguns parágrafos para tratar da situação dessas capitanias, mas reserva um título maior à capitania de Pernambuco por ser uma das maiores e mais importantes do Brasil holandês, estendendo-se por mais de 60 milhas ao longo da costa entre o rio São Francisco e a capitania de Itamaracá. Era dividida em onze distritos pequenos, a saber: Olinda, Iguarassú, Recife, Muribeca, Santo Antônio, Ipojuca, Serinhaém, São Gonçalo de Uma, Porto Calvo, Alagoas do Norte e Alagoas do Sul.

É a partir da descrição desses distritos que o autor introduz o assunto de Palmares, expondo-o em sete parágrafos. Sua descrição aproxima-se muito da feita por Barléus, o que se deve ao fato de ambos terem usado Marcgrave como fonte. Desta forma, apresenta praticamente a mesma descrição de Barléus, quanto ao número de habitantes dos Palmares pequenos e grandes, a localização de ambos, a forma de trabalho e descanso dos palmaristas, assim como o modo que organizavam a vigia e a moradia, quanto à alimentação, ao culto religioso, informando que este se assemelha aos dos portugueses, mas possuindo sacerdotes e juízes próprios, e quanto ao roubo de escravos, que só passariam a ser livres na medida em que raptassem outros escravos. O que chamou atenção de diferente do relato de Barléus foi a indicação de algumas referências geográficas como rios e planícies que em “*História dos feitos recentes*” não aparecem.³⁸

Como dito anteriormente a importância das fontes holandesas se dá por serem as primeiras a apresentar informações internas sobre o Quilombo de Palmares, devido às descrições oriundas das expedições de Rodolfo Baro e de Blaer, da mesma forma, é nesta documentação que aparece à menção ao líder do quilombo. Vale ressaltar que essas os trabalhos dos dois cronistas aqui analisados apresentam informações bastantes semelhantes

³⁷ *Idem.* pp. X-XI.

³⁸ *Idem.* pp. 18-19.

devido à utilização Marcgrave enquanto fonte de consulta para a construção da narrativa, ressaltando ainda, a intenção da produção desses textos de exaltação da figura de Maurício de Nassau, contudo diferentemente do que veremos na documentação portuguesa, nestes não há um descrição de Palmares que realce sua periculosidade ou destreza na guerra para engradecer a figura daqueles que os enfrentaram ou ordenaram tais investidas.

1.3 – Fontes Portuguesas

A documentação que se segue é de origem portuguesa e trata principalmente das entradas que se fez aos Palmares, das disputas de terras nas regiões próximas aos mocambos, dos pedidos de mercês, nos quais os serviços prestados em expedição aos mocambos eram usados como justificativa de merecimento do solicitado, e dos perigos causados pelos negros dos Palmares.

A partir da análise desses documentos, consideramos que Palmares figurou no imaginário de seus contemporâneos de duas formas diferentes, porém interligadas, Representou perigo e transtorno, mas também a possibilidade. O primeiro devido aos relatos do estado de instabilidade em que a capitania se encontrava por causa das fugas dos escravos e dos assaltos que estes praticavam na região, e a segunda por que participar de uma campanha contra Palmares, proporcionava a possibilidade de, no mínimo, tirar alguma vantagem a partir da captura e reescravização dos habitantes de Palmares, mas, além disso, a possibilidade de conseguir alguma nomeação ou soldo. É possível que o cenário de instabilidade tenha sido exagerado nos relatos em que pretendia conseguir algum benefício, pois quanto maior o perigo, maior o mérito daquele que o enfrentou, mas isso não significa que o perigo nunca existiu.

Em 1671 o governador Fernão de Souza Coutinho escrevia sobre a necessidade de se fazer guerra aos mocambos dos Palmares e as dificuldades em fazê-la, determinado que uma entrada partiria de Porto Calvo no verão do mesmo ano e que constantemente manteria o envio das tropas até que as povoações fossem arrasadas, mas para isso solicitava a ordem de Sua Majestade sob a justificativa de que:

“há alguns anos que os negros de Angola fugidos ao rigor do cativo e fábricas dos engenhos desta capitania se formaram povoações numerosas pela terra dentro, entre os Palmares e matos, cujas asperezas e faltas de caminhos os tem mais fortificados por natureza, do que pudera por arte e crescendo cada dia em número se adiantam tanto no atrevimento, que com contínuos roubos e assaltos fazem despejar muita parte dos moradores desta capitania mais vizinhos aos seus mocambos, cujo

exemplo e conservação vai comandando cada dia aos mais que foge, por se livrar do rigoroso que padecem e se verem com a liberdade lograda no fértil das terras e segurança de suas habitações”³⁹

Acrescentando ainda que:

“não está menos perigoso este estado com o atrevimento destes negros, do que esteve com os holandeses, porque os moradores nas ruas mesmas casas e engenhos tem os inimigos que os podem conquistar se resolver e a seguir tão pernicioso exemplo.”⁴⁰

Esse mesmo governador um ano antes proibiu que escravos que estivessem nas vilas e estradas públicas da capitania usassem armas de fogo e espada maior que cinco palmos e meio. A proibição se estendida também a mulato, índio, mameluco, negro ou homem branco peão, a menos que estivesse acompanhando seu senhor por estradas desertas ou que estivessem andando pela capitania fazendo comércio. As pessoas de qualquer qualidade que se encontrassem nas fronteiras de Palmares, ou seja, no Rio São Francisco, Alagoas, Porto Calvo, Uma e Serinhaém, também constituíam exceção ao bando, podendo estar armadas para sua defesa.⁴¹ Vê-se aqui a necessidade em desarmar as pessoas que potencialmente poderiam se juntar aos mocambos, mas também a necessidade daqueles que estivessem aos arredores destes em se proteger.

No ano anterior a este bando, o então governador Bernardo de Miranda Henriques recebeu uma carta informando que o rei havia ordenado que se providenciasse guerra contra todos os mocambos de escravos fugidos, devendo ser tratada com todas as forças e aperto possível.⁴² O referido governador já estava a alguns meses tomando providências para tal. Miranda Henriques ordenou que os moradores que tivessem em seu poder escravos capturados das entradas feitas aos Palmares os vendessem, com o intuito de enviá-los para fora da capitania, em um prazo de trinta dias, pois acreditava que decorrido um prazo maior eles costumavam voltar a fugir para o mato levando consigo uma quantidade ainda maior dos que ainda estavam a serviço dos moradores da capitania.⁴³

³⁹ Carta do governador Fernão de Souza Coutinho de sobre o aumento dos mocambos dos negros levantados que assistem nos Palmares (1671). *In*: GOMES, Flávio. Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 186.

⁴⁰ *Idem*. p. 187.

⁴¹ Bando do governador Fernão de Souza Coutinho acerca de armas proibidas – Palmares (1670). *In*: GOMES. *Op. cit.* pp.184-186.

⁴² Carta que se escreveu ao governador de Pernambuco Bernardo de Miranda Henriques (1669). *Idem*. p. 183.

⁴³ Ordem do governador Bernardo de Miranda Henriques ao capitão-mor das Alagoas acerca dos pretos dos Palmares. *Idem*. pp. 182-183.

Não é necessário aqui elencar todas as referências feitas que consideravam a situação um risco para a capitania, mesmo porque isto é citado em quase todo documento. Foram apenas destacados alguns a título de exemplificar como a administração e a sociedade colonial portuguesa se referiam a Palmares.

A necessidade de se fazer guerra aos Palmares fez também surgir a necessidade de sujeitos que pudessem comandar as tropas e que de preferência tivessem alguma experiência em guerra, assim, é possível perceber na documentação nomeações de capitães-mores das entradas aos Palmares por todo o seu período de existência. Por outro lado, aqueles que já tivessem participado de alguma expedição ao quilombo podiam acrescentá-lo em seu “currículo” de bons serviços prestados ao rei. A exemplo disto, Simão Toscano Barros foi nomeado através de carta patente a capitão da companhia de gente parda forra e desobrigada das freguesias de Tijucupapo e Tacoara por ter servido a ao rei nas guerras de Pernambuco desde que estas começaram, nos locais que faziam fronteiras com o inimigo, na jornada do Rio Grande, na ilha de Itamaracá, nas regiões perto do Rio São Francisco onde durante um ano e meio ocorreram enfrentamentos com os Flamengos, nas batalhas dos Guararapes, nas batalhas de restauração da capitania contra os holandeses e, por haver feito duas viagens à campanha de Palmares.⁴⁴

Cerca de uma década antes disto, Henrique Dias se dirigia às regiões mais interioranas do Rio São Francisco para atacar os mocambos dos Palmares, mesmo sem autorização, devido à de capturar escravos fugidos. O mestre de campo André Vidal de Negreiros suspeitando que Henrique Dias tomasse atitudes exageradas para conseguir mais favores mandou o capitão-mor Antônio Felipe Camarão com uma tropa de índios ao seu encontro. A permissão para essa campanha não foi concedida por que não se tinha interesse no momento de ter uma tropa marchando sobre os domínios holandeses e estragar as pazes estabelecida com estes, mesmo assim, o interesse na captura de escravos e a possibilidade de conseguir mais favores motivou Henrique Dias a fazê-lo.⁴⁵

Considerando que o inimigo estando tão próximo na vizinhança, a necessidade de pessoas para combatê-lo fomentou os registros de cartas patentes, contudo, quando o perigo não era mais tão emitente e a guerra não mais necessária, ter participado de campanhas aos Palmares provavelmente não tinha o mesmo peso.⁴⁶

⁴⁴ Carta patente de Simão Toscano de Barros (1668). *Idem.* pp.181-182.

⁴⁵ Carta do governador do Estado do Brasil para Sua Majestade. (1645). *Idem.* pp.172-176.

⁴⁶ Sobre as mercês do Terço de Gente Preta aos sucessores de Henrique Dias ver: MATTOS, Hebe. Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio

O principal documento que se tem conhecimento sobre Palmares e amplamente utilizado por pesquisadores, provavelmente por ser um dos mais detalhados sobre o assunto, é a “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida (1675 a 1678)”. Esse documento de origem anônima foi provavelmente motivado pelo fim do governo de Pedro de Almeida para deixar registrado e noticiado os acontecimentos relacionados aos mocambos de Palmares durante o período em que esteve à frente da capitania de Pernambuco.

A narrativa fala dos “inimigos de portas a dentro”, e comparando-os com o inimigo holandês, é dito que apesar da destreza das tropas portuguesas, que conseguiram enfrentar os holandeses, os “inimigos de portas a dentro” continuavam a oprimir a capitania. É destacado que a tarefa de destruir os mocambos não foi concluída por descuido, justificando que todos os governadores que estiveram à frente da capitania de Pernambuco se empenharam nesta tarefa. Assim, conforme registrado no documento, para mostrar as evidências que dificultaram a realização desta tarefa, foi feita uma recopilação das notícias que a experiência descobriu até aquele momento.⁴⁷

Desta forma, são descritos a vegetação e relevo da região, as asperezas e dificuldades de se andar pela mata fechada e pelas serras, os diversos usos que se faziam das palmeiras, os nomes dos mocambos maiores e mais defensáveis, que dependendo da disposição estavam mais próximos ou mais distantes das povoações coloniais, e se localizavam nas redondezas de Porto Calvo, Serinhaém e das Alagoas.⁴⁸

Foram registradas algumas informações e impressões importantes sobre Palmares como o modo de se vestir, matrimônio e batismo e algum reconhecimento da igreja devido à presença de capela e uma espécie de pároco. Estes modos foram considerados de certa forma parecidos com os modos dos portugueses, contudo na visão colonial, os palmaristas eram limitados pela sua capacidade. É dito também haver entre eles ministros de justiça para suas execuções necessárias e “todos os arremedos de qualquer república.” É relatado a forma como organizavam a moradia, não vivendo todos juntos para que se determinado mocambo fosse atacado, isso não significasse a destruição de todos.⁴⁹

Na narrativa é considerado que as circunstâncias facilitaram para que os palmaristas agissem da forma que entendessem e para que se desenvolvessem entre eles presunções de

⁴⁷ Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida (1675-1678). In: GOMES. *Op. cit.* p. 220.

⁴⁸ *Idem.* p. 221.

⁴⁹ *Idem.* pp. 221-222.

liberdade, que começaram a espalhar aos demais, fazendo-os se multiplicarem. Assim, é informado que contam o número de habitantes entre 16.000 a 20.000, com a cerca real de Macaco possuindo 1.500 casas. Da mesma forma que as demais documentações, neste documento também não é dito com precisão o período em que Palmares começou a se formar, contudo afirma-se:

“é de opinião que do tempo que houve negros cativos nestas capitânicas começaram a ter habitantes os Palmares; no tempo que a Holanda ocupou estas praças engrossou aquele número, porque a mesma perturbação dos senhores era a soltura dos escravos.”⁵⁰

Segundo o relato, depois da restauração da capitania foram feitas vinte e cinco entradas aos Palmares, justificando-se que estas não lograram êxito devido às dificuldades impostas pela região de mata fechada, de serras e de falta de água. Isto dificultava os caminhos, impossibilitando o uso de carruagens para mantimentos e armas, fazendo com que os soldados carregassem tudo nas costas, sendo constatado que: “com todas estas entradas ficaram as nossas povoações destruídas e os Palmares conservados”. Acrescentando ainda ser este: “o estado em que achou os Palmares, dom Pedro de Almeida, quando entrou a governar estas capitânicas”.⁵¹ Assim, foram listados os nomes dos capitães, sargentos-mores e mestres de campos que fizeram entradas à Palmares e que por isso mereciam glórias, e descrito as resoluções do governador Pedro de Almeida na para a realização de ataques definitivos ao quilombo.

Duas são as informações que merecem destaque neste documento, os danos que sofreram os moradores e as referências aos líderes de Palmares, ao rei de Ganga-Zumba e ao acordo de paz feito entre ele e o governador. O primeiro assunto já havia sido tratado em outros documentos, no entanto neste fala-se sobre despovoamento das áreas circunvizinhas ao quilombo e as consequências disto para as demais áreas da capitania. Desta forma afirma-se:

“Periga a Coroa, porque a seus insultos despovoaram os lugares circunvizinhos e se despejaram as capitânicas adjacentes. E deste dano infalivelmente se seguiram outros inevitáveis, como era impossibilitar-se a conservação de todo Pernambuco; porque como ocupam os Palmares do rio São Francisco até o Cabo de Santo Agostinho, ficam eminentes a Ipojuca, Serinhaém, Alagoas, Uma, Porto Calvo, São Miguel, povoações donde se recolhem mantimentos para todas as mais vilas e freguesias que estão à beira-mar, sem cujos provimentos ficam todas inconversáveis, porque os frutos que dão são os de que mais se necessita.”⁵²

É possível perceber que houve um lapso temporal de cerca de duas décadas nos assuntos relacionados às terras próximas à Palmares, pois em 1655 e 1660 houve uma

⁵⁰ *Idem.* p. 221.

⁵¹ *Idem.* pp. 223-224.

⁵² *Idem.* p. 222.

sentença acerca da disputa de sesmaria e uma petição de doação de terras, ambas referentes às terras vizinhas aos mocambos. Somente em 1685 é que aparece na documentação uma relação de terras doadas na capitania de Pernambuco. Desta forma, nota-se que só houve interesse novamente nessa região quando se considerou cessado o prejuízo que os palmaristas infligiam à capitania, mesmo que esse momento de tranquilidade não tenha durado muito.⁵³

A segunda informação de relevância na “Relação das guerras feitas aos Palmares,” conforme citado acima trata do líder Palmarino, Ganga-Zumba. Esse destaque se deve ao fato de que até a década de 1640 a documentação informa que a liderança principal do quilombo seria um rei, no entanto, somente no período de 1670 adiante é que aparecem os nomes de alguns líderes. Ganga-Zumba é citado a partir da descrição da entrada promovida por Fernão Carrilho sob ordem do governador da capitania de Pernambuco Pedro de Almeida. Nesses assaltos o capitão-mor percorre alguns mocambos no encalço de Ganga-Zumba, que consegue fugir dos cercos passando de uma aldeia a outra. Dentre os negros capturados estariam alguns filhos e netos do rei. Aparecem também os nomes de outras lideranças como Ganga-Zona, irmão do rei, Alquatune, mãe do rei e também nome de um dos mocambos, Ganga Muíça, descrito como mestre de campo da gente de Angola e Zambi.

Do tempo em que Pedro de Almeida mandou seu alferes comunicar a proposta de paz e uma comitiva de Ganga-Zumba ir a seu encontro levando a resposta positiva, o governador da capitania já era Aires de Souza. A comitiva composta por três filhos do rei Ganga-Zumba e mais doze negros causou grande alvoroço no local e foi encaminhado ao governador. Este manteve os mesmos termos tratados por seu antecessor, dentre os quais Ganga-Zumba deveria ir com os seus para o sítio de Cucaú, onde viveriam como vassalos do rei de Portugal, sendo livres todos aqueles que tivessem nascidos em Palmares, no entanto, todo aquele que tivesse fugido para lá deveria ser entregue às autoridades. Os integrantes da comitiva foram levados à igreja para dar graças a Deus e a Santo Antônio, e Aires de Souza tinha a intenção de batizá-los logo, a fim destes iniciarem uma nova vida, contudo, achou por bem deixar para outra ocasião.⁵⁴

⁵³ Cópia do extrato de uma sentença do juiz Soares lançada nos autos de ação de reivindicação movida pelos monges de S. Bento contra os herdeiros de São Sebastião da Rocha Dantas, acerca da propriedade da Ilha Grande (1655); Registro de uma petição de Lourenço de Brito Correa, de sua irmã Joana Correa de Brito, do capitão Antônio Lopes Soeiro e do padre Matheus de Mendonça; e de uma carta de sesmaria dada em Pernambuco pelo governador André Vidal de doze léguas de terra nos pastos e compôs de Garanhum-merim no sertão das Lagoas do Norte e Sul (1660); Relação de léguas de terra de sesmaria doadas na capitania de Pernambuco (depois que o governador Ayres de Souza de Castro) e tem cessado o prejuízo que faziam os negros dos Palmares (1685). In: GOMES. *Op. cit.* pp. p.177; pp.178-179; p.263.

⁵⁴ Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida (1675 a 1679). *Idem.* pp. 220-233.

Estando tudo acordado, os negros conduziram os brancos até os mocambos mais distantes a fim de encaminhar à força para o sítio de Cucaú aqueles que estivessem resistentes a atender essa determinação. Assim, paulatinamente os mocambos foram sendo esvaziados e seus líderes – que a aparece no documento como “os principais dos mocambos” – baixaram para o sítio que lhes foi designado junto com suas famílias. Contudo, em um parecer do Conselho Ultramarino de 1680, que dá notícias sobre as pazes que os habitantes dos Palmares haviam feito, é informado que após os líderes de dois mocambos terem descido para Cucaú, levando consigo cerca de trezentas pessoas, havia ficado ainda pela região, recusando-se a acompanhar os demais um indivíduo chamado “Zomby” (Zumbi), apontado como sobrinho do rei. É informado que ele havia permanecido na Serra da Barriga com os guerreiros mais habilidosos e, apesar de vários avisos terem sido enviados a fim de convencê-lo a se dirigir para Cucaú, assim como o tio Enganosoná, Zumbi não os atendeu.⁵⁵

Com a liderança do quilombo dividida, não demorou muito para que muitos dos indivíduos que estavam em Cucaú voltassem a fugir para a Serra da Barriga e Ganga-Zumba acabou por ser assassinado. Algumas possibilidades de paz ainda foram cogitadas, contudo não lograram êxito.

Assim, devido aos anos lidando com as guerrilhas aos negros levantados dos Palmares e as tentativas de acordos fracassadas, havia uma desconfiança muito grande por parte de alguns indivíduos quanto à tentativa de se fazer novos acordos. Foi o caso do Padre Antônio Vieira, que em consulta que lhe foi feita em 1691, se manifestou veementemente contra qualquer ação nesse sentido. Em resposta à sugestão de um religioso italiano de ir à Palmares para catequizar, convencer os negros à rendição ou de se tentar um novo acordo, Vieira expõe cinco motivos para que isso não fosse feito, dentre os quais argumenta que mesmo que os assaltos cessassem, os quilombolas nunca deixariam de admitir novos fugitivos, sem contar que se minimamente desconfiassem que qualquer indivíduo enviado para mediar um acordo, rendição ou para catequizá-los estivesse ali como espião do governador para descobrir como conquista-los, este seria morto, como fazem uns aos outros.⁵⁶

Desta forma ele escreve:

“e posto em consulta julgaram todos ser impossível e inútil por muitas razões.

Primeira: por que se isto fosse possível havia de ser por meio dos padres naturais de

⁵⁵ Parecer do Conselho Ultramarino sobre a conquista dos Palmares (1680). *Idem.* pp. 242-244.

⁵⁶ Segundo Ronaldo Vainfas, o fato do Padre Antônio Vieira citar que os Palmarinos matavam uns aos outros sugere que ele tinha conhecimento sobre o assassinato de Ganga Zumba em Cucaú. VAINFAS, Ronaldo. Deus contra Palmares, representações senhoriais e ideias jesuíticas. In: GOMES, Flávio & REIS, João José (org.). Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 77.

Angola que temos, aos quais crêem, e deles se fiam e os entendem, como de sua pátria e língua; mas todos concordam em que é matéria alheia de todo fundamento e esperança. Segunda: porque até deles neste particular se não aonde fiar por nenhum modo, suspeitando e crendo sempre que são espias dos governadores, para os avisarem secretamente de como podem ser conquistados. Terceira: porque bastará a menor destas suspeitas, ou em todos ou em alguns, para os matarem com peçonha, como fazem oculta e secretissimamente uns aos outros. Quarta: porque ainda que cessassem dos assaltos que fazem no povoado dos portugueses, nunca hão de deixar de admitir aos de sua nação que para eles fugirem. Quinta: fortíssima e total, porque sendo rebelados e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos, nem receber a graça de Deus, sem se restituírem ao serviço e à obediência de seus senhores, oq eu de nenhum modo hão de fazer.”⁵⁷

Frente ao exposto, Vieira considera que o único meio eficaz e efetivo para verdadeiramente vencê-los seria conceder-lhes liberdade para que vivessem em seus sítios como os índios e gentios livres e que os padres fossem seus párocos e os doutrinassem como aos demais. Contudo, conclui que dar aos habitantes de Palmares a liberdade, mesmo sob tutela de catequizadores, seria a destruição do Brasil, pois que os demais escravos das vilas, cidades e engenhos, tomando conhecimento do ocorrido, fugiriam e surgiriam outros tantos Palmares.

1.4 – Cronistas do XVII e XVIII

Francisco Brito Freyre foi governador de Pernambuco entre 1661 e 1664 e em 1675 publicou “*Nova Lusitânia, história da guerra brasílica*” em memória do príncipe de Portugal e do Brasil Dom Theodosio. Seu intuito é registrar as guerras e vitórias dos portugueses em guerras no Brasil, pois as considera dignas de merecimento tanto quanto as dos romanos, que são reconhecidos pelos seus feitos. Ademais, afirma que se avolumam páginas sobre as elegâncias estrangeiras, das quais a Holanda tanto se orgulha, mesmo que seu sucesso tenha terminado. Assim, afirma que se antes trabalhou a serviço da pátria nas guerras, agora o faz através da tinta, pois, considera que os historiadores devem ser ouvidos como mestres, mas que os soldados deveriam ser ouvidos como testemunha da verdade.⁵⁸

Como sugere na carta ao leitor, a grande motivação desse livro são as hostilidades do período de dominação holandesa no nordeste brasileiro e como os portugueses as enfrentaram, sendo este o fio narrativo dos dez livros ou capítulos que compõem a obra, tratando desde o

⁵⁷ Carta de padre Vieira a Roque Monteiro Paim (1691). In: GOMES, Flávio. Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 321.

⁵⁸ FREYRE. Francisco Brito. A Nova Lusitânia, história da guerra brasílica. Disponível: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/16581>> Acesso em 29 out. 2017. p.

descobrimto do Brasil ou da Nova Lusitânia – termo utilizado pelo autor para se referir à colônia portuguesa na América – e algumas dificuldades marítimas enfrentadas pelos portugueses desde que os holandeses se lançaram ao mar, até o ano de 1638 quando os portugueses perdem algumas praças na costa da África e na América e em meio às disputas e cercos entre portugueses e holandeses. Desta forma, após a restauração pernambucana, fica evidente a intenção de Brito Freyre de narrar os acontecimentos que envolveram holandeses e portugueses no Novo Mundo a partir da visão destes últimos.

Palmares aparece na narrativa no livro sétimo ao lado dos transtornos infringidos aos moradores da capitania pelos tapuias e holandeses, com destaque para a afirmativa do autor que: “sendo a liberdade o afeto mais natural do coração humano e tanto os negros cativos que entraram e entram no Brasil fugiram e fogem muitos casais para os bosques ermos daquele imenso sertão.”⁵⁹

Acrescentando que:

“onde opostos à Província de Pernambuco, correm os Palmares, que se dividem em maiores e mais pequenos, distante terra adentro trinta léguas...aqui levantando barraca de ramas, dizem que habitam trinta mil pessoas, em numerosas, mas não grandes aldeias, a que chamam Mocambos.”⁶⁰

Brito Freyre salienta o fato de os palmaristas serem tão prevenidos que se retiravam para o mato quando ocorriam as entradas das tropas nos verões, abandonando suas aldeias com a mesma facilidade que retornam depois que as tropas recuavam. Por isso, ele afirma que os palmaristas faziam grande dano, mas sem recebê-lo, informando que eles saíam de suas aldeias baixando da serra para as regiões povoadas da capitania e, surpreendendo por de trás das moitas assolavam, roubavam e matavam fazendas, casas e lavradores. Alega que a melhor estratégia para destruí-los, seria impossibilitar-lhes o descanso e a forma de conseguir mantimento, além de persegui-los pela campanha, fazendo posteriormente duas povoações de moradores convenientes para assistência e marchas semelhantes.

O autor considera também uma estratégia viável para vencê-los a concessão de liberdade e favores a alguns para que estes convençam os demais a viverem nos moldes dos portugueses e, alistá-los no Terço de Henrique Dias como é feito com outros escravos e negros da capitania.

Brito Freyre faz uma brevíssima citação à religião dos habitantes de Palmares, afirmando que eles não perderam a fé cristã, mantendo ritos católicos, mas executando-os de

⁵⁹ *Idem.* p. 280.

⁶⁰ *Idem.* p. 281.

forma ridícula, o que considera não ser por maldade, mas devido à ignorância dos habitantes de Palmares. Encerra assim as notícias sobre Palmares, que se concentrou nas notícias sobre sua origem, os danos que fizeram aos moradores da capitania e os meios de os destruir.

Em 1730 é publicado o trabalho de Sebastião da Rocha Pita, “*História da América Portuguesa,*” com o intuito de contar a história de todo o território brasileiro, sendo republicado em 1878 no Brasil e 1880 em Portugal. Seu autor nasceu em Salvador, estudou em colégio jesuíta, e é possível que tenha se formado em Cânones na Universidade de Coimbra.⁶¹ Foi coronel do regimento privilegiado de ordenanças, fidalgo da casa real, cavaleiro da Ordem de Cristo, acadêmico da Academia Real de História Portuguesa e membro da Academia Brasílica dos Esquecidos.⁶²

A Academia Real de História portuguesa foi inaugurada em 1720, dez anos antes da publicação da obra de Rocha Pita. O objetivo da instituição era escrever a história e a memória do reino, através da investigação e crítica às fontes, contanto com acadêmicos em Portugal, mas também espalhados nas possessões ultramarinas portuguesas, configurando os acadêmicos supranumerários, categoria à qual Rocha Pita se encaixava. Seguindo a trilha iniciada por esta instituição, em 1724 foi inaugurada no Brasil, sob a tutela do então governador do estado Geral do Brasil D. Vasco Fernandes César Meneses, a Academia Brasílica dos Esquecidos, no mote da ideia de enaltecer a soberania lusa nos trópicos através da produção intelectual.⁶³

Sebastião Rocha Pita também fez parte desta instituição e seu trabalho foi considerado o único completo e coerente a respeito da história do Brasil que dela emergiu. Desta forma, “*História da América Portuguesa*” foi considerada a primeira obra de história em que o Quilombo de Palmares é citado. Nela é feito um apanhado da história do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1724, destacando principalmente os aspectos políticos, econômicos e administrativos com um toque de louvor, exaltação e admiração pelo país. O episódio de Palmares aparece como um dos problemas enfrentados pelo governo da Província de Pernambuco que teria se originado, segundo autor, pela invasão holandesa.

⁶¹ Há divergências quanto Rocha Pita ter ou não estudado em Coimbra. Ver: JESUS, Roger Lee Pessoa de. A história da América Portuguesa (1730) de Sebastião Rocha Pita: o contexto, o autor e a obra. Coimbra: Revista de História da Sociedade e da Cultura. vol. 11, 2011. Disponível: <<http://hdl.handle.net/10316.2/39480>> Acesso em: 18 fev. 2018. p. 145.

⁶² OLIVEIRA, Cintia Gonçalves Gomes. Sebastião Rocha Pita e a História da América Portuguesa no contexto de Portugal na primeira metade do século XVIII – Primeiras ideias. ANPUH/SP. Disponível <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467661803_ARQUIVO_CintiaGoncalvesGomesOliveiraAnpuh.pdf> Acesso em: 18 fev. 2018. p. 1.

⁶³ JESUS. *Opt. cit.* pp. 142-144.

A obra é dedicada ao rei de Portugal D. João V e dividida em dez livros ou capítulos, nos quais são narrados temas como a situação do império português no período do descobrimento, fundação e descrição das províncias, descrição geográfica e natural do território, separação das Coroas Ibéricas, questões sucessórias tanto em Portugal quanto na Espanha e o posicionamento político do rei luso quanto esta última, tomadas de decisão no governo geral do Brasil, descobertas como as minas de ouro em Minas Gerais e ações de ordens religiosas. Palmares aparece no oitavo livro, numa narrativa de quinze páginas que visa dar ênfase às realizações e glórias do governador de Pernambuco Caetano de Mello, que conforme afirma o autor, deixou em todas as partes onde exerceu cargo uma ilustre memória.

Rocha Pita atribui a formação de Palmares a uma fuga de quarenta escravos dos engenhos da vila de Porto Calvo, atribuindo a motivação para a fuga ao desejo de se tornarem isentos de qualquer domínio e, desconsiderando para tal a possibilidade de estes terem sofrido alguma tirania. Afirma então, que se puseram em fuga levando consigo algumas escravas, esposas, concubinas e algumas armas e:

“foram rompendo o vastíssimo sertão daquela vila, que acharam desocupado do gentio, e só assistindo dos frutos, que lhe serviram de alimento, e companhia, com a qual se julgaram ditosos, estimando mais a liberdade entre as feras, que a sujeição entre os homens.”⁶⁴

O autor diz que nos primeiros anos, aquilo que havia começado em “pequenas brasas” para depois se transformar em “grande incêndio”, não causou dano público, apenas de particulares que perderam seus escravos, contudo o poder da comunidade de escravos fugidos foi crescendo na medida em que se juntavam a eles outros “negros” e “mulatos” cúmplices em delitos domésticos e públicos, fugindo do castigo dos senhores e da justiça, o que ia causando dano aos povos de Pernambuco. Essa situação é comparada pelo autor ao levante de gladiadores que causou danos à República Romana. O autor afirma ainda, que além dos filhos que nasciam nos mocambos, os palmaristas consideraram que para maior propagação e aumento do povo que estavam formando era necessário mais mulheres, assim, Rocha Pita informa que foram raptadas das fazendas e das casas dos moradores das vilas e distritos, as “negras” e “mulatas” que se encontravam em trabalhos domésticos ou na lavoura, comparando ainda a situação ao rapto das sabinas romano.⁶⁵

⁶⁴ PITA. Sebastião Rocha da. História da América Portuguesa. História da América Portuguesa. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730. Disponível: < > Acessado em: 08 jan 2013. p. 472.

⁶⁵ *Idem.* pp. 472-473.

“Aumentados com o tempo em número de gente, foram penetrando mais os sertões, e descobertos amplíssimos campos, os repartiram entre as famílias, que podos em cultura, faziam mais rica e dilatada sua jurisdição... formaram nos palmares uma República rustica, e a seu modo bem ordenada. Elegiam por seu príncipe, com o nome de Zombi (que no seu idioma vai o mesmo que diabo) um dos seus varões mais justos e alentados, e posto que esta superioridade era eletiva, lhe durava por toda a vida, e tinham acesso a ela os negros, mulatos e mestiços (isto é, filhos de mulato e negra) de mais reto procedimento, de maior valor e experiência, e não se conta e nem se sabe que entre eles houvesse parcialidade por competência de merecimento, ou ambição de domínio, nem que matassem um para entronizar outro, concorrendo todos ao eleito com obediência e união; Polos em que se sustentam impérios.”⁶⁶

Na sequência da narrativa Pita informa que os negros dos Palmares tinham magistrados de justiça e milícia com os nomes das suas terras. Entende-se aqui que o autor se referia ao fato de alguns mocambos receberem o mesmo nome de seu líder, como no caso do mocambo de Aqualtune, informado em “*Relação das guerras feitas aos Palmares*” ser o nome da mãe do rei.

Informa também ser punidos com pena de morte os crimes de homicídio, adultério e roubo e que concediam liberdade aos escravos que por vontade própria iam se juntar a eles, mas os que eram levados à força para os mocambos através das investidas que os palmaristas faziam na região ficavam como cativos, podendo ser vendidos. É dito ainda que, se aqueles que tivessem ido para Palmares voluntariamente tentassem voltar para seus senhores recebiam a pena capital, contudo se os capturados tentassem o mesmo recebiam castigo de menor rigor. Considera assim, ser estas as leis sob as quais viviam e que os mantinha sob temor e aparente justiça, afirmando que eram conservadas através de memórias e tradições passadas de pais para filhos e netos e, que viviam assim desde os primeiros rebeldes até a segunda e terceira geração, quando os colonos começaram a lhes fazer guerra.⁶⁷

Tendo tratado sobre a origem do quilombo, suas leis e modo de liderança, Rocha Pita envereda sobre a forma que viviam e sobre religião, afirmando assim que:

“andavam como em suas terras, sem cobrirem, mais que as partes, que a modéstia mandava ocultar, exceto alguns principais de ambos os sexos, que vestiam as roupas, que roubavam, ou faziam de fazendas e panos, que também colhiam nas prezas, que executavam. De católicos não conservavam já outros sinais, que o da santíssima cruz, e algumas orações mal repetidas, e mescladas com outras palavras e

⁶⁶ *Idem.* pp. 474-475.

⁶⁷ *Idem.* p. 475.

cerimônias por eles inventadas, ou introduzidas das superstições da sua nação, com que senão eram idólatras, por conservarem sombras de cristãos, eram cismáticos, porque a falta de sacramentos e ministros da igreja, que eles não buscavam pela sua rebelião, e pela liberdade dos costumes em que viviam, repugnantes ao preceito da nossa religião católica, os excluía do consórcio, grêmio, e número dos fiéis.”⁶⁸

As informações sobre a tradição religiosa dos habitantes de Palmares ainda são muito incipientes, mesmo assim, sem muito conhecimento sobre esse tópico e de uma visão totalmente pautada a partir de sua formação cristã, Pita já salientava a presença de traços da tradição cristã e traços das religiões e crenças relacionados com o continente africano, apesar de considerar todos originários de uma só “nação”.⁶⁹

O autor esclarece que devido ao temor que os moradores da capitania tinham dos danos que os habitantes dos Palmares causavam, mantinham com eles uma relação comercial, a qual chama de “secreta confederação”, dando-lhes armas, pólvora, balas e roupas que trocavam por ouro, prata e dinheiro que os palmaristas roubavam, além dos víveres que colhiam. O autor justifica tal relação alegando que os moradores da capitania consideravam um risco que valia a pena, pois que o perigo e o medo ser atacado por não fazê-la era maior que a punição por desobedecer a lei.

Salienta também as dificuldades dos governadores em combater e exterminar esse perigo, pois que os palmaristas conseguiam resistir aos assédios e frustrar os impulsos das armas coloniais, fazendo com que a única medida adotada pelos governadores fosse dobrar a pena daqueles que se comunicassem com os habitantes de Palmares. Passa assim, a relatar as medidas adotadas pelo governador Caetano de Mello e Castro, que segundo seu entendimento aceitou assumir essa empreitada com empenho, considerando este ter dado glorioso fim aos mocambos. Informa então, que Caetano de Mello e Castro convocou os paulistas que se encontravam no interior da Bahia para se dirigirem a Porto Calvo, de onde partiriam para Palmares.⁷⁰

Em meio a narrativa das entradas que as tropas fizeram sob o comando do paulista Domingos Jorge Velho, do sargento mor Sebastião Dias e do capitão mor Bernardo Vieira, ambos pernambucanos, Rocha Pita descreve a povoação de onde Zumbi liderava e o terreno

⁶⁸ *Idem.* pp. 475-476.

⁶⁹ Destaca-se aqui que apesar do uso do termo nação por Rocha Pita para designar os povos originários do continente africano, não é possível apreendê-los sob essa égide, pois tal termo remete às nações europeias do período moderno. É provável que a utilização desse termo decorra da incompreensão do autor em relação a essas populações, colocando-os na mesma categoria de um único povo. Sobre o conceito de nação ver: THIESSE, Anne-Marie. *Ficções criadoras: as identidades nacionais*. Anos 90, Porto Alegre, n. 15, 2001, 2002.

⁷⁰ *Idem.* pp. 477-478.

da região, mas sem nomeá-la, apenas comenta que foram feitas outras pequenas povoações chamadas de mocambos onde assistiam os indivíduos fiéis a Zumbi e soldados veteranos. Afirma ainda que havia em Palmares naquele momento vinte e mil indivíduos, dos quais, dez mil seriam homens capazes de pegar em armas.⁷¹ Fala ainda que em uma das investidas, na qual conseguiram transpor a barricada e as tropas entram juntas no mocambo, encontraram a resistência menor do que esperavam, porque:

“o príncipe Zumbi, com os mais esforçados guerreiros, e leais súditos, querendo obviar o ficarem cativos da nossa gente, e desprezando o morrerem ao nosso ferro, subiram a sua grande eminência, e voluntariamente se despenharam, e com aquele gênero de morte mostraram não amar a vida na escravidão, e não querer perde-la aos nossos golpes.”⁷²

O trecho destacado acima foi o responsável por criar a teoria de suicídio de Zumbi dos Palmares, que encurralado no alto de um morro, ou nas palavras do autor de uma grande eminência, preferiu se atirar dele que morrer pelas armas das tropas inimigas ou ser preso. Desta forma, Rocha Pitta se tornou o precursor da interpretação do suicídio de Zumbi, que seria repetida por outros historiadores, quase que de forma épica, assim como outros aspectos de sua narrativa como o rapto das sabinas e a definição do quilombo como uma república rústica que aparecem também em *O negro na civilização brasileira* de Arthur Ramos, do qual trataremos no próximo capítulo, apesar de este considerar mais adequado chama-lo de uma monarquia eletiva.

Repetidamente Rocha Pitta afirma que quanto mais difícil a empresa, maior lhe seria a glória. Nesse sentido, Silvia Hunold Lara destaca que a intenção de Rocha Pitta em incluir o episódio de Palmares em sua narrativa não se justifica pelo episódio em si, mas pela dificuldade que a administração colonial teve ao enfrenta-lo, pois, quanto maior tarefa, maior a glória daqueles que conseguiram cumpri-la. Assim, a autora entende que Palmares “oferecia uma boa oportunidade para demonstrar a eficiência das forças coloniais e metropolitanas sobre os inimigos internos.”⁷³

Domingos Loreto Couto foi um cronista do século XVIII, nascido em Recife, de família de destaque de Pernambuco, ordenou-se franciscano, mas viu-se atribulado com a vida religiosa por seus maus comportamentos e pela necessidade de dispensa para cuidar de suas

⁷¹ *Idem.* pp. 480-481.

⁷² *Idem.* pp. 484-485.

⁷³ LARA, Silvia Hunold. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: GOMES, Flávio & REIS, João José (org.). Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp.82-83.

irmãs e sobrinhas. Escreveu em 1757 “*Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*” dedicada ao rei D. José I, mas não chegou a ver sua obra publicada, pois, isso só veio a ocorrer em 1904 pela Oficina Tipográfica da Biblioteca Nacional.

A obra é composta de oito livros que tratam do descobrimento do Brasil, das conquistas da capitania de Pernambuco, com descrição geográfica e relato de acontecimentos históricos do Brasil e memórias de seus habitantes ilustres da referida capitania, assim como de suas ações merecedoras de nota. O autor diz que seu intuito é mostrar ao mundo que o rei tem em Pernambuco vassallos de espírito animoso que não se contentam com a glória herdada, pois a querem conquistar através de suas espadas, subjugando seus inimigos, desterrando a gentilidade com sua doutrina e assombrando com sua constância a crueldade dos tiranos. Desta forma, escreve no prólogo:

“fui levado da justa magoa de ver o grande descuido que teve Pernambuco em perpetuar as virtudes de seus filhos, que com elas o ilustram, e que incessantemente ia o tempo consumindo a notícia de tantos esclarecidos heróis, por faltar quem se resolvesse escreve-las.”⁷⁴

Assim, devido seu claro intuito de valorização da região de Pernambuco e de seus habitantes notáveis e a forma como desenvolve isso ao longo de sua obra, “*Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*” é considerada uma das obras fomentadoras de identidade pernambucana.⁷⁵

No que concerne a Palmares, este é tratado no livro oitavo, capítulo 4 intitulado “das guerras servis do palmar.” O livro oitavo trata das calamidades enfrentadas na capitania e de como Pernambuco conseguiu superá-las valorosamente. Assim como Rocha Pita, Loreto Couto atribui o surgimento de Palmares à fuga de quarenta escravos, que teria ocorrido no período em que os holandeses ocuparam a capitania de Pernambuco, definindo o ano de 1631 para este acontecimento e caracterizando o quilombo como a rústica e rebelde República do Palmar. O autor praticamente replica a narrativa de Rocha Pita ao tratar das leis do quilombo, dos ritos religiosos, da eletividade do líder, do perigo e dos assaltos que praticavam e da investida para destruí-lo.

Loreto Couto fala do temor que os Palmaristas causavam afirmando que “como estavam sempre a mira no que obrávamos, para ou se recatarem, ou adiantarem suas

⁷⁴ COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Oficina Typographica da Biblioteca Nacional. 1904. Prólogo.

⁷⁵ Ver SILVA, Bruno. Fabricando Identidades: Disponível: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/04/15a1.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2018.

crueldades, nos tinham causado consideráveis, prejuízos, passando já a assombrar o temor até onde não chegavam suas armas.”⁷⁶ Assim, o autor considera que a fama de Palmares inspirava medo, tendo este se propagado entre os colonos para além das regiões que diretamente lidavam com as investidas palmaristas.

Sobre os ataques a Palmares, o autor fala do auxílio das tropas paulistas que se juntaram às tropas pernambucanas, somando um efetivo de seis mil homens e marcharam serra adentro partindo de Porto Calvo. O autor informa que assim que os palmarinos que tiveram notícia da expedição, abandonaram os mocambos e se recolheram dentro da muralha que protegia o mocambo principal, afirmando que tal medida era “para que unido o sue poder, pudessem triunfar do nosso, estando eles na posse de não serem na sua fortificação acometidos.” Essa principal povoação é descrita como compreendendo mais de uma légua em circuito, cuja muralha era uma estacada de duas de paus altos lavrados em quatro faces. Tinha três portas da mesma fortíssima madeira e cada uma era guardada por um de seus maiores capitães. Em tempos de paz a povoação era guarnecida por duzentos soldados, contudo neste período de guerra recebeu bem maior proteção.

O capitão-mor Bernardo Vieira de Mello se alojou na frente da porta do meio, enquanto Domingos Jorge Velho tratava da porta da direita e a da esquerda ficava sob a incumbência do sargento-mor Sebastião Dias. Dentre os assaltos e defesas de ambas as partes, depois de quebradas as portas, Loreto Couto afirma que o líder Zumbi proporcionou a todo o exército um espetáculo que não pode deixar de se ouvir com espanto, relatando o suicídio de Zumbi, assim como fez Rocha Pita.⁷⁷ O autor descreve ainda como foram perseguidos os sobreviventes, que frente a impossibilidade de fugir ou de continuar a resistência, se renderam. Atribui o sucesso ao zelo do governador Caetano de Mello e Castro e encerra a narrativa sobre Palmares falando sobre a satisfação dos pernambucanos que nesta ocasião serviram a pátria vencendo um inimigo poderoso e livrando a província de um perpétuo vexame.

As várias reclamações quanto aos assaltos dos palmaristas às fazendas e vilas e, quanto a sua vilania demonstram como palmares era representado sob a égide do perigo que mora logo ao lado. Contudo, para além do estado de calamidade da capitania que era recorrentemente enfatizado, Palmares impedia, em certa medida, a expansão da colonização, pois além de ser um entrave à ocupação de novas regiões, pois as ocupavam, também contribuiu para o esvaziamento de áreas já povoadas.

⁷⁶ Couto. *Opt. Cit.* p. 541.

⁷⁷ *Idem.* pp. 544-545.

A documentação holandesa nos permite ter maior acesso às informações sobre o interior dos mocambos, pois o Diário de Viagem do Capitão Blaer apresenta a primeira descrição de como o mocambo seria por dentro. Documentos que Felipe Damasceno caracterizou como “por dentro das paliçadas.”⁷⁸ Assim, parece que o interesse de tais relatos é registrar os acontecimentos e a situação da capitania de Pernambuco.

Na documentação portuguesa, por outro lado, tanto nas fontes quanto nas crônicas, é possível perceber uma intenção de valorização dos indivíduos que combateram os palmarinos, seja para conseguir alguma vantagem real, como se vê na documentação contemporânea ao quilombo, ou para enfatizar os feitos dos pernambucanos e criar uma memória/identidade da região, como no caso dos trabalhos de Rocha Pita e Loreto Couto.

Palmares resistiu por muitos anos às investidas das tropas, contudo, nos documentos davam notícias sobre os insucessos em destruir os mocambos, falava-se que a sorte e a natureza os protegia, no entanto, na medida em que a participação em entradas possibilitava algum ganho, registrar e enfatizar capacidade de defesa do inimigo servia para enfatizar a capacidade dos soldados em enfrenta-los, apesar das dificuldades impostas pela natureza.

⁷⁸ DAMASCENO, Felipe. Conexões e travessias no Atlântico Sul: Palmares, Africanos e espaços coloniais numa abordagem comparada (século XVII). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 187.

CAPITULO II

Palmares nos séculos XIX e início do XX

O século XIX inaugurou uma nova fase no Brasil marcada por transformações que lançaram base para a formação da nação brasileira, iniciadas com a chegada da família real e que se desdobraram nos Primeiro e Segundo Reinados. Nesse contexto destaca-se a criação de instituições públicas que foram importantes para a mudança de um governo colonial para um governo independente, dentre as quais está o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro criado em 1938 como uma instituição responsável pelo fomento da pesquisa científica no Brasil e de coligir documentos que fossem importantes para se pensar a nação em construção.

Lilia Moritz cita ainda a criação de outras instituições como a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, Real Horto, o Museu Real e as escolas de direito, salientando serem todas centros produtores e reprodutores de cultura e memória. Destaca ainda que estas foram fundamentais para a criação de uma elite intelectual e ilustrada nacional mais autônoma, tendo em vista que antes a formação se dava majoritariamente na Universidade de Coimbra.⁷⁹

Frente ao exposto, trataremos neste capítulo de como a construção do projeto de nação no século XIX colaborou para que Palmares ficasse “apagado” nos trabalhos sobre a história do Brasil e, que quando citado fosse tratado como um entrave à civilização. Trataremos também dos autores da primeira metade do XIX que citaram Palmares em seus trabalhos e o fizeram principalmente a partir da obra de Sebastião Rocha Pitta, analisando a forma como se utilizaram dessa fonte e as similaridades e diferenças adotadas por estes na forma de abordar o assunto. Tendo nos ocupado dos oitocentos, passaremos então a um trabalho do início do século XX, ainda ligado às teorias raciais do XIX, mas que lança as bases para uma nova visão sobre o Quilombo de Palmares que se desenvolveria no período subsequente.

2.1 – Palmares na visão dos autores estrangeiros, primeira metade do XIX.

O contexto de formação da nação implica nos escritos produzidos no Brasil, contudo, estes perfazem principalmente a segunda metade do XIX, como dito acima. Sendo assim, trataremos antes de autores de se debruçaram sobre o assunto de Palmares na primeira metade do XIX e foram compilados juntos não só pelo período em que escrevem, mas também por se tratarem de autores estrangeiros, dentre os quais se destacam os nomes dos ingleses Thomas Lindley que escreveu *Narrativa de uma viagem ao Brasil* de 1805 e Robert Southey, que

⁷⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 23-24.

publicou entre 1810 e 1819 *História do Brasil*, do português Aires de Casal que escreveu *Cronografia Brasílica* de 1817 e do francês Ferdinand Denis que escreveu *O Brasil* 1821-1822.

Essas obras dialogavam diretamente com o trabalho de Rocha Pitta, que serviu como fonte para os escritos do XIX que tratam de Palmares.

Southey tornou-se sócio honorário do IHGB em 1840, e sua obra sobre o Brasil foi pensada para compor a última parte de um projeto maior do autor sobre a história de Portugal, iniciado anos antes, mas que não chegou a concluir.⁸⁰ Assim, *História do Brasil*, é composta de três volumes que perfazem quarenta e quatro capítulos, tendo sido traduzida para o português e publicada em 1862. Palmares é citado no capítulo quinze do primeiro volume, com uma página e meia reservada a sua narrativa, e no capítulo XXXI do terceiro volume, com cerca de sete páginas, nas quais são narrados os ataques finais ao quilombo, desta forma na primeira parte Southey trata essencialmente dos anos de 1633, enquanto na segunda fala sobre os anos 1694 e 1695.⁸¹

Southey utilizou-se do trabalho de Sebastião Rocha Pitta como fonte, tendo em vista tê-lo citado no prefácio de seu livro e por citá-lo no capítulo XXXI, contudo, por conter no capítulo XIV algumas citações a Brito Freire e devido a algumas similaridades no texto, é possível que este também lhe tenha servido de fonte. De qualquer forma, o autor explica também no prefácio que seu trabalho provém de uma coleção de documentos que foram juntados durante trinta anos em que esteve em Portugal.

Assim Robert Southey começa sua narrativa informando que a cerca de trinta léguas do litoral ao interior encontrava-se Palmares, afirmando tratar-se de uma grande floresta de palmas que era o “resort dos negros” que de tempos em tempos conseguiam escapar da escravidão. Para o autor o motivo que levou os negros a escolherem tal local foi a semelhança com o seu próprio com seu local de origem. O autor supõe que no período de 1633, sobre o qual escreve, havia cerca de trinta mil habitantes morando em vilas, informando que estas eram chamadas Mocambos. Ele estima que o maior dos mocambos contivesse seis mil habitantes, informando que este mocambo consistia de três ruas com meia hora de caminhada cada uma, e com as cabanas disposta de forma continua, tendo cada uma um jardim nos fundos. O autor prossegue a narrativa dizendo que a floresta supria os palmaristas com frutas

⁸⁰ RAMOS, André da Silva. Robert Southey e a experiência da história de Portugal: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana. 2013. p. 8.

⁸¹ SOUTHEY, Robert. History of Brasil. Part the first. London: 1810. pp. 495-496; Part the third. 1819. pp. 23-29.

e caça e, informa se tratar de um povo “previdente e industrioso” que cultivava a terra fazendo com que em alguns momentos abundasse comida. Informa também que duas vezes ao ano eles se reuniam em seu milharal e celebravam as duas colheitas com uma semana de festividades.⁸²

Quanto à religião, Southey afirma que os palmaristas praticavam algo semelhante à religião dos portugueses, mas que a haviam recebido de forma tão corrupta que continuavam ligados à divindade que cultuavam originalmente. Para ele isso se deu porque os escravos fugidos de Palmares eram ignorantes para adotar corretamente o cristianismo. Afirma então que tinham suas formas próprias de religião, assim como de justiça. Também relata que era costume toda noite, em todas as vilas, fazerem uma conferência para ver se alguma das pessoas estava desaparecida. Feito isto, começavam sua dança que continuava até meia noite.

Segundo o autor, isto causava uma desordem em seus hábitos comuns de vida natural, pois como iam dormir muito tarde, acabavam por acordar muito tarde também, mais ou menos às 9hs ou às 10hs da manhã. Southey também afirma que a floresta que habitavam tinha duas desvantagens materiais: a primeira era dificuldade de conseguir água durante o período de seca e, a segunda por não ser uma localidade tão interiorana quanto o autor julga apropriado. Mesmo assim, Southey afirma que até ao período em que narra a trajetória de Palmares, o quilombo foi pouco ameaçado, o que facilitou a fuga para lá e permitiu que mantivessem os ataques às regiões vizinhas aos mocambos, o que o autor chamou de “guerra incessante e predatória”, afirmando ainda parecer que isso “constitui o maior gozo do homem em fases semibárbaras de seu progresso.” Informa ainda que, algumas vezes os colonos os atacavam e destruíam suas plantações, e eles por sua vez levavam destruição aos assentamentos vizinhos, causando mais prejuízo do que haviam recebido.⁸³

O autor também destaca que as povoações erguidas pelos palmaristas eram labirintos e, que ninguém além deles mesmos estavam familiarizados com a região, contudo informa que os indivíduos que continuamente se juntavam a eles serviam como guia e davam informações que poderiam direcionar suas incursões. Southey salienta que a guerra que os habitantes de palmares travaram foi implacável, exceto para com aqueles de “sua própria cor”. É dito que era prática declarada receber todos os que fugiam para Palmares em condições de igualdade, mas os que eram levados em condições de prisioneiros eram mantidos como escravos. O autor informa ainda que nesse período os portugueses estavam tendo que lidar

⁸² *Idem.* p. 495.

⁸³ *Idem.* p. 496.

com os inimigos dos Palmares, com os “Janduis” (tribo indígena) e com os holandeses que segundo ele estavam vitoriosos por todos os lados.

No capítulo XXXI, Southey narra os anos finais do quilombo, faz algumas descrições sobre sua chefia, sobre a forma de organização e defesa de sua cidade principal, sobre religião e justiça, sobre comércio e sobre as investidas feitas pela junção das tropas de Domingos Jorge Velho e os esforços enviados por Olinda e Recife sob o comando de Bernardo Vieira de Mello. Contudo, chama atenção no relato o autor reconhecer que a única notícia que existe – em suas palavras, “dessa curta, mas memorável história” – vem daqueles cujo interesse era destruir os mocambos, mas acredita que mesmo assim foi dada alguma justiça aos indivíduos dessa história, argumentando que esta seria lida com algum sentimento de respeito pelo caráter que teve e por compaixão ao destino que experimentaram.

Neste capítulo, o autor cita com maior frequência Rocha Pitta, que no capítulo que abordamos anteriormente, e muito de seu texto se assemelha ao do escritor do XVII. Desta forma, reproduz a afirmativa sobre os roubos de “mulatas” e “negras” por falta de mulheres no quilombo, afirmando que os portugueses tinham que pagar um resgate por suas esposas e filhas com armas, dinheiro ou qualquer outra coisa que os palmaristas desejassem.

Sobre a liderança do quilombo, Southey afirma tratar-se de um chefe eleito tanto por sua justiça quanto por seu valor, afirmando que os homens de boa reputação tinham acesso a ele como conselheiros, obedecendo-o com perfeita lealdade. Na visão do autor, isso fez com que nenhuma luta pelo poder ou conspiração tivesse ocorrido em Palmares. Considera ainda que, Zumbi é um título pelo qual o líder é chamado e que era o nome da divindade na língua angolana.⁸⁴

No que tange aos costumes, o autor afirma que os quilombolas mantiveram o uso da cruz e de algumas orações que eram lembradas pela metade, além de algumas cerimônias que eles misturavam com o que o autor acredita serem superstições preservadas da “idolatria africana” ou que foram inventadas no estado de liberdade que os escravos estavam experimentando. Informa também que em Palmares existia oficiais e magistrados e, que o roubo, o adultério e o assassinado eram punidos com a morte. Ademais, o escravo que tivesse se juntado a eles e fosse pego tentando fugir sofria a mesma penalidade, contudo, aqueles que eram capturados e considerados escravos eram tratados com menos gravidade se esforçassem a escapar.⁸⁵

⁸⁴ *Idem.* p. 24.

⁸⁵ *Idem.* pp. 24-25.

Southey diz que havia um comércio regular com os pernambucanos, que interessados na dupla vantagem de segurança e de enriquecer, forneciam-lhes, mesmo que desafiando a lei, armas, munições e todo tipo de mercadoria europeia em troca de produtos que eles criavam e ouro, prata e dinheiro que adquiriam em suas incursões. Com acesso a essas mercadorias e ao que se conseguia com as incursões nas vilas próximas o autor afirma que os chefes de ambos os sexos se vestiam com os espólios dos portugueses.

O autor considera que Palmares se tornou tão grande porque os governadores da capitania por muitos anos consideraram perigoso demais atacar o quilombo, contentando-se em promulgar leis que, segundo ele, eram impossíveis de cumprir, deixando a responsabilidade para seus sucessores. Passa então a narrar as medidas adotadas por Caetano de Mello que determinou a feitura de “vigoroso esforço para extirpá-los antes que eles se tornassem tão poderosos”, assim escreveu ao governador geral solicitando a ajuda de Domingos Jorge, mestre de campo do regimento dos paulistas, que naquele momento estava estacionado no interior da Bahia. É informado que ele foi designado para livrar porto Calvo das opressões que estava sofrendo, contudo, acreditando-se forte suficiente foi para Palmares apenas com sua tropa formada de índios. Segundo o autor, essa presunção se devia ao tipo de guerra que o mestre de campo estava acostumado a participar, não fazendo diferença entre o caráter do índio e do negro.⁸⁶

Desta forma, o autor descreve a visão que provavelmente Domingos Jorge Velho teve da cidade que atacou, afirmando que era formada por uma dupla paliçada de madeira com três portas dispostas a igual distância uma da outra e contendo plataforma de defesa em cada uma vigiada por um oficial. No interior da paliçada ele diz que a cidade tinha quatro ou cinco milhas, com 20.000 habitantes e que o palácio de Zumbi era espaçoso e as casas dos indivíduos eram a sua maneira cômodas e esplendidas. É dito que havia também um lago, com muitos peixes, mas que a água devia ser salobra, pois os habitantes faziam poços.

A narrativa segue infirmando que o mestre de campo armou acampamento na frente da cidade permanecendo sem problemas por dois dias, pois tanto ele quanto os habitantes de Palmares estavam analisando e esperando uma oportunidade de atacar. De acordo com o autor, Domingos Jorge Velho agiu com descuido de um homem que considerava seus inimigos como uma raça inferior e que, no dia seguinte, enquanto os paulistas saqueavam uma plantação de babanas, foram atacados. É dito que houve então um conflito feroz, no qual mais

⁸⁶ *Idem.* p. 25.

de oitocentas pessoas de ambos os lados foram mortas e feridas. Isto, na visão de Southey ,fez com que cada parte respeitasse seu antagonista.⁸⁷

Southey diz que depois que o mestre de campo dos Paulistas retornou a Porto Calvo, se reuniu com as tropas sob o comando de Bernardo Vieira de Mello, somando uma força de seis mil homens vindos de Olinda, Recife, Alagoas, São Francisco do Penedo, São Miguel, das Alagoas do Norte e de Porto Calvo, além dos paulistas é claro. Em Palmares, também houve uma organização e o autor diz que chegaram a reunir dez mil homens. Desta forma, as tropas pernambucanas e paulistas investiram contra a cidade fortificada tentando transpaçar as paliçadas, enquanto os palmaristas resistiam. Na medida em que o cerco se prolongava, os mantimentos e provisões de ambos os lados iam se esgotando, fazendo com que reforços fossem solicitados ao governador que enviou comboios de gado e cavalos carregados. É interessante que o autor salienta que esta geração de Palmares não estava acostumada aos rigores e provações da guerra, fazendo com que mantivessem a esperança que o cerco poderia acabar devido à fome e às doenças que assolavam as tropas.⁸⁸

Segundo Southey, essa esperança se desfez quando eles avistaram, do alto de uma rocha usada como posto de vigia, os reforços portugueses chegando. É informado então, que os três portões foram derrubados, e Zumbi, junto com seus seguidores mais resolutos, retiraram-se para o ponto mais alto da rocha e, atiraram-se no precipício, pois, no entendimento do autor, preferiam a morte à escravidão. Os sobreviventes foram levados como escravos e vendidos para outras partes do Brasil e para Portugal e repartidos entre os captores. As mulheres e as crianças permaneceram em Pernambuco, mas foram separadas uma das outras.⁸⁹

Para o autor estes eram homens dignos de um destino melhor por sua coragem e sua causa, salientando que enquanto para os vencedores a notícia do ocorrido foi motivo de comemoração, para os vencidos essa conquista assemelhava-se às guerras desumanas da antiguidade. Assim, entende que a necessidade de erradicar esses inimigos de sua própria fronteira era clara e indiscutível, mas que essa necessidade se originou de um sistema nefasto de escravidão e que certamente a vitória poderia ter sido usada de maneira mais humana.⁹⁰

A forma como este autor trata Palmares apresenta algumas mudanças se comparadas aos escritos do período anterior analisadas no capítulo 1 e se comparadas principalmente às suas duas principais fontes que são Rocha Pitta e Brito Freire, como foi dito anteriormente.

⁸⁷ *Idem.* p. 26.

⁸⁸ *Idem.* p. 27.

⁸⁹ *Idem.* pp. 28-29.

⁹⁰ *Idem.* p. 29.

Isto se deve ao fato de que mesmo considerando os habitantes de Palmares um povo semibárbaro e ignorante, Robert Southey lhes atribui algumas características positivas, como a de providentes e industriosos, além de salientar sua coragem, não para exaltar aqueles que os derrotaram, mas sim para validar seu argumento de que seriam homens dignos de um destino melhor. Aliás, Southey acrescenta como motivo a este argumento a causa que eles defendiam, e apesar de não desenvolver grandes explicações em relação a esta, marca uma diferença em relação aos demais escritores por considerar tal causa válida. Ademais, como demonstrado no parágrafo anterior considera a escravidão um sistema negativo, além de criticar a forma desumana da ação dos portugueses.

Thomas Lindley foi um comerciante e contrabandista inglês que registrou em diário sua passagem pelos portos de Salvador e Porto Seguro entre os anos de 1802 e 1803, sendo o primeiro inglês no século XIX a escrever um depoimento de sua estadia no Brasil. Desta forma, publicou em 1805 em Londres *Narrativa de uma Viagem ao Brasil*, que logo em 1806 recebeu uma versão em francês e outra em alemão.⁹¹

Escrevendo sobre o ano de 1803, Thomas Lindley considera que a experiência de Palmares serviu para que os colonos portugueses modificassem a política de tratamento dos escravos, adotando uma aparente humanidade na qual segundo ele os escravos ficavam “entregues à licenciosidade, não tendo que trabalhar demasiado e apreciando seus alimentos vegetais naturais, os negros mostravam-se contentes e alegres.”⁹² A fim de explicar os fatos que levaram a tal situação, faz uma digressão de aproximadamente um século para narrar o episódio de Palmares.

Seu texto se assemelha muito ao de Rocha Pitta e ao de Robert Southey, e é informado em nota da edição de 1969, feita por Américo Jacobina Lacombe, se tratar de um simples resumo do texto do primeiro. Vale ressaltar que, apesar da obra de Thomas Lindley ter sido publicada antes da de Robert Southey, preferiu-se aqui analisá-las fora da ordem cronológica devido ao fato do texto deste último possuir uma descrição muito maior do que a aparece em *Narrativa de uma Viagem ao Brasil*. Contudo, as duas se assemelham por usarem como referência a *História da América Portuguesa* de Sebastião Rocha Pitta.

Nesse sentido, assim, como ambos os autores citados, Lindley descreve o rapto das negras, mulatas e filhas e esposas dos fazendeiros, afirmando que isto era motivado tanto pelo desejo natural quanto por uma questão de ordem política para preservação da independência

⁹¹ LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional. 1969. p. 7.

⁹² *Idem*. p. 128.

do quilombo. Fala também sobre o início de Palmares a partir da fuga de quarenta escravos no período da invasão holandesa, dizendo que:

“os escravos das vizinhanças de Pernambuco (então afeitos às vicissitudes e à guerra, inflamados dos sentimentos de liberdade que os holandeses haviam difundido), decidiram buscar nas matas e planuras do interior, a existência livre a que tão ardentemente aspiravam.”⁹³

O autor afirma que o gosto de sangue tornou-os temíveis em pouco tempo, impedindo que fosse feita qualquer resistência, e que isto fez com que muitos portugueses importantes da região buscassem fazer amizade com Palmares em troca de proteção. Assim, esclarece que em pouco tempo haviam se consolidado em nação adotando a designação de palmarenses e somando 20.000 indivíduos. Desta forma, o autor informa que eles chegaram a alarmar a colônia inteira parecendo ameaçar a existência do domínio europeu, e que em 1696 Palmares já tinha sessenta anos de existência e atingiram a terceira geração.⁹⁴

A narrativa sobre a religião, sobre a eletividade do líder e sua designação segue a linha dos autores citados anteriormente, e o mesmo se aplica ao suicídio de Zumbi, que o autor reproduz, e à descrição do ataque à Palmares e dos esforços organizados com a finalidade de destruí-lo. Contudo, Thomas Lindley omite totalmente a participação dos paulistas nas investidas.

Vale ressaltar uma grande diferença entre os textos Lindley da de Southey: o tom da narrativa, pois enquanto este último atribui certas características positivas aos habitantes de Palmares, Lindley concentra-se na inconveniência que sua existência provocava à colônia portuguesa. Faz-se necessário destacar também que em nota afirma que o texto de Rocha Pitta encontrava-se bastante superado no período da publicação da edição aqui utilizada devido ao esforço arquivístico de Ernesto Ennes, e que a morte de Zumbi por suicídio não passa de uma lenda.⁹⁵

Em 1817, foi lançada a *Cronografia Brasilica* do padre português Manuel Aires de Casal pela Imprensa Régia. Diferentemente dos outros autores tratados nesta parte do capítulo, foi o único cuja obra foi publicada primeiramente no Brasil. Seu trabalho pretende uma análise geográfica do Brasil, sendo então dividida em duas partes, com os capítulos organizados por província, nos quais é abordada a descrição da geografia de cada uma.

⁹³ *Idem.* pp. 128-129.

⁹⁴ *Idem.* pp. 129-131.

⁹⁵ *Idem.* p. 133.

Palmares aparece na narrativa naturalmente quando o autor fala da capitania de Pernambuco, e é inserido no texto ao falar-se da Serra da Barriga, localidade onde se desenvolveu. Em sua narrativa o autor se restringiu a quatro parágrafos, atribuindo o início de Palmares ao período da invasão holandesa e à fuga de quarenta escravos, assim como Rocha Pita e Thomas Lindley (Southey também atribui o início do quilombo ao período holandês, no entanto, não cita a fuga dos quarenta escravos). Prosseguindo, ele descreve minimamente a defesa da cidade, considera a forma de liderança eletiva e monárquica, fala sobre o palácio de Zumbi, a quem chama de Zumbé, e das casas que considera serem à moda africana. Fala também sobre o modo de se vestir, informando que todos andavam nus, cobrindo somente as partes íntimas, com exceção dos grandes que usavam panos que os vizinhos a Palmares lhes vendiam. Fala sobre a aplicabilidade da lei nos casos de roubos, adultérios e homicídios, e da punição aos que tentavam fugir, sendo ela diferente aos indivíduos que se juntaram espontaneamente ao quilombo e aos que foram capturados e feitos escravos.

Aires de Casal não se detém na narrativa do ataque final, somente comenta que foi muito difícil, perdurando por semanas, e que foi necessário um esforço de quase 8 mil homens, considerando o ano de destruição o de 1697.

Ferdinand Denis foi um escritor e francês que esteve em expedição pelo Brasil, passando pelo Rio de Janeiro e Salvador, além de uma incursão pelo Jequitinhonha. Publicou em 1822 a obra “*Brasil*,” reunindo seus estudos e impressões, que tratam dos aspectos naturais, das raças que povoaram o país, os aspectos gerais de habitações e formas de subsistência, sobre o governo, leis e comércio, cultura, religião, além das descrições das capitanias, suas especificidades e acontecimentos.

Reserva um pequeno tópico de três páginas para o episódio de Palmares, que considera bastante curioso para deixar de se referir a ele. Apesar de Ferdinand Denis apresentar basicamente os mesmo dados dos demais autores aqui tratados, tendo em vista que a fonte principal que utilizaram foi a obra de Rocha Pita, ele procura mostrar o desenvolvimento de Palmares, abordando fazes de seu início, seu crescimento e seu fim, de forma gradativa. Assim, introduz o tema afirmando que: “uma raça infeliz, da qual a história pouco fala senão a partir do dia em que foi submetida à mais dura escravidão, os negros, tentaram fundar um império durável nos sertões de Pernambuco; souberam conservar-se ali por alguns anos..”⁹⁶

Define quilombo como sendo um ajuntamento de mesquinhas cabanas de ramos, construídas às pressas pelos escravos fugidos, para lhes servir de abrigo, formando lugarejos,

⁹⁶ DENIS. Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1980. p. 263.

cuja duração se restringe ao espaço de tempo entre a escapada do escravo fugitivo e a sua captura pelo capitão-do-mato. No entanto, afirma que Palmares não cabia nessa denominação. Ele também chega a citar a fuga dos quarenta escravos que os demais autores também citaram, contudo não associa o início do quilombo a ela. Segundo o autor, essa fuga marcaria uma reconstrução de Palmares no período logo após a restauração pernambucana, e os dois primeiros estabelecimentos desse gênero que havia na fértil Capitania de Pernambuco, e perto de Porto Calvo, haviam sido aniquilados quase completamente pelos holandeses em 1644. Desta forma, entende que palmares surgiu a partir desses dois ajuntamentos, que tendo sido destruídos pelos holandeses por volta de 1644, foi depois reconstruído por esses quarenta escravos em 1650.

Citando o escritor do XVII, informa que os palmaristas cresceram em números e penetraram mais no interior da província, repartindo entre si e suas famílias os campos descobertos, e aumentando assim suas riquezas e jurisdição. O autor considera que o crescimento também os fez se dedicarem como nunca à agricultura, que moderou seus costumes, chegando a uma ordem de estado social muito avançado para viverem sem leis, informando que Rocha Pitta o chamou de república rústica, mas muito bem ordenada a seu modo.

No geral, as informações quanto à religião, costumes, defesa e justiça são similares às apresentadas por Rocha Pita, Robert Southey, Thomas Lindley e Aires de Casal, no entanto, considera a narrativa de Rocha Pita de exagerada e o chama de pedante.

Fala sobre a primeira tentativa de ataque de Domingos Jorge Velho, que seguiu sem esforços para Palmares e foi rechaçada, depois disso o comando em chefe da empreitada foi entregue a Bernardo Vieira de Mello.

2.2 – Os impactos da construção da nacionalidade brasileira na representação de Palmares.

Em 1838 é fundado o Instituto Histórico e Geográfico, cujo objetivo era promover pesquisas e estudos que se encarregassem de pensar o Brasil enquanto nação, iniciando um movimento de publicação de documentos referentes ao passado do Brasil que pudessem ser interessantes na construção da sua história, tendo como principal veículo de divulgação a Revista do IHGB. O fio condutor dos trabalhos encabeçados pelos intelectuais do IHGB definia o povo brasileiro enquanto continuador e herdeiro da “missão civilizadora” iniciada pelos portugueses. Na esteira dos acontecimentos, foram fundados o Instituto Arqueológico e

Geográfico Alagoano e o Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, com o objetivo de fomentar a história regional, mas que estivesse em total acordo com o projeto nacional encabeçado pelo IHGB.

A respeito da criação do IHGB e dos institutos regionais Manuel Salgado aponta para as similaridades do modelo estabelecido no Brasil com o modelo francês, afirmando que:

“da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as provinciais, integrando-as no projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira.”⁹⁷

Esse autor também destaca que o processo de construção da nação passa pela definição do outro, daquilo que a nação não é. Nesse caso ele aponta para a singularidade da nacionalidade brasileira que foi definida sem haver uma ruptura com a metrópole, pelo contrário, entendeu-se que a nação brasileira era herdeira e continuadora do processo civilizatório português. Desta forma, ele salienta que foi necessário definir outros elementos para ser o outro, tanto internamente quanto externo. No último caso, ele fala que como a nação brasileira se formulou fortemente ligada à monarquia, as repúblicas latino-americanas foram definidas como o outro, tendo em vista a diferença nas formas de governo. Por outro lado, o autor afirma que o projeto de nação aqui estabelecido era restrito aos brancos, pois estes eram entendidos como os portadores da civilização, desta forma índios e negros estavam evidentemente excluídos desse projeto.⁹⁸

Nessa proposta de construção nacional as narrativas sobre Palmares não recebem muito destaque, tendo em vista a ideia de valorização do colonizador preconizada, contudo, como também havia o objetivo de publicação de documentos, o IHGB chegou a publicar quatro artigos que faziam referência ao quilombo. O IHGAP publicou dois documentos e o Instituto Alagoano quase vinte documentos. Este último, mais interessado na construção de uma história regional, mas que estivesse relacionada à história nacional.

Os documentos publicados pelo IHGB foram a *Relação de guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador Pedro de Almeida de 1675 a 1678*, publicada na revista de 1859, e as *Condições ajustadas com o governador dos paulistas*

⁹⁷ GUIMARÃES. Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. n. 1, 1988. p. 8.

⁹⁸ *Idem*. p. 7.

Domingos Jorge Velho em 14 de agosto de 1693 para conquistar e destruir os negros dos Palmares publicada em 1884.

Os outros dois artigos são de autoria do desembargador Rodrigo de Souza Silva Pontes, que era sócio efetivo do IHGB, e Pedro Paulino Fonseca, tendo o primeiro publicado um artigo em 1841 e o segundo outro artigo em 1876. O primeiro artigo, lançado três anos após a inauguração do instituto, discute acerca dos métodos a serem implementados pelos pesquisadores do IHGB para melhor alcançar, nas palavras do autor, a primeira e mais urgente incumbência da instituição de coligir e preparar os materiais necessários para a história e a geografia do Brasil. Reconhecendo que muito desse material está espalhado em diferentes arquivos e em posse de particulares, o autor constata a necessidade de solicitar o consentimento desses documentos e de formar uma comissão que possa examiná-los, montando um relatório sobre sua autenticidade e sua importância para a história e a geografia do país, para melhor avaliar o custo em se conseguir tais documentos, que podiam ser adquiridos através de cópia ou de compra.⁹⁹

Afirma ainda que, mesmo com o esforço de catalogar e organizar esses arquivos, surgiram questões que só podem ser resolvidas a partir de expedições científicas, sendo necessária a visita ao local em que o fato ocorreu para esclarecê-las. É nesse contexto que Silva Pontes usa *Palmares* como exemplo, apontando as divergências nos escritos de Brito Freire, Barléus e de Rocha Pita. Os dois primeiros fazem distinção entre dois *Palmares*, o grande e o pequeno, enquanto o último falou de apenas uma grande povoação e outras menores. Também se repetem as dúvidas quanto à localização do quilombo, pois que para Silva Pontes Barléus não o situa dentro de Alagoas, enquanto os outros dois o fazem, mais não com a precisão que o autor julga ser necessária.

No que consta sobre a população, Silva Pontes aponta que Barléus falou de onze mil pessoas, enquanto Rocha Pitta fala de vinte e mil homens e Brito Freire, trinta mil. Enfim, o autor relaciona mais algumas questões nos escritos desses três autores, e não toma para si a responsabilidade de responde-las, pois que o mote de seu artigo não são as dúvidas sobre *Palmares* em si, mas quais os meios e métodos que os pesquisadores devem empreender para superar questões que podem aparecer em análises de outros eventos. Assim, como dito anteriormente, o autor acredita que a expedição científica é uma das etapas a ser adotada, permitindo uma junção da análise documental, com o meio geográfico e as tradições locais.

⁹⁹ PONTES. Rodrigo Francisco Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos à História e Geographia no Brasil? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, n.3, 1841, p. 149-150.

Nesse sentido, acrescenta que mediante os amplos conceitos de história e geografia adotados pelo Instituto quando este se aplica a organizar e a coligir os materiais referente ao Brasil, se torna impossível para apenas um homem examinar, discutir e decidir todos os pontos duvidosos sobre a história e a geografia de qualquer região. Conforme afirma, esta dificuldade ocorre pois os estudos da história do Brasil ainda estavam por se desenvolver e, pelo fato de ser uma vasta região territorial ainda pouco ou quase nada conhecida a ser investigada. Mesmo assim, ele aponta o pouquíssimo tempo de existência da nação facilitaria as pesquisas como uma vantagem para a realização de tal tarefa.¹⁰⁰

O autor do outro artigo foi Pedro Paulino da Fonseca, que era membro honorário do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano e se tornou membro correspondente do IHGB em 1883. Conforme informado logo no início a publicação se deve ao autor ter oferecido seu manuscrito ao IHGB, tendo o mesmo sido publicado em 1876. O artigo aborda a guerra e as entradas feitas aos Palmares, narrando as perdas e as vitórias militares enquanto se objetivava destruir o quilombo. Nesse sentido, seu relato busca narrar as principais tentativas realizadas logo depois da expulsão dos holandeses, considerando as primeiras infrutíferas e concentrando-se nas investidas organizadas por Pedro de Almeida e Ayres de Souza, por considerar que estas atingiram os habitantes dos Palmares de tal forma que estes se viram obrigados a aceitar a oferta de paz oferecida pelo governo da capitania de Pernambuco.

Assim, o autor faz uma abertura informando o local onde tudo ocorreu e afirmando: “foi ahi o theatro das grandes scenas de que vamos tratar, que se deram durante os primeiros annos de guerra contra os negros do quilombo dos Palmares, logo em seguida a paz com inimigo externo.”¹⁰¹

O artigo foi escrito a partir do documento *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida (1675-1678)*, contudo não consiste em uma transcrição fiel do mesmo, e apesar do autor apresentar basicamente as mesmas informações constantes no referido documento, o faz a partir de suas palavras e impressões. Assim, sobram elogios e exaltações aos dois governadores citados, Pedro de Almeida e Ayres de Souza e ao capitão-mor e ao sargento-mor Fernão Carrilho e Manoel Lopes Galvão, respectivamente. O autor afirma serem estes “dois distintos chefes, que muito conceito mereciam em seu juízo” (*no de Pedro de Almeida*).¹⁰² Por outro lado, os habitantes

¹⁰⁰ *Idem.* p. 155.

¹⁰¹ FONSECA. Pedro Paulino da. Memórias dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, n. 39, 1876, p. 293.

¹⁰² *Idem.* p. 315.

de palmares são descritos de forma negativa, principalmente no que concerne ao líder Ganga-Zumba, atribuindo-lhe adjetivos como “o rei fugitivo”¹⁰³ Percebe-se então, como recurso de valorização dos personagens ligados à colonização portuguesa, a desvalorização e oposição ao inimigo, que neste caso tratava-se dos palmaresenses.

Arrola ainda o nome de vinte e seis pessoas, dentre capitão, capitão-mor, alcaide-mor, sargento e sargento mor, que fizeram guerra ao quilombo por conta própria e afirmando merecerem louvor e seus nomes memória. O faz também para dez capitães que julga terem sido os melhores sob a responsabilidade de Fernão Carrilho.

O governador Pedro de Almeida é descrito como uma pessoa benevolente que só tinha como interesse o fim dos prejuízos da capitania, não necessitando de glórias pessoais. Nesse sentido Paulino da Fonseca escreve:

“De muito serviu o desinteresse com que D. Pedro se mostrou na partilhadas glórias dos últimos sucessos para alcançar das câmaras e da nobreza d’aquelas partes seu desejo. Também maior ajuda e emulação trouxe à empresa o desinteresse quanto à joia que se costumava dar aos governadores, por ele oferecida como prêmios aos que melhor trabalhassem, dizendo, que só queria o prazer de ver aquela capitania livre dos sobressaltos contínuos e perigos perpétuos que levavam-a para sua ruína, e ajuntando que seu maior intento era o serviço que a’ahi resultara a Sua Alteza, pois do contrário se seguiam duas monstruosidades indignas de se fazerem públicas no mundo: a primeira terem domínio nas melhores capitanias de Pernambuco negros captivos, e segunda, os escravos dominarem seus próprios senhores.”

Acrescentando ainda que: “D. Pedro, dotado de inteligência, tino e perspicácia, ativo e empreendedor, estudara mui particularmente o modo como havia de se fazer essa guerra, servindo alguns desacertos das tentativas passadas de corretivo para o acerto das futuras.”¹⁰⁴

No que tange a Fernão Carrilho o autor afirma que: “se ele tomava para sobre seus ombros aqueles trabalhos, não sendo morador n’aquelas capitanias, era só pelo zelo do serviço de Sua Alteza, e para obedecer ao governador D. Pedro de Almeida.”

Por sua vez, Ayres de Sousa foi descrito pela afabilidade com que recebeu a comitiva do rei dos Palmares, sobre a qual o autor disse:

“grande foi o prazer com que o governador Ayres de Souza os recebeu, e singular complacência com que se viu adorado por aqueles inimigos; tratou-os com suma afabilidade, falou-lhes com grande brandura, e prometeu tudo fazer por eles: mandou vesti-los e enfeita-los com fitas vermelhas, com o que ficaram

¹⁰³ *Idem.* p. 308.

¹⁰⁴ *Idem.* p. 301.

contentíssimos. O povo todo aplaudiu a felicidade de D. Pedro e a benevolência de Ayres de Sousa.”¹⁰⁵

Por outro lado, quando Pedro Paulino da Fonseca se referiu ao palmarinos, os mostrou como insolentes, perigosos e ávidos por salvarem-se de qualquer forma. Desta forma, o autor escreve sobre Gangamuiza informando tratar-se de um: “negro muito temido nas nossas povoações, como muito ladrão, insolente, soberbo e atrevido nos seus cometimentos.”¹⁰⁶ Do mesmo modo, ao tratar sobre aceite da paz, o autor insinua que o rei Ganga-Zumba teria alguma intenção para além daquela proposta do governador, que era de viver em paz e acalmar a situação da capitania, afirmando que: “o rei Gangasuma, sabendo d’isto, ou por se julgar, com a própria experiência, incapaz de resistir a outros assaltos, ou se receiando da adversa fortuna, ou por outras intenções que não podemos descortinar, aceitou a proposta de D. Pedro.”¹⁰⁷

Nesse sentido, elenca os motivos do aceite de paz, mostrando uma situação calamitosa e desesperadora para os palmarenses, afirmando que: “não queriam mais guerra, e só procuravam salvar as vidas dos que restavam, que estavam sem cidades, sem recursos de alimentos, e, o que é mais, sem mulheres nem filhos.”¹⁰⁸ Acrescenta ainda como motivo para a paz a vontade dos palmarenses de fazer comércio com os moradores das áreas vizinhas a eles, ignorando, de certa forma, que esse comércio já ocorria, contudo de forma ilegal.

O autor finaliza seu texto levantando uma dúvida sobre as ações de Ganga-Zumba que ele havia sutilmente sugerido anteriormente, assim ele questiona o leitor: “Seria traição de Gangasuma em aceitar a paz para assim obter a restituição de sua mulher, filhos e netos prisioneiros, burlando a intenção de D. Pedro de Almeida?” Desta forma, Ganga-Zumba é representado como fujão e também traidor.

De certa forma, este artigo até poderia ser considerado uma exceção ao padrão assumido pelo IHGB de relegar ao segundo plano assuntos relacionados à temática da população negra, contudo se coaduna com o objetivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, do qual o autor fazia parte, mas também com o do IHGB. Isto porque, na medida em que Paulino da Fonseca utilizou-se de um episódio, cujo acontecimento foi de abrangência regional, para valorizar personalidades locais, estas personalidades também representavam a ação colonizadora, a qual os pesquisadores do IHGB recorriam como prelúdio da nação

¹⁰⁵ *Idem.* p. 318.

¹⁰⁶ *Idem.* p. 307.

¹⁰⁷ *Idem.* p. 316.

¹⁰⁸ *Idem.* p. 317.

brasileira. Ademais, ao dar conta do fim do quilombo, o autor cita a participação do paulista Domingos Jorge Velho, mas atribui a vitória ao pernambucano Bernardo Vieira de Mello.

Por outro lado, Andressa M. B. dos Reis ao analisar esse artigo considera que sua inclusão na revista do IHGB só foi possível graças à associação e comparação entre Palmares e os holandeses, explicando que a expulsão destes era de fácil incorporação à memória nacional, pois o IHGB considerava esse acontecimento como o primeiro que uniu as três raças sob um mesmo objetivo.¹⁰⁹ Nesse sentido, o autor diz:

“E teve, com este último desfecho prodigioso, como restaurada de todo a capitania, que, se na primeira venceu-se o inimigo estrangeiro, que nos ocupava a costa e nos dominava o mar, n’esta aniquilou-se outro não menos temido, que dominava-nos o campo e ocupava o sertão.”¹¹⁰

Como o foco de sua narrativa concentra-se no período do acordo de paz (1678) e nos acontecimentos anteriores que levaram a ele, Paulino da Fonseca chega a citar Zumbi mas sem se deter nele. Assim, apesar de descrevê-lo como “negro de singular valor, grande ânimo e constância admirável,” se apressa em defini-lo como inimigo capital dos brancos seguindo seu recurso de depreciação dos personagens de Palmares.¹¹¹

Enfim, não é possível considerar este artigo de Pedro Paulino da Fonseca como a interpretação completa do IAGAL sobre Palmares e seus personagens, contudo nos dá uma boa noção da diferença de tratamento que o instituto alagoano e o IHGB deram a este tema, pois enquanto este praticamente se isentou de abordar tal assunto, o artigo citado revela a tendência do IAGAL de privilegiar acontecimentos locais, com o intuito de contar a história local/regional. Nesse sentido, Palmares e seus líderes figuraram no texto acima tratado como contraponto aos personagens ligados à administração portuguesa, alagoana e pernambucana, representando o inimigo, o outro, e concentrando todos os vícios que deveriam ser combatidos pelos precursores da história da região. Assim, ao exaltar as qualidades destes últimos, são apresentados e definidos personagens chaves para compor a história local, mas também personagens que fazem parte da história da nação.

Desta forma, nos dois institutos seguia-se o padrão de desvalorização da população negra na construção da identidade nacional, no entanto, no que concerne a Palmares, enquanto o IHGB fazia isso preferindo não abordar o assunto, o IAGAL narra esse episódio

¹⁰⁹ REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. Zumbi: historiografia e imagens. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Franca. 2004. p. 52.

¹¹⁰ FONSECA. *Op. cit.* pp. 311-312.

¹¹¹ *Idem.* p. 299.

depreciando seus personagens e valorizando os personagens que representariam os pernambucanos e os alagoanos.

Um autor cuja obra se coaduna com a linha interpretativa adotada pelo IHGB foi Francisco Adolfo Varnhagem. A obra *“História Geral do Brasil”*, publicada entre os anos de 1854 e 1857, traduz bem o posicionamento de valorização do colonizador português, pois apresenta o Brasil “como uma criação do Império ultramarino português, desde a chegada de Cabral até a emancipação do estado de colônia.”¹¹² A “missão civilizatória” da metrópole é ressaltada pelo autor que justifica a escravidão indígena, até nas medidas mais violentas, como ações necessárias para a implantação da civilização e do catolicismo, como a superioridade da civilização sobre a barbárie.

Varnhagem chega a considerar a miscigenação entre os homens brancos e as mulheres indígenas algo de certa forma positiva a despeito da falta de religiosidade dessa união, pois possibilitou que a “raça americana” não fosse extinta, na medida em que foi cruzada e refundida com a “raça branca.” No entanto, no que tange aos negros, o autor reconhece como um dos três elementos da formação da população brasileira, e a importância de seus “vigorosos braços” na fabricação do açúcar e do café, mas idealiza que um dia a miscigenação pudesse apagar o que fosse característico da origem africana.¹¹³

Mediante a posição tão pessimista do autor em relação à população negra no Brasil, seria impossível imaginar que Palmares pudesse figurar em seu texto como algo positivo. Na verdade, em dado momento, a forma como o quilombo é abordado tem um caráter depreciativo, com Varnhagen considerando exageradas as descrições feitas por outros autores a respeito de um tema que para ele parecer ter menor importância, provavelmente referindo-se a Rocha Pita. Nesse sentido, o autor escreve:

“Que os mocambos e quilombos dos Palmares vieram seriamente a constituir um ou mais estados no Estado não é possível por em dúvida; entretanto temos que exageram os que, amigos do maravilhoso, os apresentam como organizados em república constituída com leis especiais, e subordinados a um chefe que denominavam Zombi, expressão equivalente à com que na língua conguesa se designa a Deus.”¹¹⁴

¹¹² GUIMARÃES. Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagem: História Geral do Brasil. In: Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico II / Lourenço Dantas Mota (org.). São Paulo: Serial, 1999. p. 80.

¹¹³ ODÁLIA, Nilo (org.) Varnhagem. São Paulo: Ática, 1979. pp. 68-73

¹¹⁴ VANHARGEN. Francisco Adolfo. História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal. 2ª Edição. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Laemmert. 1871. p. 785.

Inicialmente o autor havia citado o quilombo no decorrer do relato sobre a situação das capitanias nos anos após o tratado de paz com a Espanha, escrevendo que Pernambuco lutava contra os mocambos de Palmares, permanecendo sempre em guerra apesar das derrotas que lhes havia infringido. Fala ainda sobre certo desentendimento entre a Câmara de Olinda e o governador, que recorreram ao rei para saber quais dos dois tinha mais autoridade, recebendo como resposta que ambos representavam o rei. Compara ainda a situação da Bahia, cuja ameaça eram os índios, com a de Pernambuco, que tinha que lidar com os quilombos, afirmando serem estes uma ameaça à propriedade.¹¹⁵

Mais adiante o autor fala dos contingentes que tiveram que ser deslocados para socorrer as diferentes capitanias que tinham que combater algum inimigo, a exemplo das tropas pernambucanas, remanejadas dos Palmares para socorrer à capitania do Rio Grande que se via com problemas com os índios. Nesse sentido, o autor diz: “parecia que os perigos iam nascendo para unir entre si as capitanias, provando a todas como da união resulta a verdadeira força, que fazem respeitáveis e respeitados os estados.”¹¹⁶

Ademais, citando Margraf, Varnhagen considera que no tempo dos holandeses Palmares havia se organizado juntando um número de onze mil escravos fugidos, que ganhou força vencendo ataques mal dirigidos e organizados pelos holandeses e pernambucanos. Afirmando que a sujeição do quilombo foi obra de anos, o autor prossegue falando das condições ajustadas com o capitão dos paulistas Domingos Jorge Velho, tendo sido travadas campanhas sanguinolentas que, de acordo com ele, infelizmente não foram acompanhadas por nenhum cronista “que perpetuasse mais estes heroicos feitos dos paulistas”, levando a cabo a destruição de Palmares em 1697.¹¹⁷

Desta forma, Varnhagem expõe suas anotações a respeito de Palmares apenas como um dos acontecimentos da capitania, denunciando os exageros das narrativas a respeito desse episódio, e tratando-o com certo desdém, pois considera um tema de menor importância do que se havia lhe dado por outros autores, a quem ele chama de “amigos do maravilhoso,” podendo-se notar o tom jocoso que usa ao citá-los. Vendo-se então na necessidade de citar tal acontecimento e redefinir sua relevância, Varnhagem não deixa de ressaltar os méritos daquele a quem atribui a destruição de Palmares, lamentando que não fosse possível uma descrição mais detalhadas das ações dos paulistas, a quem denomina heróis.

¹¹⁵ *Idem.* p. 762.

¹¹⁶ *Idem.* p. 784.

¹¹⁷ *Idem.* p. 786.

2.3 – Outros autores do período.

Agostinho Marques Perdigão Malheiros foi um jurista brasileiro que escreveu um tratado jurídico sobre a escravidão no Brasil em 1866-1867, cujo título é *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Preocupado com a questão serviu no país, Perdigão Malheiros se propôs a discutir o assunto, que considera um dos maiores males do Brasil como forma de contribuir para a regeneração do estado social, afirmando ser indispensável examinar as questões que a escravidão engendra para que se evitem ilusões, a indiferença e a confiança inocente frente ao abismo. Considerando então ser necessário conhecer acerca do direito sobre os escravos, divide a obra em três volumes, tratando assim da doutrina de direito sobre escravos e libertos na primeira parte, sobre os índios na segunda e sobre os africanos na terceira.¹¹⁸

Palmares é citado muito rapidamente na parte 1ª, capítulo II e um pouco mais detalhadamente na parte 3ª. Desta forma, quando o autor trata da relação entre escravos e lei criminal no segundo capítulo da primeira parte da obra, informa que ocultar escravos fugidos era crime perante a legislação, expressando ser frequente desde os tempos mais antigos até o momento em que escreve o abandono da casa dos senhores por parte dos escravos, eximindo-se do cativo, mesmo que sujeitos a uma vida de privações e perigos pelas matas e sertões. Sendo as fugas em pequenos ou grandes grupos, informa que essas reuniões eram denominadas quilombos ou mocambos e os escravos eram chamados de quilombolas ou calhambolas.

Continua o texto afirmando que tem sido fácil no Brasil isso ocorrer devido à grande extensão territorial, e os escravos procuravam instalar-se perto dos povoados para poder prover suas necessidades mesmo que por meio de latrocínio. Frente ao exposto, o autor diz ser necessário dar notícia sobre o quilombo dos Palmares por ser um episódio notável demais para que se possa deixar de mencioná-lo, mesmo que esse seja um tema alheio ao propósito da obra.¹¹⁹

Na terceira parte Perdigão Malheiros inicia fazendo uma contextualização da inserção da mão de obra servil nas Américas pelas coroas ibéricas através do comércio e do tráfico, proporcionando a mescla das três raças que passaram a coexistir no Novo Mundo, os brancos, europeus, os indígenas e os negros africanos. Segundo ele este fato permitia o

¹¹⁸ MALHIEIROS. Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: Ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1866.

¹¹⁹ *Idem*. p. 30.

desenvolvimento dessa odiosa instituição devido aos descendentes que resultavam desse cruzamento, considerando que a hereditariedade da escravidão se dava através da mulher escrava, mesmo que o pai fosse livre.¹²⁰

O autor prossegue analisando o status do escravo na sociedade colonial, afirmando que este era tratado como coisa, apenas um instrumento de trabalho ou uma máquina, e tinham todos os seus direitos negados, assim como todos os sentimentos inclusive os de família, sendo dessa maneira reduzidos à categoria de irracionais. Perdigão Malheiros considera que essa situação do escravo perante a sociedade fazia com o mesmo perdesse a consciência de sua dignidade humana, acabando por quase acreditar que ele não era realmente uma criatura igual aos demais homens livres. Desta forma, o autor afirma que tal circunstância fazia sentir seus efeitos nos costumes e em todas as relações da vida privada e pública, com consequências perniciosas para a sociedade.¹²¹

Malheiros afirma que mesmo os senhores e colonos não proporcionando a mínima condição de alimentação e de vestimenta que fosse, e por mais que os escravos estivessem abatidos e rebaixados em sua dignidade, o homem, em sua vontade de liberdade, “tende sempre a sacudir o jugo”, ou seja, resistir à dominação, assim, os escravos se revoltam contra seus senhores, ou fogem, ou se suicidam ou ainda matam seus filhos para evitar que eles sejam escravizados. É nesse contexto que Perdigão Malheiros se propõe a tratar de Palmares de forma mais detalhada.

O autor não traz nenhuma informação nova dos demais, informando que o quilombo se localizava ao norte do rio São Francisco, compreendendo uma extensão de 50 a 90 léguas até o cabo de Santo Agostinho, que a população abrangia em torno de 18.000 a 20.000 habitantes, distribuída em povoações, cuja principal era Macaco. As povoações teriam se iniciado a partir da fuga de quarenta escravos e crescido durante a invasão holandesa, haja vista que os senhores ocupados com esta não mandavam capturar seus escravos fugidos. Afirma ainda que, tendo se resolvido a situação com os holandeses os governadores das capitâneas se puseram a combater Palmares, citando então as expedições de Francisco Barreto e Fernão Carrilho. Ele informa que este último conseguiu vitórias sobre os mocambos a mando do Governador Pedro de Almeida, e tendo sido vencidos alguns dos habitantes de Palmares teriam descido da Serra da Barriga com o intuito de submeter-se, ao que foram recebidos por D. Pedro e por seu sucessor.

¹²⁰ *Idem.* Parte 3ª. 1867. pp. 12-13.

¹²¹ *Idem.* pp. 14-16.

Aqui é possível perceber uma pequena diferença das narrativas tratadas anteriormente por parecer que os palmaristas que tiveram a iniciativa de ir até Pedro de Almeida, e não que este foi quem propôs o acordo de paz, forma como o acordo foi tratado anteriormente. O autor parece também por em dúvida o fato de Fernão Carrilho ter vencido os mocambos, pois expressa que é isto o que se diz. E apesar de citar uma publicação da revista do IHGB sobre os acontecimentos de Palmares no tempo de d. Pedro de Almeida, não comenta sobre o insucesso do acordo de paz.

Fala então que apesar de sua organização, defesa e administração da justiça, Palmares estava longe de ser um “país” inteiramente livre de incômodos e perigos, pois constantemente providências eram tomadas a fim de aniquilá-lo. Nesse sentido, informa que o governador Souto Maior fez um contrato com o paulista Domingos Jorge Velho para os derrotar, ocorrendo sanguinolenta luta em 1695 que culminou em sua submissão em 1697, tendo sido preciso empregar uma força de 8.000 homens para tal.

Perdigão Malheiros utilizou-se das obras de Rocha Pitta, Ayres de Casal, Varnhagem e de dois documentos¹²² para compor a narrativa sobre Palmares, e apesar de os fatos que apresenta não conterem nenhuma novidade a respeito do tema, é possível considerar que seu posicionamento foi de certa forma diferente, pois afirma ser a fuga algo inerente à escravidão e um de seus corretivos naturais,¹²³ considerando a escravidão uma instituição perniciosa que trouxe consequências nefastas à sociedade brasileira.

Em 1880, o português Joaquim Pedro de Oliveira Martins publicou a obra “*O Brasil e as colônias portuguesas,*” cujo objetivo é estudar a colonização dos portugueses na América e na África, só que de forma conjunta. Isto porque para ele “os territórios nacionais formavam nessas duas partes do mundo um sistema que se desenvolvia em paralelo ao sistema das conquistas orientais”. Nesse sistema, o continente africano se enquadrava como fornecedor de braços escravos para o trabalho na América, fazendo com que, em sua visão, as colônias africanas dependessem do Brasil, pois com o fim da escravidão neste país tais colônias perdiam sua função.¹²⁴

O autor também deixa bem claro não interessar nessa obra tratar do domínio oriental, fazendo uma diferenciação entre as possessões portuguesas no ocidente e no oriente. Assim, enquanto as primeiras ele trata como colônias, as segundas trata como conquistas, afirmando

¹²² Ele se refere a uma publicação do Tomo XXII Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre uma memória que se limita ao governo de D. Pedro de Almeida 1675 a 1678 e ao Contrato de 3 de março de 1687 com Domingos Jorge Velho. *Idem.* pp. 21-23.

¹²³ *Idem.* pp. 17-19.

¹²⁴ MARTINS. Oliveira J. P. *O Brasil e as colônias portuguesas.* 5ª edição. Lisboa: Typographia da Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora. 1920. pp. vi-vii.

que no ocidente foi empregado o melhor do gênio indagador e audaz dos portugueses, e no oriente destacou-se a característica guerreira e mercantil.¹²⁵

Nesse sentido, acredita que o que floresceu no Brasil foi testemunho do gênio dos portugueses, acrescentando que “a sua história não ficaria completa se lhe não juntasse a das suas colônias – até porque elas serão para o futuro o melhor testemunho, a caso o único vivo testemunho, da sua existência do mundo, da sua intervenção ativa na civilização europeia.”¹²⁶

Palmares aparece no segundo capítulo da obra intitulado “*Negros, o açúcar e o ouro.*” Desta forma, inicialmente o autor aborda questões relacionadas ao tráfico e à escravidão. Oliveira Martins reconhece a perversidade do escravismo no trato do senhor com o escravo e nos castigos violentos aos quais estes eram submetidos, mas isto para falar que quando a violência chegava a um ponto excruciante o escravo, mesmo na inferioridade de sua raça, tomava consciência da situação e rebelava-se. Considera o negro um animal, porém domesticável, e que como o jumento paciente que se lembra que já foi um jumento selvagem o escravo poderia lembrar que também já foi livre. Assim, segundo ele, vivia o colono em um perigo eminente, sendo o escravo sempre um inimigo.¹²⁷

Prosseguindo em sua explanação, o autor informa haver outras formas de os escravos se verem livres do jugo do senhor, como a manumissão, contudo considera que essas formas, que para ele seriam novas, não se comparam à nobreza às antigas, elegendo Palmares como exemplo de protesto de escravo mais heroico, dando-lhe o epíteto de Troia Negra, e para sua história o de Ilíada. Os dados que apresenta não diferem muito do que vimos até agora, repetindo informações que já foram expostas nos trabalhos de Rocha Pitta, Ayres de Casal, Robert Southey e Thomas Lindley, contudo, o tom épico que dá ao episódio é o que se destaca em sua narrativa.

Ele se refere a um Zambí, mas aparentemente não como o indivíduo Zumbi, mas como o título de líder, e repete a teoria de suicídio deste e do que sobrou de seu exército, afirmando que preferiram morrer como heróis que submeter-se aos portugueses. Nesse sentido, Oliveira Martins afirma: “A Troia dos negros foi arrasada, mas a memória de seus heróis ficou e ficará como um nobre protesto da liberdade humana contrata a dura fatalidade da natureza, cujas ordens impuseram à exploração da América a condição do trabalho escravo.”¹²⁸

O fato de Oliveira Martins elevar Palmares à categoria de nobre protesto da liberdade humana chega a ser estranho ao leitor considerando que em poucas páginas antes disto, ele se

¹²⁵ *Idem.* pp. v-vi.

¹²⁶ *Idem.* p. vii.

¹²⁷ *Idem.* pp. 61-62.

¹²⁸ *Idem.* p. 66.

referia aos negros como animais. Quanto a isto, Paulo Franchetti afirma que esse ponto difere de todo o restante do livro, no qual predominam as teorias raciais e de darwinismo social através das quais o autor defende a escravidão do negro e o extermínio das populações indígenas como etapas necessárias à construção de uma sociedade civilizada, europeia no Novo Mundo. Para Franchetti na parte em que trata de Palmares o autor deixar transparecer seu lado artístico enquanto no restante sobressai o cientista social.¹²⁹

2.4 – O início do século XX – Raimundo Nina Rodrigues

As produções intelectuais das primeiras décadas do século XX no Brasil foram fortemente influenciadas por teorias de evolucionismo social e racismo científico provenientes da Europa, e tiveram entrada no país por volta de 1870. Essas teorias foram desenvolvidas na Europa a partir de um crescente do movimento intelectual e cientificista, no qual muitas disciplinas passaram por modificações, com os limites de cada área de conhecimento sendo mais bem definidos, assim como suas especializações, e com a elaboração de grandes sínteses e novos modelos de análise, como por exemplo, a teoria da evolução. Nesse sentido, Lilia Schwarcz afirma: “guardada as especificidades de cada disciplina, o que se pode afirmar, é que em todos os lados reformulam-se concepções científicas arraigadas e faziam-se das pesquisas e experimentações procedimentos de contestação às antigas concepções.”¹³⁰

Segundo esta autora, a ciência que chega ao Brasil não era a de experimentação como na Europa, mas sim modelos evolucionistas e social-darwinistas, que foram popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. Desta forma, era uma ciência muito mais de consumo de manuais que de produção científica propriamente dita, penetrando inicialmente no país como uma “moda.” É informado então, que a moda cientificista se populariza no Brasil através dos romances naturalistas da época que se utilizaram dos modelos científicos deterministas, na medida em que seus personagens eram condicionados pelas máximas deterministas desses modelos. Os enredos eram construídos

¹²⁹ FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil. Disponível: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8636167/3876>> Acesso em: 02 de jul de 2018 às 17:35.

¹³⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 40.

pautados em princípios de cientistas europeus como Darwin e Spencer, e pelas conclusões pessimistas das teorias científicas raciais.¹³¹

Ela afirma ainda, que nas grandes cidades brasileiras a entrada do ideário cientificista se deu através de programas de higienização e saneamento, e da adoção entre os intelectuais de modelos evolucionistas como o social-darwinismo, cujo objetivo era o estudo das raças e a verificação de sua contribuição para a sociedade, mesmo esta teoria já estando bastante desacreditada na Europa. Isto porque o objetivo não era analisar os debates originais que levaram a criação dessas teorias, mas sim adaptar o que combinava para poder justificar as hierarquias sociais cristalizadas, e descartar o que não se encaixava, como as teorias que alertavam para os problemas da miscigenação.¹³² Desta forma, a adaptação destas teorias fez-se mais do que necessária, se for considerada sua aplicabilidade em uma sociedade altamente miscigenada. Era necessário mostrar que mesmo em uma sociedade miscigenada podia ser civilizada.

O advento da república e o fim da escravidão levantaram novas questões sobre a nacionalidade brasileira e a relação desta com a população negra. Foram somados ao debate nacional questionamentos sobre a contribuição e o papel da população negra, tornando-se necessário abordar esse assunto. Assim, se antes os traços da contribuição negra deveriam ser apagados, ou ignorados, agora era necessário ser estudados, pois aqueles que antes eram escravos toraram-se cidadãos que buscavam espaços para compor a mão-de-obra assalariada, seja no meio rural ou urbano. Vê-se então, que a necessidade desse debate se origina de uma elite intelectual profissional que estava se formando concomitantemente ao processo de abolição, e que passara mobilizar conceitos como raça e etnia, referendados por um cientificismo “importados” da Europa, para justificar e embasar uma estratificação social em que brancos eram entendidos como superiores aos negros.

Nesse sentido, percebe-se que essas teorias foram adotadas no Brasil partindo-se do princípio da época de inferioridade dos africanos e seus descendentes, que ligado a antropologia, entendia que os grupos sociais tinham diferentes níveis de desenvolvimento, considerando que os brancos estariam no patamar mais alto de “civilização”.

Como foi possível observar no item anterior, o português Oliveira Martins constrói sua obra a partir desses referenciais teóricos, contudo a despeito disto adota uma postura elogiosa ao Quilombo. No Brasil, Varnhagen já apontava para os problemas da miscigenação, mas são autores que vieram logo após ele que adotaram mais claramente tais teorias. No que concerne

¹³¹ *Idem.* pp. 41-43.

¹³² *Idem.* p. 54.

ao objeto aqui estudado, analisaremos o autor Raimundo Nina Rodrigues, que foi um médico e escritor brasileiro, definido por Schwarcz como um dos “*homens de sciencia*” do XIX, inseridos nesse momento de produção intelectual influenciada pelas teorias evolucionista, higienista e sanitarista que acabamos de citar.

Desta forma, apesar de seus trabalhos sobre Palmares terem sido publicados no início do século XX, escolheu-se por analisar a obra desse autor ainda neste capítulo pela relação direta e influência das teorias raciais do XIX.¹³³ Isto posto, Raimundo Nina Rodrigues escreveu “*Troya Negra, erros e lacunas da história de Palmares*”, que foi publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco em 1904, no Diário da Bahia em 1905 e na revista do IHGB em 1912. Esse texto foi posteriormente inserido no livro “*Os Africanos no Brasil*” como o capítulo “*As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares.*”

Sergio Figueiredo Ferreti afirma que o interesse de Nina Rodrigues por estudar os negros origina-se de sua formação em medicina legal. Isto porque, interessado por assuntos relacionados ao crime e à loucura que associados à teoria de inferioridade da raça fazia com que se acreditasse que os negros eram propensos ao crime, Nina Rodrigues enquanto médico legista passou a examinar e estudar crânios de criminosos. Ferreti afirma também que Rodrigues passou a estudar as religiões de origem africana em um contexto em que a religião passou a ser entendida como um modo de racionalizar o mundo dos seres humanos.

Desta forma, os estudos sobre esse tema eram também usados para confirmar a superioridade ou inferioridade de determinadas formas religiosas e debruçando-se sobre esse tema, Ferreti afirma que Nina Rodrigues foi o primeiro a entender como religião aquilo que era visto como crenças supersticiosas, apontando para uma coerência lógica de ideias e crenças. Destacando ainda a influência que Rodrigues teve em pesquisas no Brasil e no exterior sobre cultura e religião afros, Ferreti afirma que este autor se tornou pioneiro dos estudos afro-brasileiros e da antropologia no Brasil, acrescentando ser também um dos primeiros que deu atenção para temas relacionados à quilombos e revoltas de escravos.¹³⁴

Nina Rodrigues inicia a narrativa sobre Palmares informando que alguns autores definem seu início no ano de 1630, quando ocorreu a invasão holandesa, contudo, segundo ele, esta apenas fortaleceu o quilombo e lhe deu incremento, pois conforme afirma, “parece

¹³³ Sergio Figueiredo Ferreti afirma que no período em que Nina Rodrigues produz suas pesquisas a ideia da existência de raças superiores e inferiores era indiscutível, como um dogma e que o positivismo e o evolucionismo eram as posições teóricas dominantes e que sendo assim, Nina Rodrigues aceitou os pressupostos teóricos de seu tempo, tendo morrido muito jovem para contestá-los. FERRETI, Sergio Figueiredo. Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras. Cadernos de Pesquisa. São Luís, v. 10, n. I, jan/jun. 1999. p. 20.

¹³⁴ *Idem.* pp. 22-27.

que desde tempos bem remotos por aqueles sítios se refugiaram, das fazendas vizinhas, os negros que se escapavam dos rigores do cativoiro.” Afirma ainda que, erroneamente alguns historiadores consideram o Quilombo de Palmares um feito único, mas que na verdade lhe parece ter sido rompido ali, várias vezes, a continuidade da sede de ocupação que era frequentemente mudada ou transferida ou na direção governativa de seus chefes, considerando ter havido diversos Zumbis.¹³⁵ Ele refere-se então a Zumbi enquanto um título e não o nome de uma pessoa.

Desta forma, o autor define três momentos distintos para o quilombo: o “Palmares holandês, destruído por Bareo em 1644; Palmares da restauração pernambucana, destruído pela expedição de D. Pedro de Almeida; Palmares terminal, definitivamente aniquilado em 1697.”¹³⁶ Salienta ainda, que esta divisão pauta-se a descontinuidade da administração, da direção política e da organização do quilombo, não podendo atribuí-la a sua existência, pois considera que as campanhas dos holandeses e de Pedro de Almeida não foram capazes de interromper a existência do quilombo.

Ele passa então a comparar os relatos do “*Diário de Viagem do capitão João Blaer*” e a crônica de Barleus com o manuscrito “*Relações das Guerras feitas aos Palmares*” a fim de sanar as dúvidas levantadas por Silva Pontes quanto a localização dos mocambos. Assim, salienta que enquanto as fontes holandesas falam de dois Palmares, o grande e o pequeno, o manuscrito se refere a tantos outros Palmares que se distribuía por uma extensão de 60 léguas. Essa diferença, segundo ele se dá porque as fontes tratam de períodos diferentes.¹³⁷

Ao tratar sobre a necessidade dos palmaristas em raptar mulheres na medida em que o “Estado negro” crescia e carecia destas, afirmando serem as mulheres menos aptas a fugirem dos engenhos e fazendas que os homens, Nina Rodrigues afirma que comparar essa ação ao rapto das sabinas praticados pelos romanos, é uma forma dos historiadores entusiastas a Palmares darem novo título de admiração ao quilombo, comparando-os com os dominadores do mundo antigo através de um traço acidental de fortuita semelhança. Afirma também que na medida em que a “nação negra” crescia, seus habitantes iam se dedicando cada vez mais a agricultura e estreitando laços com seus vizinhos, impondo-se pelo número e pelas relações comerciais.

Ele comenta ainda que o apelido histórico atribuído ao quilombo de “República dos Palmares” adveio da comparação feita por Rocha Pita a “uma república rústica, bem ordenada

¹³⁵ RODRIGUES. Raimundo Nina. Os Africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010. p. 79.

¹³⁶ *Idem.* p. 80.

¹³⁷ *Idem.* pp. 80-82.

a seu modo”, alegando que chamar o quilombo de república só podia ser entendido pela acepção lata de Estado e não pela forma de governo adotada, pois que a eletividade do líder não se dava em Palmares na forma que se dá nas repúblicas modernas. Assim, escolha do líder no quilombo, segundo o autor, ocorria pela escolha do chefe mais hábil e sagaz, como em toda a “África selvagem.”¹³⁸

Ele também questiona os diferentes números de habitantes apresentados, destacando que esta divergência havia sendo apontada por Silva Pontes. Ele não chega a conclusões, expondo apenas sua dúvida quanto aos exageros. A mesma dúvida surge no que se refere à grandiosidade e suntuosidade da arquitetura do palácio de Zumbi, afirmando que a grande extensão de léguas em que as cidades se estendem não se deve à grandiosidade das cidades em si, mas de sua desorganização. Segundo o autor, as cidades possuíam casas que não se dispunham em ruas como nas cidades coloniais, mas eram na verdade dispersas pelo meio dos espaços dos terrenos cultivados e cortados por riachos.¹³⁹

Isto posto, afirma que Palmares não era um caso especial e sem exemplo nos povos negros, pois considera que os escravos fugidos de Palmares se organizavam em uma tendência geral da mesma forma que se encontrava na “África inculta.” Ou seja, Nina Rodrigues afirma tratar-se de pequenos grupos, tribos ou estados, na qual uma pequena parcela de autoridade e poder cabe a cada chefe ou a um potentado. O autor acredita então que se surgisse algum chefe de maior prestígio e destaque na guerra todos os pequenos estados se submetiam a ele e a um governo central despótico. Somando-se a isso, e considerando que nem todos os marginalizados e foragidos que se encontravam em Palmares eram negros, e ainda devido à convivência dos que foram escravos com os colonizadores, Nina Rodrigues infere sobre a possibilidade de haver traços e costumes da colônia portuguesa em Palmares.¹⁴⁰

Segundo Nina Rodrigues, a simpatia pela mísera sorte dos negros, a admiração pelo modo com que se defenderam e o sacrifício dos chefes que preferiram o suicídio ao cativeiro, fizeram com que muitos historiadores enxergassem quanto às intenções liberais de Palmares, acreditando que havia ali na verdade apenas o instinto de salvação. Assim sendo, o autor acredita que isto fez com que os autores que o precedeu exaltassem a “República de Palmares” a ponto de lamentarem seu extermínio. Para ele há apenas o respeito pela cultura e civilização dos povos, mas mais ainda há o respeito às armas portuguesas que destruíram o

¹³⁸ *Idem.* p. 83.

¹³⁹ *Idem.* p. 84.

¹⁴⁰ *Idem.* pp. 84-85.

que em sua visão seria um impedimento ao progresso e inacessível à civilização caso Palmares saísse vitorioso, como um novo Haiti.¹⁴¹

A partir de então, Nina Rodrigues passa a narrar algumas expedições, chegando então a falar sobre Pedro de Almeida e a proposta de paz que enviou ao líder do quilombo. Também discorre sobre algumas divergências apresentadas nas capitulações acertadas com os paulistas para a destruição de Palmares nas narrativas de Rocha Pita e Southey de um lado, e na narrativa de Perdigão Malheiros de outro. Salienta ainda, que outra divergência encontrada está relacionada às datas que são atribuídas à destruição de Palmares, com Pita e Southey alegando que o ocorrido se deu em 1695 enquanto para Aires de Casal e Perdigão Malheiros isso se deu em 1697.

Nesse sentido, Nina Rodrigues esclarece que em 1695 foi tomada e destruída a cidade principal de Palmares sitiada pelas forças coloniais, seguindo de uma resistência que continuou em pequenos quilombos por parte das forças dos palmaristas que conseguiram escapar e retirar-se da cidade, tendo esta resistência sido destruída somente em 1697. Ele também cita a destruição do quilombo de um indivíduo chamado Camuango, que ocorreu em 1703, afirmando que mesmo que este tivesse vivido em Palmares, não seria possível associá-lo a uma continuidade de Palmares, tratando-se de um mocambo distinto, alegando que igual a este muitos se constituíram enquanto durou a escravidão.¹⁴²

O autor também discorre sobre as interpretações da morte de Zumbi, sobre o título de líder que esta palavra significaria e sobre a possibilidade de existência de vários Zambis. Nesse sentido, ele informa que Mattoso Maia, em um manual didático direcionado aos alunos do Colégio Pedro II, refuta a teoria de suicídio de Zumbi preconizada por Rocha Pita e que foi então repetida no XIX. Este recebeu a comprovação do Padre Rafael Galanti em seu manual didático direcionado ao Colégio Anchieta de Nova Friburgo onde lecionava. O primeiro utilizou-se de uma carta do governador geral D. João Lencastro de 1696, na qual se dizia que: “O Zambi, traído afinal por um mulato e atacado no seu mocambo onde lhe restavam apenas seis homens, morreu pelejando com a maior coragem”.¹⁴³

O segundo por sua vez, utilizou-se de duas cartas régias, uma de 1696 e outra de 1698, que se referiam ao perdão prometido ao mulato que entregou Zumbi, e ao prêmio do capitão André Furtado de Mendonça que matou e cortou a cabeça do último líder Palmarino, respectivamente. Para Nina Rodrigues essas cartas poderiam se referir a um mesmo fato, mas

¹⁴¹ *Idem.* pp. 85-86.

¹⁴² *Idem.* pp. 87-94.

¹⁴³ MAIA, Mattoso. *Apud.* RODRIGUES, Raimundo Nina. *Op. cit.* pp. 94-95.

não eram suficientes para refutar a teoria de suicídio de Zumbi. Isto porque, explica ele, “é certo que havia em Palmares mais de um Zumbi, além do Zumbi rei, diversos Zumbis gerais,” desta forma ele afirma que Zumbi não era o nome de um indivíduo, mas sim o título de um cargo. Assim um podia ter sido morto pelas armas portuguesas em combate, outro ter sido decapitado pelo capitão Mendonça, enquanto o outro poderia ter se suicidado precipitando-se do penhasco.¹⁴⁴

Desta forma, o autor não abandona completamente a teoria que tanto repetiu pelos autores do século XIX, mas também não nega o assassinato de Zumbi por armas portuguesas. Decide por apresentar uma solução que conjuga ambas as possibilidades, afirmando ser esta a posição mais aceitável, já que a destruição do quilombo não coincidiu com a destruição da cidade, e as autoridades coloniais tiveram ainda que combater uma resistência por alguns anos.

Nina Rodrigues inova no tema de Palmares ao analisar a provável composição social do quilombo, considerando-o formado majoritariamente por bantus. Primeiro ele avalia a possibilidade de Palmares ser formado por negros males, descartando essa possibilidade por duas razões. Primeiro porque o tráfico de negros mulçumanos para ao Brasil coincidiu com as transformações políticas e religiosas do Haussá no começo do século XIX, e mesmo que houvesse a entrada de escravos mulçumanos no Brasil antes disso, o que ele afirma ter sido possível, para Nina Rodrigues a existência de capelas e de imagens católicas encontradas no quilombo e relatadas pelas fontes holandesas mostra a inviabilidade da predominância de mulçumanos em Palmares, pois seriam incompatíveis a religiosidade católica e mulçumana. Nesse sentido, ela afirma:

“A principal importação para o Brasil de negros mulçumanos coincidiu com as transformações políticas e religiosas do Hassuá, no começo do XIX; mas muito antes disso, negros mulçumanos podiam perfeitamente ter entrado na colônia com as procedências da Senegâmbia, onde já sabemos terem ido parar frações de negros fulas ou fulos, procedentes do reino do Mali e convertidos pelos Berbéres ao Islamismo. No entanto, a existência, em Palmares, de capela e de imagens católicas encontradas na sua capital Maccos e da igreja mencionada no diário de Blaer não consente dúvida a este respeito, pois foi sempre absoluta a incompatibilidade de cultos católico e mulçumano. Eram, pois, negros fetichistas os que ali se congregavam, ou pelo menos os que deram organização e governo a Palmares.”¹⁴⁵

¹⁴⁴ RODRIGUES. Raimundo Nina. *Op. cit.* p. 95.

¹⁴⁵ *Idem.* p. 96.

Desconsiderando então a possibilidade da predominância de mulçumanos em Palmares, o autor passa a expor as razões pelas quais acredita ter havido um maior número de bantus e conseqüentemente maior influencia destes na organização e nos costumes vivenciados no quilombo. De acordo com Nina Rodrigues, excluindo-se a única referência que se faz a negros da guiné, quando se fala dos quarentas negros fugidos que teriam dado início ao quilombo, ou que o teria reconstruído após a restauração pernambucana, como acredita Ferdinand Denis, considera que tudo o mais leva a crer que Palmares tenha sido uma criação bantu, pois que facilmente o número de “angolas”¹⁴⁶ transportados para o Brasil superariam facilmente os quarenta fundadores. Ademais, considera que esta fundação guiné de Palmares tenha sido destruída no tempo dos holandeses.

Se coadunando com as teorias raciais que escalona o nível de desenvolvimento não só entre brancos e negros, também entre a própria “raça negra,”¹⁴⁷ Nina Rodrigues considera os bantus inferiores aos sudaneses, explicando que não há vestígios em Palmares das práticas religiosas destes últimos, e sendo os bantus menos desenvolvidos, justificaria a adoção de práticas católicas em Palmares, como se esses tivessem sido mais facilmente influenciados pela convivência com os portugueses. Desta forma, ele exclui também a possibilidade da presença sudanesa em Palmares afirmando que:

“A história não faz a menor referência a culto de animais ou de outras divindades em Palmares, este fato que seria inexplicável com os sudaneses, está perfeitamente de acordo com a ideia de que fossem diretores de Palmares negros bantus, cuja pobreza mítica está hoje perfeitamente reconhecida e demonstrada, o que lhes permitiu adotar uma caricatura da religião católica.”¹⁴⁸

Ele acrescenta que o termo Zambí provém das crenças religiosas bantus para denominar a divindade, mas principalmente à divindade relacionada à guerra, aquela que possuía um gênio terrível e guerreiro. Assim, informa que nem sempre o rei de Palmares foi identificado como Zambí, apontando dois nomes que teriam sido líderes dos Palmares grandes e pequenos que tratam os holandeses, e apontando o rei chamado Ganga-Zumba.

¹⁴⁶ O autor afirma que a designação Guiné se refere a uma denominação genérica utilizada pelos portugueses para tratar os escravos de toda a África Ocidental, contudo não deixa claro se entende o mesmo quando usa o termo Angola, ou seja, como denominação utilizada pelos portugueses para se referirem aos escravos da África Central.

¹⁴⁷ Essa expressão encontra-se aqui destacada considerando o extenso debate pós Segunda Guerra em torno do conceito de raça e seu esvaziamento. Contudo, para os autores inseridos nos contextos das teorias raciais, o uso desse termo fazia completo sentido. Ver: MUNAGA. Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível: < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> > Acesso em 31 jul. 2018 às 21:23.

¹⁴⁸ RODRIGUES. Raimundo Nina. *Op. cit.* p. 97.

Nesse sentido, o autor salienta que Zambi e Ganga Zumba são entidades distintas e enquanto este último residia na cerca real de Macaco, o primeiro era chefe de exército e comandava um mocambo próprio e distinto, onde residia. Isto posto, afirma que: “parece mesmo que o título de Zambi também equivalia então ao de governador de quilombo, dos que se confederavam sob a direção suprema do *Ganga Zumba* ou rei.”¹⁴⁹

Considera então que como na maioria das vezes o general era o próprio rei, é natural que ao chefe do quilombo se deu o título de Zambi. Ele também destaca a diferença ortográfica dos termos Zambi e Zumbi, informado que este último foi adotado pela maioria dos historiadores e também nas tradições populares, mas que o correto seria a primeira forma de escrita. Nina Rodrigues também analisa os significados dos termos Ganga Zumba e Gana Zona, relacionando-os às tradições bantus. Alegando então que a o termo *gana* deriva da expressão kibunda *ngana* significando senhor, quanto ao termo *Zona* o autor não tem certeza, mas o aproxima do significado de irmão ou filho, entendendo que Gana Zona significaria nada mais que senhor irmão ou irmão do rei.¹⁵⁰

Por sua vez, acredita *ganga* é uma simples variante de *gana* ou *ngana*, tendo em vista a tradução na fonte colonial de Ganga Zumba por Senhor Grande. Nesse sentido, entende ser inadmissível pensar em Ganga Zumba como um indivíduo, ou como o nome pessoal de um líder do quilombo ou um Zambi, sendo na verdade um título que significa rei.

O autor conclui então que os esses títulos revelam as tradições bantus adotadas em Palmares, mas considera que política e culturalmente o quilombo limitou-se à defesa interna e externa, e que industrialmente não excedeu a aplicação da agricultura e do comércio no que fosse estritamente necessário à manutenção do pequeno estado, correspondendo assim, ao que ele entendia como capacidade do povo bantu, sendo possível afirmar que ao se organizarem no quilombo os negros voltaram à barbária africana.¹⁵¹

Frente ao exposto, se considerarmos os dois autores tratados neste capítulo que mas claramente se posicionam pautados pelas teorias raciais do XIX, Oliveira Martins e Raimundo Nina Rodrigues, é possível observar que o primeiro adota uma narrativa mais eloquente, utilizando-se mais de adjetivos e comparações para expressar a inferioridade da “raça negra”, mas contraditoriamente exaltando Palmares enquanto uma Tróia Negra. Por sua vez, Nina Rodrigues é mais contido, utiliza-se do epíteto cunhado por Oliveira Martins, mas parece que

¹⁴⁹ *Idem.* p. 99.

¹⁵⁰ *Idem.* p. 100.

¹⁵¹ *Idem.* p. 101.

busca se isentar de atribuir juízo de valores ao quilombo e a seus líderes. Contudo, sua narrativa se destaca por três aspectos:

1. As análises que faz sobre as divergências de dados apresentados sobre o quilombo, comparando os textos dos cronistas e escritores do XVII e XIX com os documentos coloniais publicados pelos Institutos Alagoano, Pernambucano e Cearense;
2. A definição da composição social de Palmares como sendo essencialmente bantu, mostrando uma organização do quilombo pautada em traços africanos, como que num resgate, mesmo que houvesse influência colonial;
3. E associada à composição social, a incapacidade de maior desenvolvimento do quilombo devido à inferioridade bantu comparada aos demais povos africanos.

No que tange aos personagens que buscamos analisar, Zumbi e Ganga Zumba, Nina Rodrigues também não faz muitas afirmações sobre as qualidades ou vícios dos personagens, mesmo porque não os entende como indivíduos específicos, mas sim como títulos de liderança, enquanto um era chefe rei o outro era chefe guerreiro. Contudo, considera que por muitas vezes o chefe guerreiro era o que mais sobressaía, ao assumir as duas funções.

Quanto aos demais autores tratados neste capítulo, este dividiu-se em três tópicos, nos quais foi possível analisar as narrativas de autores estrangeiros que estiveram de viagem ao Brasil; as publicações do IHGB; e as narrativas de três outros autores do final do XIX. Desta forma, no primeiro grupo vemos um Palmares que representaria a capacidade organização do negro motivado pelo instinto natural dos homens de buscarem sua liberdade.

Por outro lado, o desinteresse do IHGB por este tema mostra também seu desinteresse por assuntos relacionados à população negra, a menos que a forma como a história desse evento fosse contada se coadunasse com a proposta de nação civilizatória e branca preconizada por este instituto. Caso que é possível perceber no artigo de Pedro Paulino da Fonseca, membro honorário do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, em que são postos em destaque personagens que lutaram contra o quilombo, e cuja ligação com administração colonial portuguesa tornava possível sua associação às origens da nação por intelectuais responsáveis por pensá-la e construí-la. Ao mesmo tempo em que era possível uma associação com a uma identidade regional em formação.

Adolfo Varnhagem também faz destaque para determinados personagens, mas diferentemente de Paulino da Fonseca, que dá ênfase aos pernambucanos que participaram da companhia de Palmares, Varnhagem atribui o feito de destruição do quilombo à tropa de paulistas comandada por Domingos Jorge Velho, chamando-os de heróis. A visão deste autor

de valorização da herança portuguesa e a idealização de que os traços da raça negra pudessem ser com o tempo apagados da sociedade brasileira o levou a entender que Palmares era um tema de menor importância, e que algumas das interpretações a seu respeito eram exageradas. Oliveira Martins também é um autor com uma visão pessimista da população negra, entendendo-os enquanto raça inferior, pautando-se nas teorias raciais de finais do século XIX, contudo parece esquecer-se delas ao tratar o quilombo dos Palmares em seu livro ao considerá-lo um protesto pela liberdade.

Por sua vez, Perdigão Malheiros com um interesse na condição jurídica do escravo, entende a fuga, e a possível formação de quilombos que resultariam dela, algo inerente à escravidão e uma forma de correção de um sistema cruel.

Enfim, como foi possível observar, algumas interpretações diferem um pouco uma das outras, contudo, de certa maneira, os trabalhos do XIX a respeito de Palmares são marcados principalmente pela influência da obra de Rocha Pita e pelo reconhecimento de que este foi no mínimo um episódio que não se podia deixar de mencionar, mesmo que não fosse esse o foco principal de suas análises, com uns autores dando maior relevância, enquanto outros tratavam como um tema de menor vulto.

CAPÍTULO III

Século XX e as vertentes culturalista e materialista marxista

O trabalho de Raimundo Nina Rodrigues sobre Palmares, publicado no início do século XX e tratado no capítulo anterior, lançou bases para o surgimento de uma nova interpretação sobre os quilombos, o que viria a ser conhecida como a vertente culturalista. Essa vertente defende que o movimento de fuga dos escravos e formação de quilombos por parte dos negros era a forma que estes adotavam para resgatar sua cultura e costumes africanos, lhes permitindo organizar uma comunidade para viverem como na África. Entende-se que Nina Rodrigues foi o precursor dessa vertente, pois foi o primeiro autor que deu maior ênfase ao caráter africano do quilombo, fazendo toda uma argumentação para comprovar a predominância e influência bantu na constituição política e social de Palmares.

Levando em consideração a inserção de Nina Rodrigues em um contexto em que a intelectualidade brasileira se voltava para a problemática do negro na sociedade, analisando-a a partir de um viés raciológico, Thyago Ruzemberg entende que a produção desse autor faz parte dos “Estudos Negros”, considerando-o seu precursor, e integrante da primeira geração, por ser o primeiro a realizar pesquisas sistematizadas sobre a população negra.¹⁵² Essa primeira geração marca a produção intelectual de finais do XIX e início do XX, caracterizada pelos *homens de sciencia* dos quais Schwarcz fala.¹⁵³

A segunda geração surgiria com a consolidação das universidades no Brasil a partir da década de 1930, caracterizando-se pela entrada de pressupostos teóricos e metodológicos da antropologia cultural vinda dos Estados Unidos. Alguns dos autores dessa segunda geração fazem parte da Escola Nina Rodrigues¹⁵⁴, dentre os quais Arthur Ramos, seguindo os passos do mentor nos estudos sobre o negro no Brasil. Nesse período, também embasado nas teorias da antropologia cultural destaca-se Gilberto Freyre, que em 1934 organiza em Recife o I Congresso de Estudos Afro-Brasileiros. Em 1937, Arthur Ramos organiza o segundo Congresso em Salvador. Desta forma, Ruzemberg entende que esses congressos foram marcos iniciais, pois serviram para reunir os estudiosos da temática negra e para consolidar campo de pesquisa na produção intelectual brasileira. Ademais, considera que os dois intelectuais que estiveram à frente da organização dos congressos são os dois principais nomes nos estudos negros na década de 1930.¹⁵⁵

¹⁵² SOUZA. Thyago Ruzemberg Gonzaga de. De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro.” Revista Temporalidades. UFMG, vol. 5, n. 2, mai/ago, 2013. p. 164.

¹⁵³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵⁴¹⁵⁴ Sobre o assunto ver: CORRÊA. Mariza. Ilusões de liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco. 2001.

¹⁵⁵ SOUZA. *Op. cit.* p. 165.

Há de se considerar também que o advento da república e a necessidade de consolidação do novo sistema nas primeiras décadas do século XX, fez com que a nacionalidade brasileira fosse repensada, pois se antes esta havia sido construída nos moldes do período imperial, era necessário dar-lhe nova roupagem e adequá-la a uma república democrática, mesmo que o que estivesse em formação fosse uma república oligárquica. Os movimentos culturais da década de 1920, como por exemplo o Modernismo, também deram fôlego à questão nacional e à busca por uma identidade brasileira relacionada a uma cultura única que representasse essa nacionalidade. Desta forma, as expressões culturais desses movimentos somada aos referenciais teóricos da antropologia cultural, que ganhavam espaços na academia, deram margem ao desenvolvimento de pesquisas com ênfase no cultural e em como os negros contribuíram com sua cultura e costumes na formação da sociedade.

3.1 – A vertente culturalista: Palmares, um Estado Africano

Arthur Ramos, assim como Nina Rodrigues, se formou em medicina pela Faculdade de medicina da Bahia, em 1926. Trabalhou no Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues , instituição que Ruzemberg afirma congregava personagens que se identificavam com uma herança intelectual de Nina Rodrigues, afirma ainda que em suas obras, Arthur Ramos reivindica seu pertencimento à Escola Nina Rodrigues e a herança deste autor.¹⁵⁶

Os primeiros trabalhos de Arthur Ramos foram muito marcados pelo diálogo com a psicologia, adotando posteriormente a antropologia cultural em suas análises.¹⁵⁷ Em 1934 publicou *O Negro Brasileiro*, em 1937 *As Culturas Negras no Novo Mundo*, mas foi somente em *O Negro no Brasil* que o autor inclui uma análise sobre Palmares nos seus escritos. Este livro foi publicado primeiro nos Estados Unidos em 1939 e tinha como propósito introduzir os pesquisadores americanos em temas sobre os negros no Brasil. É nítido o enfoque cultural que o autor adota nesta obra ao afirmar que: “uma compreensão adequada da contribuição do Negro brasileiro requer o conhecimento das várias culturas que compõem a sua origem africana.”¹⁵⁸ É nesse sentido que ele afirma seguirem os estudiosos brasileiros, pesquisando os elos da cadeia entre passado africano e a atualidade brasileira, examinando as sobrevivências de folclore, religião, organizações sociais e artes.

¹⁵⁶ *Idem.* pp. 168-169.

¹⁵⁷ *Idem.* p. 169.

¹⁵⁸ RAMOS. Arthur. O negro na civilização brasileira. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil. 1956. p. 38.

Ele inicia o livro fazendo um apanhado geral sobre a história da escravidão no Brasil, falando do tráfico, as condições de apresamento no continente africano, das más condições na travessia nos navios negreiros, onde os negros eram alimentados somente uma vez ao dia, ficavam algemados ou presos pelo pescoço, além de amontoados no porão do navio, o que causava alto índice de mortalidade.

Ao tratar das revoltas dos escravos, ele critica a noção de que eles aceitaram a escravidão mais passivamente que os índios, mostrando que ambos se rebelaram, fugiram e resistiram. Para o autor, o negro poderia até ter sido bom trabalhador pela superioridade em relação ao índio, mas afirma que foi também mal escravo por se rebelar. Desta forma, foram nos movimentos de rebeldia e resistência que os negros mostraram sua capacidade de liderança, organização, ímpeto de combate e os sentimentos de afirmação de dignidade pessoal.

Cita que os dois movimentos mais importantes foram a revolta dos malês na Bahia no século XIX e o Quilombo dos Palmares no XVII. A primeira teve primordialmente caráter religioso, sendo uma herança social de lutas seculares de religião existentes na África. Por sua vez, afirma que no período em que Palmares existiu foi o momento de maior incidência de quilombos no território brasileiro. Palmares seria a primeira grande tentativa de organização de um estado, mas “um estado, com traduções africanas dentro do Brasil. foi uma desesperada reação à desagregação cultural que o africano sofreu com o regime da escravidão.”¹⁵⁹

Compreende sua existência entre os anos de 1630 e 1697, e apesar de informar que a maioria dos historiadores atribui o início do quilombo ao ano de 1630, acredita que as fugas de negros escravos na região do nordeste aconteciam desde datas muito anteriores, e aproveitando a invasão holandesa, conseguiram se organizar. Adota a periodicidade definida por Nina Rodrigues, considerando seu trabalho como um dos mais completos sobre o assunto, contudo não acredita ser possível uma delimitação tão precisa, pois acredita ser tratar na verdade de um ciclo de acontecimentos em que vários quilombos foram sendo destruídos e reconstruídos sucessivamente em momentos distintos.¹⁶⁰

Arthur Ramos utiliza-se de documentos que haviam sido publicados pelos Institutos Históricos, disponibilizando maiores informações sobre o quilombo que os escritores do XIX e também utilizados por Nina Rodrigues. Assim, cita os dois palmares encontrados pelas expedições holandesas e os vários mocambos que aparecem no manuscrito anônimo *Relações das guerras*, além das expedições organizadas pelo governador Pedro de Almeida e postas em

¹⁵⁹ *Idem.* p. 65.

¹⁶⁰ *Idem.* p.66.

prática por Fernão Carrilho, e do acordo de paz oferecido pelo dito governador e aceito por Ganga Zumba e da resistência empregada por Zumbi a partir de então. Nesse sentido, informa que:

“Mas *Zumbi*, sobrinho do rei *Ganga Zumba* desconfiou da promessa dos portugueses. Rebelou-se contra seu tio, matando-o, reuniu os seus cabos de guerra, proclamou-se rei e declarou luta. Ia começar o período mais turbulento de Palmares. O *Zumbi* já era, àquele tempo, um chefe famoso, cujas façanhas deixaram atônitos os próprios soldados brancos.”¹⁶¹

Desta forma, ele informa mesmo com a experiência de guerras anteriores, que os negros dirigidos por Zumbi resolveram se concentrar em um grande núcleo fortificado e central que servisse de refúgio aos demais mocambos e mais periféricos. E que apesar de as informações desse período serem controversas, sabe-se que conseguiram debelar várias expedições, mantendo seu domínio ainda por mais dez anos. Ele cita Varnhagen e Oliveira Martins, o primeiro por lamentar-se por não ter existido um cronista que registrasse os acontecimentos dos ataques finais dos paulistas ao quilombo e o segundo por denominar a cidadela sitiada de Troya Negra, completando então que os “Negros realmente assombraram, pela audácia, pelo arrojo, as tropas expedicionárias.”¹⁶²

Diferentemente de Nina Rodrigues, Arthur Ramos não questiona a versão do suicídio de Zumbi, reproduzindo-a da seguinte forma:

“O reduto caiu em 1695 (em 1697, segundo outros historiadores), mas os Negros não se renderam. Quando os chefes expedicionários penetraram na praça sitiada, o *Zumbi* e seus heroicos companheiros se precipitaram do rochedo, valentia que, ainda misturada de um furor brutal, mostrou a todo o nosso exército um espetáculo que se não pode deixar de ouvir com espanto.”¹⁶³

Para Arthur Ramos, o assombro causado por Palmares não se deve apenas pelo seu valor militar, mas pelo exemplo de organização política e econômica que apresentou o que ele chama de verdadeiro “Estado negro”, destacando os laços de solidariedade política e militar que unia as várias aldeias. Ele estima uma população de 20.000 almas e considera a organização econômica perfeita, devido ao comércio com os moradores das vilas vizinhas que informa os recebiam sem desconfiança atestando a probidade com que se comportavam.¹⁶⁴

¹⁶¹ *Idem.* p. 71.

¹⁶² *Idem.* p. 73.

¹⁶³ *Idem.* p. 73.

¹⁶⁴ *Idem.* p. 74.

O autor fala ainda que em Palmares governava um rei eletivo, mas não entra no mérito de como se realizava essa escolha, informa apenas que é por causa disso que Rocha Pita comparou Palmares a uma república rústica bem ordenada a seu modo, mas que o melhor seria chama-lo de monarquia eletiva como fez Aires de Casal, por estar sob a chefia do *Zambi*, a quem ele identifica como rei. Mesmo assim ele chama Palmares de república novamente ao longo do texto. Ramos não fala claramente se *Zambi* se tratava de um indivíduo ou de um título de chefia, mas ao que tudo indica ele tratou como o título de rei.

Ele não usa os termos *quilombo* e *mocambo* como sinônimos, explicando que mocambo era a reunião de pequenas habitações, enquanto quilombo era a unidade política e social, onde havia um elevado código moral e um espírito de disciplina absoluto, com tribunais de alta justiça para casos além dos comuns. Considera também que os usos e costumes foram copiados das organizações africanas de origem banto, mas com modificações introduzidas de hábitos aprendidos no Novo Mundo.¹⁶⁵

Arthur Ramos termina o texto exaltando Palmares como um monumento à habilidade inata do Negro brasileiro em criar os fatores essenciais a uma ordem social, sem influências ou auxílio externo, salientando a capacidade de liderança, de administração, de tática militar, de espírito associativo, de organização econômica e de constituição legislativa.¹⁶⁶ Percebemos então, que mesmo seguindo os passos de Nina Rodrigues ao associar o quilombo às raízes bantu, Arthur Ramos se afasta de seu mentor ao atribuir à Palmares uma visão positiva. Enquanto um considerava que a influência africana na formação do quilombo era determinante para limitar seu desenvolvimento, até reconhecendo a capacidade de organização dos negros em um Estado, mas que não podia ir além daquilo, o outro considerava o “Estado negro”, como chama o quilombo incessantemente, como a representação máxima da capacidade negra e de resgate da expressão cultural africana.

Enquanto a interpretação de Nina Rodrigues sobre Palmares é completamente influenciada pela noção de inferioridade racial dos negros, Ramos por sua vez se afasta completamente dessa ideia. Vê-se então que a inserção da antropologia cultural em sua análise possibilitou esse afastamento e a mudança de pólo em sua interpretação.

Outro importante autor imerso nas teorias da antropologia cultural foi Gilberto Freyre. Seu trabalho não trouxe novas perspectivas sobre Palmares, mesmo porque o autor não se propõe a analisa-lo, mas foi de suma importância para uma mudança na visão sobre o Brasil, a escravidão e o papel no negro na formação da sociedade. Isto porque, diferentemente de

¹⁶⁵ *Idem.* pp. 74-75.

¹⁶⁶ *Idem.* pp. 75-76.

autores que o precedeu, como Varnhagem, Capristano de Abreu e Paulo Prado¹⁶⁷ que escreveram obras cujo teor predominante era o pessimismo em relação ao país, à miscigenação e principalmente quanto à população negra, Freyre rompe com as teorias biologizantes, dando nova interpretação às teorias raciais. Seu trabalho foi então um marco na historiografia brasileira sobre escravidão, sendo apenas após seu livro que a escravidão e os africanos ganharam papel fundamental no relato histórico do Brasil.¹⁶⁸

Nesse sentido, enquanto os demais enxergavam a miscigenação como um problema a ser superado, Gilberto Freyre buscou realçar seu lado positivo exaltando as contribuições africanas na formação da sociedade brasileira. Assim, ao estabelecer o binômio Casa-grande/Senzala como núcleo formador do Brasil, Freyre destaca algumas das qualidades que definiriam o português como o colonizador por excelência, mas também afirma que o negro colonizou a casa-grande, pois mesmo estando na posição de escravos, estiveram totalmente inseridos no processo de formação da família patriarcal.¹⁶⁹

A obra de Freyre, produzida nos anos 1930, foi duramente criticada a partir dos anos 1960, devido a um movimento de revisão do conceito de resistência escrava, pois sua interpretação sobre a capacidade do português de se misturar e de se adaptar, associada à incorporação de costumes africanos na população brasileira, assim como sua percepção de relações sociais mais suaves, levaram ao entendimento de que a escravidão no Brasil foi mais branda que em outros países e que havia uma harmonia racial. Contudo, trataremos disto mais adiante quando forem abordadas as interpretações marxistas de Palmares.

Freyre cita o quilombo dos Palmares no primeiro capítulo de Casa-Grande e Senzala quando fala sobre a “intercomunicação colonial”¹⁷⁰ de pernambucanos, paulistas, cearenses, piauienses, baianos e fluminenses, que acabavam por ter contato uns com os outros quando era necessário que combatessem juntos, como no caso de Palmares. Assim, diferentemente de outros autores que salientavam a ação dos paulistas ou dos pernambucanos em Palmares, Freyre cita este episódio como um elemento aglutinador desses grupos diferentes.

¹⁶⁷ Trata-se de autores clássicos que abordam a formação do Brasil. Ver: VANHARGEN. Francisco Adolfo. História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal. 2ª Edição. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Laemmert. 1871; ABREU, Capristano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976; PRADO. Paulo. Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira. In: S. Santiago (coord.) Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

¹⁶⁸ SCHWARTZ. Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001. p. 23.

¹⁶⁹ FREYRE. Gilberto. Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Editora Global. 2003.

¹⁷⁰ *Idem.* p. 89.

Em 1938 o português Ernesto Ennes lança o livro “*As Guerras nos Palmares, subsídios para a sua história*” como resultado de um esforço arquivístico em que reuniu uma coletânea de noventa e cinco documentos referentes ao Quilombo de Palmares, coligida em arquivos portugueses, principalmente do Arquivo Histórico Ultramarino. Ennes foi motivado pelo exercício da profissão de arquivista e bibliotecário que exercia há mais de 35 anos. Muitos desses documentos eram inéditos, mas alguns haviam sido publicados pelo IHGB, pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano e pelo Instituto do Ceará, como o manuscrito *Relações das Guerras feitas aos Palmares no tempo de D. Pedro de Almeida*, das correspondências de Diogo Botelho e as *Condições ajustadas com o governador dos Paulistas Domingos Jorge Velho*, que já haviam sido utilizados por Nina Rodrigues e por Arthur Ramos em seus trabalhos.

Em carta ao historiador Afonso de E. Taunay, a quem chama de grande historiador das Bandeiras Paulistas e a quem dedica o livro, Ennes explica acreditar que a tarefa do arquivista é disponibilizar os documentos para os estudiosos utilizarem, contudo, afirma que se viu profissionalmente forçado a ultrapassar tal posicionamento, publicando os documentos que conseguiu juntar e fazendo suas considerações sobre o tema em questão. Desta forma, a obra se divide entre a carta do autor, a análise de Ennes sobre o Quilombo dos Palmares e a transcrição dos documentos, ocupando esta última parte e maior da obra. Além disso, há também um prefácio de Taunay em que é destacada a importância do esforço de Ennes, afirmando que até o momento havia uma quantidade considerável de estudos de historiadores sobre Palmares, que se juntados, em volume, se comparariam a uma enciclopédia, contudo muitos acabavam se repetindo em conteúdo devido à falta de peças documentais.

Taunay reconhece que o episódio de Palmares foi um dos que mais impressionaram os “historiógrafos brasileiros antigos,” porque Palmares “representa uma evocação de intenso temor retrospectivo por parte do branco arrepiado pela ideia de extermínio da gente de sua raça pelo negro rebelado.” Considera então, que a impressão deixada por essa grande ameaça fez com que, desde Rocha Pita, os cronistas e repetidores dessa história lhe atribuíssem uma importância muito maior do que merecia e que essa impressão foi transmitida aos estrangeiros que visitaram o Brasil, que registram nas páginas de seus relatos narrativas sobre o quilombo. Para ele, essa importância deveria ser dada a outros temas, como o ciclo bandeirante.¹⁷¹

Nesse sentido, Ennes salienta que apesar da cultura de estudos históricos no Brasil, há um descuido em relação às fontes e à documentação, em que uma gama de documentos são

¹⁷¹ ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares, subsídios para a sua história*. 1º volume Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. p. 2.

mal estudados e mal interpretados, com exceção dos Institutos Históricos e Geográficos de quase todos os estados que se esforçaram por dar conhecimento à documentos referentes a história do Brasil, e à sociedade Capristano de Abreu e às revistas oficiais de Museus e Bibliotecas que seguiram pelo mesmo caminho. Segundo o autor, sua proposta é “contribuir, pois, para o conhecimento e divulgação dessa riqueza documental espalhada por esses arquivos, (...) em rápidas notas e maior número possível de documentos.” Essa tarefa começa por Palmares por considera-lo um tema mal estudado na história do Brasil mais mal estudada e até desconhecido de eruditos e investigadores devido à carência de documentos.¹⁷²

Ao fazer um panorama sobre a colonização portuguesa e sobre a escravidão, Ernesto Ennes assume o posicionamento de valorização do português enquanto agente civilizatório, colocando Palmares como um risco ao desenvolvimento dessa civilização, aproximando-se da análise de Nina Rodrigues. Ele explica o emprego de africanos como mão-de-obra escrava porque o branco português não resistiria ao sol dos trópicos, o índio não se sujeitou ao trabalho intenso e contínuo trabalho, então foi necessário trazer os negros para desempenhar o papel de máquinas de trabalho. Desta forma, informa que para o desenvolvimento da empresa colonizadora importou-se escravos da África e instalou-se engenhos, até o período de descoberta das minas, tarefa na qual considera que os paulistas se destacaram devido ao gênio aventureiro e heroico que soube aproveitar dos portugueses, definindo-os enquanto “raça paulista”.¹⁷³ Neste ponto, a fala de Ennes assemelha-se com a de Oliveira Martins que considera que as melhores qualidades dos portugueses foram empregadas nas colônias ocidentais.

O autor esclarece ainda que desde a Antiguidade a escravidão foi a triste sorte dos vencidos e as colônias portuguesas atestam que os colonizadores portugueses nem sempre foram os mais violentos na aplicação dos castigos. Reconhecendo os horrores e os martírios dos negros não foram poucos, Ennes considera de igual proporção o que os “pobres colonos portugueses” sofreram em Pernambuco vítimas do barbarismo e ferocidades desses mesmos negros rebelados. Assim, afirma ele que durante quase um século colonos e portugueses suportaram heroicamente e com resignação assaltos, roubos, violências e assassinatos da rebelião de escravos que inapropriadamente costumaram a designar de Confederação dos Palmares.¹⁷⁴

¹⁷² *Idem.* pp. 13-14.

¹⁷³ *Idem.* p. 17.

¹⁷⁴ *Idem.* p. 21.

Para o autor o ato de fugir não significava um ato rebelião por parte do negro, mas sim de se esconder. Assim, o autor arremata: “trânsfugas sim, mas libertos da tirania dos homens; fortes na união, vivendo no sossego de suas lavouras, apascentando seus gados, cuidando de suas grangearias, até que se lhe reuniram outros, e mais outros.”¹⁷⁵

Comparando os posicionamentos entre entender Palmares como uma simples revolta de escravos ou uma república forte e organizada, Ernesto Ennes prefere adotar a perspectiva de Raimundo Nina Rodrigues, reconhecendo o serviço prestado pelas armas portuguesas e coloniais que acabou com o que ele considerava a maior ameaça à “civilização” do futuro povo brasileiro, o que poderia ter se tornado o novo Haiti.

Ernesto Ennes refuta a teoria de suicídio de Zumbi, alegando tratar-se de lenda que acabou por consagra-se na história desse episódio. Nesse sentido, afirma que é fato irrefutavelmente provado que os duzentos negros que se precipitaram do precipício não o fizeram por ato voluntário, mas sim por uma consequência da fuga desesperada, da desordem da retirada e do horror dos invasores. Para ele, Zumbi não estava nesse grupo, tendo ficado apenas ferido e sendo morto mais tarde no ataque de uma tropa comanda pelo capitão André Furtado de Mendonça.¹⁷⁶

Segundo o relato contido em carta do governador Caetano de Melo de Castro, essa tropa conseguiu o intento devido à ajuda de um negro de Palmares, que tendo sido capturado por moradores da região do rio São Francisco, foi entregue à tropa dos paulistas que tinha como comandante o capitão André Furtado de Mendonça. Ele guiou a tropa até a localidade em que Zumbi estava. Os negros teriam sido encurralados, e negando-se a se render, foram mortos no ataque. A cabeça de Zumbi foi então cortada e exposta publicamente em praça a fim de satisfazer quem queria a extinção do quilombo e amedrontar os negros que “supersticiosamente” julgavam Zumbi imortal.¹⁷⁷ O autor cita também uma carta de Domingos Jorge Velho em que este comenta sobre a morte de Zumbi alegando que o fato desta carta ter uma diferença de apenas três meses para a do governador não justifica o argumento de que tenha existido mais de um Zumbi, um que tenha se suicidado e outro ferido em batalha.

Desta forma, frente a esses relatos, ele expõe, compara e critica as narrativas de Rocha Pita, Oliveira Martins e Rocha Pomo buscando refutar completamente a lenda de suicídio de Zumbi. Ele também defende as reivindicações por terras de Domingos Jorge Velho depois

¹⁷⁵ Ennes. *Op. cit.* p. 22.

¹⁷⁶ *Idem.* pp. 102-103.

¹⁷⁷ *Idem.* p. 104.

de destruídos os Palmares, alegando que o que foi firmado em contrato era indiscutível.¹⁷⁸ E mais para o final do texto discorre sobre uma análise que coloca Jorge Velho praticamente como um selvagem, um homem rude e violento que se adaptou às condições que enfrentou, tornando-se tão selvagem quanto aqueles que combate. Ernest Ennes considera tal opinião exagerada, argumentando que o documento redigido pelo próprio Jorge Velho desmentia isso, pois um homem selvagem não redigiria uma carta.¹⁷⁹

Ennes se utiliza desses documentos confiando plenamente na veracidade daqueles que os redigiram. Assume assim, que as divergências e dúvidas acerca de Palmares ficam sanadas nas falas dos governadores, capitães-mores, alferes-mores e soldados, além é claro dos pareceres do Conselho Ultramarino que, segundo ele, fazia um rigoroso exame das condições e fatos em que se deu a vitória sobre Palmares. Nesse sentido, afirma que “esses são os fatos, tal como os documentos apresentam, inegáveis e indiscutíveis, autógrafos os firmam, e selos de armas os autenticam.”¹⁸⁰

O primeiro trabalho de história exclusivamente sobre o quilombo de Palmares foi de Edison Carneiro, no qual é abordado as questões políticas, econômicas, militares, culturais e sociais do quilombo. Flávio Gomes destaca no prefácio da obra que o autor aponta para o fenômeno contra-aculturativo desse episódio, como uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. Assim, para ele, Palmares foi um verdadeiro Estado africano, e o movimento de fuga traduzia a negação da sociedade oficial.¹⁸¹ Nesse sentido, Carneiro afirma:

“O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombolas estava tão próximo do tipo de organização então dominante nos Estados africanos que, ainda que não houvesse outras razões, se pode dizer, com certa dose de segurança, que os negros por ele responsáveis eram em grande parte recém-vindos da África, e não negros crioulos, nascidos e criados no Brasil. Os quilombos, deste modo, foram – para usar a expressão agora corrente em etnologia – um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos.”¹⁸²

¹⁷⁸ *Idem.* p. 32.

¹⁷⁹ *Idem.* p. 126-127.

¹⁸⁰ *Idem.* p. 106.

¹⁸¹ CARNEIRO, Edison. O Quilombo de Palmares. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2011. pp. XII-XIII.

¹⁸² *Idem.* p. XXXVI.

O livro de Edison Carneiro teve sua primeira edição publicada em 1946 no México, com o título de *Guerras de los Palmares*. A dificuldade de publicar o livro no Brasil se deu devido ao fato do governo do Estado Novo de Vargas considerar Edison Carneiro um inimigo político em decorrência de seu posicionamento contra o regime vigente. Ademais, a forma com que o autor organiza seu texto, exaltando a coragem e a capacidade de resistência contra a escravidão, poderia servir de exemplo para aqueles que ousavam se opor ao sistema político instalado no Brasil. Desta forma, *Palmares* tornou-se um tema inoportuno para os dirigentes do país.¹⁸³

Só foi publicado aqui apenas em 1947, após o fim do Estado Novo, com o título de *O Quilombo de Palmares*. O livro é dividido em seis capítulos, e nos quatro primeiros é narrado o episódio através das guerras – as investidas holandesas, as primeiras expedições, as expedições de Fernão Carrilho e o assalto final e as expedições dos paulistas. No capítulo 5, o autor trata da organização econômica e política do quilombo, expondo como eles se utilizavam da floresta para se protegerem e para conseguir seu sustento, falando de como os mocambos se estabeleceram e como se desenvolveu a lavoura, falando também da relação com os moradores vizinhos ao quilombo.

Por fim, no último capítulo, Carneiro aborda as resoluções tomadas após a destruição de Palmares, como a distribuição de benesses, sesmarias, soldos e os hábitos das ordens militares, assim como a disputa de diferentes grupos para consegui-las, salientando a disputa por terras, principalmente onde Palmares esteve instalado, entre paulistas e pernambucanos. Ao final do livro, além de fazer uma relação de bibliografia relativa ao tema, traz a transcrição de alguns documentos.

Logo na introdução, Edison Carneiro busca desmitificar teoria de suicídio de Zumbi, fazendo distinção entre o que ele considera lenda e realidade. Chamando a narrativa de Rocha Pita de empolgada e falsa, ele afirma que esta foi repetida por todos os historiadores, com uma variação ou outra, mas que havia pouco tempo se começava a vislumbrar a verdade histórica, devido à publicação de novos documentos. E que apesar de falsa a narrativa de Rocha Pita, Carneiro acredita que a teoria do suicídio de Zumbi poderia ter sido uma impressão geral no momento, devido ao episódio do cerco do mocambo de Macaco pelas tropas paulistas, pernambucanas e alagoanas, no qual durante a fuga alguns negros teriam caído num precipício. Sobre Zumbi Carneiro afirma:

¹⁸³ *Idem*, p. XVII.

“Chefe de mocambo, general das armas do quilombo, parece certo que o Zumbi participou de todos os combates nos palmares, desde antes de 1675, quando ficou aleijado em consequência de ferimento na perna, durante a entrada de Manuel Lopes. Depois de negociada a paz com o governador Pedro de Almeida, os negros mataram o rei Ganga-Zumba. Zumbi, que se negara a depor armas, assumiu a chefia do quilombo – e desde então iniciou-se uma nova fase na luta.”¹⁸⁴

Posta essa situação, Carneiro informa que os negros enfrentaram e venceram as tropas Fernão Carrilho, depois as de Domingos Jorge Velho, até que paulistas, alagoanos e pernambucanos se reuniram para atacar o mocambo de Macaco, principal fortificação de Palmares, mantendo um cerco de vinte e dois dias. Segundo o autor, Zumbi pressentindo o perigo organizou uma retirada por uma brecha na contra cerca que margeava um precipício. Sem que nada fosse notado pelos sentinelas, ele diz que mil combatentes palmarinos conseguiram evadir-se por essa área, contudo, ao final da marcha, os inimigos se aperceberam do ocorrido, travando então uma luta, da qual duzentos negros rolaram pelo despenhadeiro e outros perderam a vida sob as cargas dos pernambucanos de Bernardo Vieira. O governador Caetano de Melo e Castro então, informou ao rei que entre os mortos estava um valoroso negro que era general, o que no entendimento de Carneiro poderia dar a entender que se tratava de Zumbi.

Para Carneiro, esta situação do cerco revelou Zumbi como um chefe consciente dos seus deveres por ser um dos últimos a abandonar o reduto de Macaco, e por isso acabou sendo ferido por sentinelas, mas que com certeza encontrou um modo de fugir. O autor cita que em carta de Domingos Jorge Velho após o cerco, apesar de informar sobre a conduta militar dos pernambucanos Bernardo Vieira de Melo e do capitão Antônio Pinto Pereira e dos acontecimentos do cerco, não é citado em momento algum a morte de Zumbi. Somente em carta de 1696 é que o governador Caetano de Melo e Castro dava a notícia ao rei da morte de Zumbi a partir da traição de um dos seus, e confirmada por um requerimento de Jorge Velho ao rei, na qual informa que a morte de Zumbi se deu em 20 de novembro de 1695.

Ao analisar as singularidades dos quilombos Carneiro afirma que a causa imediata da formação dos quilombos era decorrência de um problema econômico local que causava o afrouxamento na disciplina da escravidão somando-se ao período de maior intensidade do tráfico – quanto maior o tráfico, maior o numero de escravos fugidos para somar ao número dos quilombos. Desta forma, considera que o simples rigor do cativo não era suficiente para explicar a fuga e a formação dessas comunidades, afirmando que em inícios do XVII a

¹⁸⁴ *Idem.* p. 13.

economia açucareira no nordeste estava em franca decadência e o quilombo de Palmares que “não passava de um pequeno habitáculo de negros fugidos, cresceu extraordinariamente com a conquista holandesa, exatamente porque a guerra desorganizara a sociedade e, portanto, a vigilância dos senhores.”¹⁸⁵

Percebe-se também que ele considera os quilombos como a reação mais geral contra a escravidão, da qual Palmares teria sido o melhor exemplo. Mesmo assim ele coloca como uma reação negativa, por entender tratar-se de reação de defesa e uma reação mais simples. O autor salienta ainda, que houve outros tipos de reação, sendo elas a revolta organizada, que tem como exemplo a dos malês na Bahia e a revolta armada, cujo exemplo é a Balaiada no Maranhão.

Os quilombos são apresentados como “formas de governo, naturalmente rudimentares, foram-se desenhando entre essa massa colossal de negros, que a princípio tinha, apenas, como traço de união, o desejo de liberdade e, mais tarde, a vontade de defende-la a todo custo.” E no que concerne à Palmares, o autor fala de um Estado negro, afirmando tratar-se de um pedaço da África transplantado para o nordeste do Brasil.¹⁸⁶ Apesar de fazer essa relação direta entre o quilombo e os estados africanos, o autor também reconhece a existência de uma população heterogênea em Palmares, contudo salienta uma espécie de fraternidade racial, da qual desfrutavam negros, índios, brancos e mulatos. Enfim Edson Carneiro trata o quilombo como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social e como reafirmação dos valores das culturas africanas, além de ter servido ao desbravamento das florestas além da zona de penetração dos brancos e à descoberta de novas fontes de riqueza.¹⁸⁷

Ao tratar sobre o modo de liderança do quilombo – que era governado pelo rei Ganga-Zumba que dispunha de um Conselho de Chefes – Edson carneiro fala sobre a significado do nome do referido rei e de Zumbi. Nesse sentido, assim como Nina Rodrigues, ele informa que Ganga ou Gana na língua bantu significa senhor, derivando do termo *Ngana*, contudo, Carneiro acredita que este título sugere certa idade da pessoa que o carrega, e que não seria aplicado aos chefes mais jovens. Quanto à Zumbi, o autor acredita que tratar-se de um título ou um apelido, como uma simplificação e um nome maior, cujo significado era deus da guerra.¹⁸⁸ Apesar de sugerir que tais nomes referiam-se à títulos, Edson Carneiro organiza a

¹⁸⁵ CARNEIRO. *Op. Cit.* pp. XXXVI-XXXVII.

¹⁸⁶ *Idem.* pp. 3-4.

¹⁸⁷ *Idem.* pp. XLV-XLVI

¹⁸⁸ *Idem.* pp. 40-43.

sua narrativa expondo os feitos de cada um como pessoas específicas, como no caso do assalto final e da cerca de Macaco abordadas anteriormente.

No que concerne a Ganga-Zumba, este aparece principalmente quando o autor aborda as expedições lideradas por Fernão Carrilho e o acordo de paz de 1678. Organizada a expedição com o intuito de destruir o quilombo Fernão Carrilho atacou o mocambo de Aqualtune e depois o de Subupira e na medida em que atacava o rei Ganga-Zumba conseguia fugir. Contudo, comparando a narrativa de deste personagem com a de Zumbi, na qual, em dado momento, ambos tiveram que fugir das tropas que os atacavam, o autor considera a fuga de Zumbi da cerca real de Macaco como algo organizado, planejado através de sua destreza militar, enquanto a fuga de Ganga-Zumba do mocambo de Aqualtune é colocada enquanto um ato desesperado, sem qualquer esforço de defesa. Num segundo assalto, o rei Ganga-Zumba fugiu novamente deixando para traz a pistola e a espada que carregava.¹⁸⁹

Para Carneiro a proposta de paz foi feita, porque Fernão Carrilho acreditou que depois das graves perdas que os palmarinos sofreram, eles estivessem por vez destruídos, tendo sobrado apenas algumas poucas pessoas nas matas. Assim, o próprio Carrilho teria despachado dois prisioneiros para dar recado ao rei de que se os palmarinos se entregassem, daria por encerradas as hostilidades. Posteriormente o governador Pedro de Almeida enviou um alferes para reforçar a proposta de Carrilho.

Relatando sobre as condições desse acordo e a não aceitação do mesmo por parte de alguns palmarinos, Carneiro insere em seu texto alguns adjetivos para qualifica-los. Nesse sentido, ele afirma que “o acordo entre o governador e os negros não foi aceito pelos chefes mais resolutos dos Palmares”, acrescentando mais adiante, “Enérgico, resoluto, obstinado, Zumbi iria dar à luta o caráter heroico que a celebrizou entre as insurreições de escravos no Brasil.”¹⁹⁰ O autor salienta ainda que a experiência desse acordo, possibilitou que os palmarinos adotassem a estratégia do adiamento da guerra, pois cada vez que assumia um novo governador na capitania os palmarinos propunham a paz a fim de que enquanto se capitulassem os termos desta a guerra fosse adiada. Desta forma, apesar de o autor não desqualificar Ganga-Zumba enquanto líder, fica claro seu posicionamento de exaltação da luta que se segue após o fracasso do acordo.

Enfim, os trabalhos culturalistas buscaram fazer uma correlação do Quilombo dos Palmares com sua origem africana, demarcando fortemente a influencia deste na forma de organização social, política, militar cultural e religiosa, representando-o como um movimento

¹⁸⁹ CARNEIRO. *Op. Cit.* pp. 79-82.

¹⁹⁰ *Idem.* p. 86.

de resgate da cultura africana que o sistema escravista tolhia dos escravos devido às condições à que eram submetidos e ao poder exercido pelo senhor. Por isso foi tratado como maior exemplo da formação de um Estado Africano, pois estes autores mesmo reconhecendo a existência de outras pessoas que não tinham origens africanas vivendo em palmares, acreditavam que o quilombo possuía as mesmas características de qualquer estado do continente africano. Ademais, os dois autores expoentes dessa vertente estiveram imersos num momento de produção intelectual em que se preocupava com a contribuição da população negra e africana na formação da sociedade brasileira, valorizando-a em oposição a visão pessimista de autores que precederam este momento. Desta forma, Palmares desponta como símbolo da ação e da resistência dessa população africana e afro-descendente escravizada.

3.2 – A vertente materialista

As décadas de 1950 e 1960 viram no cenário intelectual brasileiro a formação de um grupo de intelectuais fortemente influenciados pelas teorias marxistas que buscaram fazer uma revisão da historiografia brasileira a partir dessas teorias e da visão materialista da sociedade. Segundo Schwartz, o grupo de jovens sociólogos de São Paulo, liderados por Florestan Fernandes, estava menos preocupado com o fenômeno da escravidão em si, e mais com o objetivo de entender a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira e no sistema de relações raciais provenientes desse deste. Os estudos tiveram um recorte mais regional e se concentravam principalmente no século XIX, mesmo assim Schwartz considera-os pertencentes a uma historiografia bastante nacional, por mencionar debates que são especialmente brasileiros, como por exemplo, se a lavoura escravista e a escravidão brasileira eram feudal ou capitalista, quais eram as dimensões do patriarcalismo, se os escravos podiam ser lavradores e qual era a relação entre resistência e repressão.¹⁹¹

Em suas pesquisas, esses autores fizeram duras críticas às ideias defendidas por Gilberto Freyre, denunciando as violências do sistema escravista, adotando um entendimento bem mais negativo que Freyre sobre as relações senhor-escravo e sobre o patriarcalismo¹⁹² e,

¹⁹¹ SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. *In*: Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001. pp. 25-27.

¹⁹² Florestan Fernandes critica o mito de democracia racial analisando o momento de mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, informando que esta noção difundiu uma falsa consciência da realidade racial, na qual se acreditava dentre outras coisas que não existe e nunca existiu nenhum problema de ordem social em relação ao negro, e que qualquer problema que se tivesse foi resolvido com a revogação do estatuto servil e pela

difundindo a noção de coisificação do escravo¹⁹³, na qual se julgava que ao ser escravizado o indivíduo passava a viver em condições de privações e de violências tão extremas impostas pelo senhor e pelo sistema que perdia as habilidades necessárias para viver em liberdade e a capacidade de refletir seu modo de vida para além das ordens do senhor e da forma como a sociedade escravista se organizava. Entendia-se então que esta circunstância desumanizava o escravo a tal ponto que o fazia acreditar nessa desumanização. Nesse contexto, a fuga era entendida como a única forma de resistência que possibilitava ao escravo recuperar sua característica de humanidade.¹⁹⁴

Clóvis Moura foi um historiador, sociólogo, jornalista e poeta brasileiro, membro do Partido Comunista do Brasil e do Movimento Negro. O principal foco de suas análises e pesquisas foi a história do negro brasileiro, os problemas e as situações que enfrentavam, publicando em 1959 a obra *“Rebeliões das Senzalas: quilombos, insurreições, guerrilha”* contudo, a pesquisa que deu origem a esta obra foi gerada desde 1948. Neste livro Clóvis Moura buscou mostrar que durante toda a vigência do sistema escravista e em todo o território brasileiro o negro se manifestou contra o sistema, se envolvendo em diferentes movimentos sociais na busca de direitos. Moura explica que esses movimentos podiam contar com a presença dos escravos como mais um dos integrantes, para além de outras classes sociais, ou então podiam ter os escravos como grupo que comandava a ação e as diretrizes do movimento. Independente disso, para o autor a adesão dos escravos aos movimentos sociais dava a este uma característica mais complexa, pois acrescentava mais conteúdo à pauta do movimento e representava um processo em que o escravo saía da alienação e tomava consciência de classe.

Segundo o autor a alienação dos escravos provinha da configuração de um sistema que os colocava como base da pirâmide social e, não só os afastava dos meios de produção mais avançados como também impedia que estes se desenvolvessem. Ademais, o autor entende que os negros configuravam tanto a força produtiva quanto os meios de produção, isto porque eram através de seus esforços e trabalho que a economia e a produção tanto de açúcar, café e

universalização a cidadania. Ver: FERNANDES. Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Editora Globo. 2008.

¹⁹³ Fernando Henrique Cardoso entende que a condição jurídica de coisa e de mercadoria do escravo provinha da própria condição social do escravo, ou seja, o ser humano era tornado coisa, possuía ações humanas, mas com consciência passiva, registrando e espelhando aquilo que lhe era imposto pelo senhor, conseqüentemente era considerado coisa pelo ordenamento jurídico. Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

¹⁹⁴ Sidney Chalhoub fala que a teoria do escravo-coisa tem frequentemente como contrapartida a ideia do escravo rebelde. CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras. 2011. p. 48.

ouro se desenvolvia, mas também enquanto mercadorias faziam parte dos meios de produção dominados pelos senhores.¹⁹⁵

Então, nesse processo de luta, o autor entende que os escravos deixam de ser uma classe em si para se transformar numa classe para si, contudo, acredita que estes ao se rebelarem não possuíam elementos cognitivos que lhes permitissem ser autoconscientes, nem elementos ideológicos que lhes permitisse, enquanto classe, tomar o poder do Estado. Desta forma, Clóvis Moura defende que os escravos e os negros tiveram papel fundamental no processo histórico de solapar e evidenciar os problemas do sistema escravista, mas não como sujeitos com consciências do fato histórico, mas sim como massa humana capaz de impulsionar movimentos contra a escravidão.¹⁹⁶

Enfim, sua principal pauta era ir contra a noção de submissão do escravo e mostrar que sempre houve tensão e conflitos entre escravos e senhores, na medida em que os primeiros resistiam à escravização e buscavam sua liberdade, demonstrando ainda que dentro do escravismo sempre houve luta de classes e como os escravos podiam ser protagonistas nessas lutas. Na própria introdução, Clóvis Moura fala que uma das dificuldades encontradas na confecção do livro foi ir contra a ideia arraigada e difundida entre historiadores e sociólogos de que os negros não lutavam contra a escravidão, devido a uma série de fatores psicológicos.¹⁹⁷

O livro se divide em dez capítulos nos quais Clóvis Moura explicita quais movimentos os escravos tiveram participação ao longo da história do Brasil, fazendo também uma definição dos tipos desses movimentos, que de forma resumida expressa o subtítulo da obra – quilombos, insurreições e guerrilhas. Nesse sentido, o autor informa as três formas de luta dos escravos definidas por Edison Carneiro, sendo elas: a revolta organizada, com a tomada do poder, cujo principal exemplo é a revolta dos malês; a insurreição armada, cujo exemplo é a Balaiada; e a fuga para o mato resultando em quilombos. Considerando dar completude a esse panorama de lutas dos escravos, ele acrescenta as guerrilhas e a participação em movimentos que não eram organizados pelos escravos, mas que segundo ele ganhavam novo conteúdo com sua participação.¹⁹⁸

Moura considera que os quilombos foram as unidades básicas de resistência dos escravos, tratando-se de um elemento de desgaste do regime servil, pois era uma forma

¹⁹⁵ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. p. 119.

¹⁹⁶ *Idem.* pp. 64-65.

¹⁹⁷ *Idem.* p. 61.

¹⁹⁸ *Idem.* p. 165.

organizada de combate a forma de trabalho vigente, contra a qual se opunham justamente os sujeitos que a sustentava. A ação militar dos quilombolas e o rapto de escravos que praticavam também causavam desgaste das forças produtivas porque significavam uma subtração de parte destas do senhor: “o quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente.” As guerrilhas, por sua vez, são caracterizadas como elemento complementar ao quilombo, pois mesmo que independente estruturalmente destes, muitas das vezes surgiam onde também havia quilombos, além de atacarem as estradas para roubarem mantimentos e objetos que os quilombos não produziam, por isso eram extremamente móveis e necessitavam ser pouco numerosas.¹⁹⁹

Palmares aparece no sexto capítulo do livro, e tem sua narrativa construída a partir do documento “*Relações das guerras feitas aos Palmares*” pautando-se pela cronologia e os acontecimentos das entradas e expedições realizadas.²⁰⁰ O quilombo é caracterizado como “a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente africano,” sendo estimada a população por volta da década de 1640 em cerca de seis mil indivíduos, contudo é relacionado o número de vinte mil pessoas para os anos finais. O autor associa o crescimento populacional e o desenvolvimento da agricultura no quilombo com o surgimento de governo entre os palmarinos, citando então Ganga-Zumba como o escolhido entre eles para governá-los e deposto em após realizar um acordo de paz com as autoridades portuguesas, informando que essa ação o fez perder o prestígio e ser assassinado e substituído por Zumbi, a quem o autor considera como líder incontestável e herói dos Palmares.²⁰¹

Se coadunando com os trabalhos de Nina Rodrigues e Edison Carneiro, Clóvis Moura relaciona Palmares com os reinos africanos, alegando tratar-se de uma imitação destes tanto na organização política quanto no aspecto material, que se assemelhava a muitas aldeias de tribos africanas, desta forma ele não contesta esses trabalhos, mas dá uma interpretação para o episódio de Palmares que vai além desses autores, pois não nega a relação cultural de Palmares com o continente africano, mas coloca como ponto fundamental de sustentação do quilombo a luta contra o sistema escravista. É falado que o escravismo se desenvolveu em Palmares em decorrência do desenvolvimento das atividades agrícolas, pois os que eram

¹⁹⁹ *Idem.* pp. 163-164.

²⁰⁰ Edison Carneiro acha exagerado o número de vinte e cinco entradas citadas no documento “*Relações das guerras feitas aos Palmares*” relacionando dezesseis entradas, por considerar um número mais realista, contudo Clóvis Moura afirma que se for considerar a pesquisa de Carneiro teriam se passado vinte e dois anos entre uma expedição e outra, o que ele considera um tempo muito longo para que as autoridades portuguesas não tomassem nenhuma providência contra Palmares. *Idem.* p. 312.

²⁰¹ *Idem.* pp. 304-307.

levados para lá à força, através das razias que eram praticadas na região, eram transformados em escravos e aplicados no trabalho agrícola.²⁰²

Clóvis Moura também fala da configuração familiar adotada no quilombo, salientado tratar-se de duas, a poligâmica e a poliândrica. A primeira era prática dos líderes de Palmares, constando como um privilégio, no qual um homem podia ter mais de uma esposa. A segunda por sua vez, se aplicava ao restante da sociedade e tinha como função principal suprir a falta de mulheres entre os palmarinos, desta forma, uma mulher tinha mais de um esposo e comandava e distribuía as tarefas familiares. Para Clóvis Moura, essas duas formas de organização familiar eram complementares e significavam um mecanismo de equilíbrio para a funcionalidade, sem antagonismos ou conflitos. Ao tratar desse assunto, Moura cita o trabalho de Décio Freitas, contudo considerando que a obra de Moura foi publicada em 1959 e a de Freitas em 1972, entende-se que a inclusão dessa referência corresponde à revisão que o autor fez para a quinta edição que aqui utiliza-se.²⁰³

Quanto ao acordo de paz, Moura informa que Ganga-Zumba não aguentou e não teve o ânimo a circunstância de golpes e derrotas sofridas exigiam e, diante das ofertas de paz que recebeu considerou vantajoso negociar com as autoridades portuguesas. Contudo para o autor esse medida foi recebida com desaprovação tanto no Conselho Ultramarino como entre os palmarinos, o que fez com que os chefes militares do quilombo se opusessem a Ganga-Zumba e colocassem em seu lugar Zumbi, a quem chama de “elemento novo e de grande valimento.” O desdobramento disso e o acirramento das guerras entre palmarinos e as autoridades coloniais teve como consequência a destruição da capital do quilombo, afirmando que os escravos resistiram heroicamente e, que depois disso se sucedeu uma caça ao “valoroso chefe dos quilombolas. Transformou-se em guerrilheiro, ninguém mais o conseguia localizar com segurança: somente pela traição será morto, tempos depois.”²⁰⁴

Desta forma, percebe-se que Clóvis Moura coloca Ganga-Zumba como o chefe que não conseguiu dar continuidade à luta dos escravos de resistência ao escravismo, sendo enredado pelas circunstâncias, enquanto Zumbi o substituiu levando ao cabo tal tarefa, entendendo que isso aconteceu por suas qualidades e valor. Nesse sentido, Clóvis Moura utiliza ao longo do texto adjetivos que salientam as características desse personagem, como “negro de singular valor, grande ânimo e constância rara”, “elemento novo e de grande

²⁰² *Idem.* pp. 305-306.

²⁰³ *Idem.* pp. 307-309.

²⁰⁴ *Idem.* pp. 316-319.

valimento” e pelo alegando que se tornando guerrilheiro, Zumbi só seria localizado se fosse traído, o que conota sua capacidade de guerra.

Nesse período a principal obra dedicada ao episódio do Quilombo de Palmares foi a do Décio Freitas, que se debruçou sobre este tema a partir das teorias marxistas escravendo *Palmares: a guerra dos escravos*. A primeira edição foi publicada em Montevideu, no Uruguai, em 1971, sob o título de *Palmares: la guerrilha negra*, pois seu autor foi exilado na década de 1960. Ele pode retornar ao Brasil somente em 1972 e preparou a segunda edição do livro e primeira edição brasileira para o ano seguinte. Foram publicadas pelo menos mais seis edições em português que foram modificadas pelo autor e as informações sobre Zumbi foram sendo agregadas pouco a pouco.²⁰⁵

O livro é dividido em sete capítulos, no primeiro o autor faz uma contextualização da implantação da economia açucareira, da aplicação da mão-de-obra e faz também uma explanação sobre a divisão de classes entre homens livres, semi livres e escravos. No segundo capítulo, é abordada a formação de Palmares, sua organização familiar, cultural e étnica, assim como política. No terceiro e quarto capítulos, surge a narrativa sobre os enfrentamentos entre os palmaristas e os holandeses e portugueses.

No quinto capítulo Décio Freitas, fala de Ganga-Zumba, e dos acontecimentos relacionados a esse personagem, como o acordo de paz e as expedições de Fernão Carrilho, contudo, é também neste capítulo em que é explicado o que ele entende como o Estado Palmarino. No capítulo seguinte, o autor narra uma biografia de Zumbi e a situação da capitania após a dissolução do acordo de paz e de Zumbi assumir a liderança do quilombo, conseguinte o autor fala também das resoluções do rei para debelar Palmares. No sétimo e último capítulo do livro, Freitas trata do acordo com os paulistas para destruir os Palmares, do primeiro enfrentamento entre eles, no qual a tropa paulista foi derrotada, e conseqüentemente constatação da necessidade de reunir forças paulistas e pernambucanas para realizar tal intento, o que ele chamou de “o grande exército antipalmarino,” falando também do assédio final e da morte de Zumbi.²⁰⁶

Ele atribuiu o início do quilombo ao final do século XVI, quando um grupo de escravos, teria se rebelado e fugido de um engenho de açúcar no sul da capitania de Pernambuco, se embrenhando no mato e buscando refúgio na região de Palmares, como o modo que encontraram para lidar com a recente liberdade que a fuga lhes proporcionou. A

²⁰⁵ GOMES, Flávio dos Santos. De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011. p. 63.

²⁰⁶ FREITAS, Décio. Palmares: a guerra dos escravos. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1984.

maioria dos autores que relacionam o surgimento de Palmares com a fuga de um grupo de escravos atribui esse acontecimento ao período de ocupação holandesa no nordeste, contudo Freitas fala ter ocorrido no final do XVI, e também diferentemente destes autores, acredita que número de escravos que fugiram podia ser qualquer um, afirmando tratar-se de tradição considerar que o grupo era formado por quarenta negros.

Nesse sentido, a invasão holandesa mesmo não sendo entendida como o estopim para a formação do quilombo, foi por outro lado, considerada a circunstância que permitiu que a partir de um foco insurgente, ao qual o autor chama de Angola Janga, fossem mobilizados os escravos que até então estariam dispersos nas plantações, engenhos e povoações. Desta forma, é possível perceber que, da mesma forma que autores que o precedeu, Décio Freitas entende que a mudança no panorama da capitania de Pernambuco causado pela invasão holandesa possibilitou que as fileiras palmarinas engrossassem, devido ao aumento das fugas de escravos e da dificuldade vigiá-los e captura-los causadas pela instabilidade da guerra, contudo sua narrativa colore o episódio com tintas de uma rebelião.²⁰⁷

Destaca-se logo de imediato que a análise de Freitas é pautada na luta de classes e na coisificação do escravo, ressaltando a necessidade da fuga como forma de o escravo se rebelar contra opressão de classe e de recuperar sua humanidade. Nesse sentido, ele afirma que o sistema escravista dependia dos castigos e tormentos infligidos aos escravos como forma de mantê-los trabalhando para impedir seu colapso. Em sua visão, isto caracteriza um sistema de terra cuja principal consequência era a alienação da identidade humana do escravo. Desta forma, a fuga seria o único modo para o escravo resgatar sua humanidade, mas que só se tornou efetiva quando se passou a buscar a região de Palmares como refúgio, transformando posteriormente o espaço de refúgio em foco de insurreição. Nesse sentido ele afirma que “o escravo asilado naquelas serras selvagens deixara de ser uma coisa falante para recobrar sua dignidade humana.”²⁰⁸

Segundo Freitas, a dificuldade na escravização dos indígenas se deu por estes não se adequarem à sociedade de classes, pois não estavam habituados a haver um grupo dominante em sua organização social, pautada na propriedade coletiva da terra e no trabalho coletivo. Apesar disso, Freitas insere os índios na categoria de homens semi-livres por viverem sob a tutela dos jesuítas.

²⁰⁷ Apesar de muito usar o termo rebelião o próprio Décio Freitas que este talvez não seja o termo mais adequado para o caso, por se tratar de uma sucessão de pequenas fugas espontâneas e isoladas, sem plano de conjunto e chefes conscientes. *Idem.* p. 49.

²⁰⁸ *Idem.* p. 34.

Para o autor, o sistema escravista instalado no Brasil “foi de longe o mais sólido, recalcitrante e longevo das Américas,”²⁰⁹ provocando uma divisão de classes que opunham senhores de engenho de um lado e os escravos de outro. Entre o topo e a base da pirâmide, havia outros grupos que compunham a organização social desse sistema e, mesmo fazendo a principal classificação em três categorias, a de homens livres, homens semilivres e escravos, entendia que estas categorias não eram homogêneas e que dentro de cada uma delas havia grupos diferentes.

Ele considera que a separação entre a primeira e a última categoria era insuperável, mas que também havia dentro da primeira uma estratificação social igualmente rígida. Assim, no grupo dos livres, o topo da pirâmide era dominado pelos senhores de engenho que tratavam-se de:

“Uma minoria rapace e tirânica de menos de trinta famílias entrelaçadas pelo sangue e pelo casamento (...) haviam monopolizado as terras já desbravadas, possuíam a maior parte dos escravos, serviam-se da massa de índios domesticados ocupavam os altos cargos públicos, dominavam os órgãos político-administrativos locais, controlavam a justiça, comandavam as milícias.”²¹⁰

Reduzido à qualificação de coisa, o escravo podia ser vendido, alugado, penhorado, testado e, finalmente morto. Não tinham existência civil, ou seja, não eram pessoas naturais capazes de direitos e obrigações, e nas Ordenações Filipinas o capítulo em que era regulada a compra e venda de escravos era o mesmo que tratava dos animais. O autor salienta ainda, as condições de trabalho do escravo sem descanso, a fome devido à dificuldade de cultivar outros gêneros para além do da monocultura, pois era necessária a autorização do senhor para tal, a moradia na senzala, chamando-a de infecta, acanhada e promíscua, e a alta taxa de mortalidade, afirmando que o tempo médio de vida de um escravo que trabalhava nos canaviais e engenho não passava de cinco anos.²¹¹

Freitas entende que além da exploração que a sociedade estratificada em classes impunha sobre os escravos, era necessário superar contradições dentro da própria base da pirâmide social, pois não enxergava serem estas poucas entre o grupo dos escravos. Essas contradições ainda se estendem na medida em que crioulos e mulatos não se reconheciam nos nativos na África e devido à existência de hostilidades entre os africanos de diferentes nações.

²⁰⁹ *Idem.* p.12.

²¹⁰ *Idem.* p. 15.

²¹¹ *Idem.* pp. 20-22.

Desta forma, coloca estas contradições como um dos obstáculos que os palmarinos tiveram que superar.

Assim, ao falar das características do movimento, Freitas questiona a interpretação da existência de escravidão em Palmares, justificando que nunca houve na África escravidão enquanto modo de produção, e sim um modelo de caráter patriarcal no qual o prisioneiro de guerra era incorporado depois de algum tempo à família do vencedor. Isto porque, para ele seria incompatível com o movimento levantado por Palmares a existência de escravidão no quilombo, desta forma, entende que o fato de o negro capturado pelos palmarinos ter de cumprir a condição de capturar outros em expedição, não configura escravidão, posto que depois disto ele gozava de completa liberdade. Cumpre ainda informar que, o autor não entende Palmares enquanto um movimento consciente de luta contra o sistema escravista, mas que inevitavelmente ao lutar por sua liberdade e para evitar a reescravização se fazia necessário confrontos com o inimigo e a incitação de outros escravos à rebeldia.²¹²

É destacada no texto a existência de um sistema de propriedade social, no qual a família recebia a terra para cultivar e o excedente era entregue ao mocambo para atender ao coletivo, para atender os indivíduos cuja ocupação não estava atrelada à produção ou aos que não tinham condições para tal, como os chefes, guerreiros, prestadores de serviço, crianças, velhos e doentes. O excedente também servia para um estoque para períodos de secas, pragas e ataques externos. Desta forma, o autor trata Palmares como uma sociedade de economia natural e auto subsistente. No que concerne à formação familiar, Freitas fala da formação de famílias poliândricas, consistindo de uma esposa e três ou quatro maridos. Essa medida é entendida como necessária para suprir a falta de mulheres no quilombo.²¹³

Reforçando a ideia de que o que unia os habitantes de Palmares era a desgraça que se abateu sobre eles decorrente do escravismo, Freitas salienta para a variedade étnica do quilombo, de indivíduos provenientes das mais variadas áreas da África, pois que as denominações que aparecem nos documentos como guiné, angolano ou mina referiam-se nada mais do que ao porto de embarque dos escravos no continente africano. Ademais, somava-se à massa de escravos os índios, mulatos e mesmo brancos, pois Palmares constituiria um asilo aberto a todos os perseguidos e deserdados da sociedade colonial. Desta forma, o ator descarta qualquer possibilidade de concordar com o que foi proposto por Nina Rodrigues de movimento de regressão tribal.

²¹² *Idem.* pp. 28-29.

²¹³ *Idem.* pp. 37-38.

Para Freitas essa heterogeneidade étnica e cultural impediu que houvesse quaisquer tradições culturais comuns em Palmares, pelo contrário, ele considera que a mescla enfraqueceu muito dos traços étnicos e culturais originários dos negros, tendo consequências na língua e na religião existentes no quilombo. Nesse sentido, afirma que foi elaborada uma linguagem palmarina proveniente de um sincretismo linguístico, no qual os elementos africanos tiveram importância decisiva, mas que incorporava também elementos do português e do tupi. Frisando a existência de divergências religiosas entre os escravos devido às suas origens variadas dentro do continente africano, o autor ressalta que a única opção viável de sobrevivência para Palmares era que houvesse um sincretismo religioso, para se conciliar conflitos antigos desde os tempos na África, combinando fragmentos das crenças africanas e do cristianismo dos brancos.²¹⁴

Freitas fala de Ganga Zumba quando aborda a consolidação do Estado Palmarino, pois os portugueses tendo intensificado os ataques depois da expulsão dos holandeses das costas nordestinas, os palmarinos deixaram de viver na relativa tranquilidade e tiveram que elaborar um sistema de cooperação militar permanente. Ganga-Zumba que era então o chefe do quilombo e de sua principal cidade Macaco, ficou encarregado de providenciar esta pacto que então evoluiu para um Estado. O autor entende que o termo Ganga-Zumba refere-se ao título adotado depois que este chefe passou a assumir o poder no Estado Palmarino, reconhecendo que a ideia de que fosse um rei provinha da designação que os portugueses lhe deram por analogia. Fala então da organização política do quilombo, que além do chefe do Estado, era composta pelos chefes político-administrativos e pelos chefes militares, os primeiros compunham um conselho formado a partir de uma assembleia popular e a eles competiam a administração dos demais mocambos. Os chefes militares por, por sua vez, eram escolhidos por Ganga-Zumba depois que este ouvia o conselho. Ele entende que os documentos coloniais tratam os primeiros como maiores e os demais como cabos de guerra.²¹⁵

Freitas acredita ainda, que a hierarquia existente tanto da organização administrativa e política do quilombo, quanto na militar assumiu um caráter de parentesco simbólico, assim quando nas fontes é falado sobre mãe, irmão, filho, sobrinho e neto de Ganga-Zumba, referia-se na verdade a pessoas que ocupavam determinado cargo. Nesse sentido ela afirma que: “os ministros eram filhos de Ganga-Zumba. Os comandantes militares, irmãos; os chefes de mocambos, sobrinhos; os funcionários e oficiais subalternos, netos; as mulheres velhas,

²¹⁴ *Idem.* pp. 39-40.

²¹⁵ *Idem.* pp. 92-93.

mães.”²¹⁶ O autor também defende que, apesar de Ganga-Zumba ter assumido grande autoridade e prestígio, ele não era arbitrário, por não se tratar de um governante autocrático, absoluto ou despótico, logo, não teria assumido uma autoridade absoluta e pessoal e não representava uma personalização do poder estatal.

Por entender que a autoridade de Ganga-Zumba provinha do conselho que o instituiu como chefe, Freitas acredita que ele não acumulava funções religiosas, e que seus poderes enquanto líder eram limitados, podendo ser destituído de sua função. Desta forma, o Estado de Palmares era uma confederação e não um Estado à semelhança dos Estados africanos, como Carneiro e Arthur Ramos afirmaram. Ele acrescenta ainda, não haver dentro de Palmares diferenciação de classes nem antagonismos, mas sim a formação de um grupo social reduzido oriundo da tradição da função assumida, proveniente dos primeiros palmarinos e dos titulares de algumas funções, chamando esse grupo de pequena nobreza, por entender não haver um termo melhor para designá-lo. Nesse sentido, o autor afirma que o Estado Palmarino correspondia à necessidades sociais advinda da necessidade de defesa de um inimigo comum, e não exercendo nenhum papel coercitivo ou mantedor de privilégios de uma classe dominadora, não sendo necessário superar antagonismos sociais, ou seja, Freitas define o Estado Palmarino como um Estado sem exploração, em sua palavras “como uma criação original dos negros empenhados na luta e na resistência contra a escravidão.”²¹⁷

Por outro lado, o que foi instalado em Cucaú depois do acordo de paz, configurou uma caricatura anti Palmares, que em nada representava a luta dos escravos pela liberdade, mas sim, uma invenção das autoridades coloniais. A deposição de Ganga-Zumba e a ascensão de Zumbi teria se dado pelo descontentamento geral que esse acordo teria causado entre os palmaristas que desconfiavam do cumprimento dos termos acordados. Desta forma, Freitas conta que foram feitas assembleias em todos os mocambos para tratar do assunto e que Zumbi seria o principal porta voz dos descontentes, contudo Ganga-Zumba articulando politicamente, só foi deposto quando abandonou Macaco frente à iminência de um ataque de Zumbi.²¹⁸

Para o autor essa conjuntura pôs em risco a “pátria dos negros”, pois os chefes militares que acompanharam Ganga-Zumba deram informações sobre a organização interna do quilombo para as autoridades coloniais, contudo Zumbi teria tomado todas as providencias necessárias para o tempo de guerra que viria pela frente, ao mesmo tempo em que buscava

²¹⁶ *Idem.* p. 94.

²¹⁷ *Idem.* pp. 95-96.

²¹⁸ *Idem.* pp. 114-120.

minar a autoridade de Ganga-Zumba em Cucaú. Frente ao exposto, Décio Freitas acredita que Zumbi foi o combatente mais indômito da liberdade de sua gente.

Décio Freitas traz uma novidade ao apresentar uma biografia de Zumbi, que teria nascido em Palmares, mas levado recém-nascido depois de uma incursão portuguesa. Teria sido criado por um padre que o batizou com o nome de Francisco e o torou seu coroinha aos dez anos. Aos quinze ele teria fugido para Palmares e adotado o nome de Zumbi e aos dezessete já tinha iniciado sua carreira. Vale ressaltar que o autor não indica os documentos dos quais retirou os dados apresentados na biografia desse personagem e nem em quais arquivos os teria conseguido. Contudo, vale ainda salientar o tratamento que é dado ao termo Zumbi, diferentemente dos demais autores aqui tratados, Freitas não considera tratar-se de um título, mas sim do nome de um indivíduo específico, afirmando que “pode-se documentar que pelo menos entre 1670 e 1695, o indivíduo que usava esse nome foi uma só e mesma pessoa.”²¹⁹

Joel Rufino dos Santos era um escritor e historiador brasileiro, estudioso das culturas africanas, afro-brasileiras e das questões raciais no Brasil. Foi presidente da Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, entre 1995 e 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e também professor de literatura da pós-graduação da Faculdade de letras e da Faculdade de Comunicação da UFRJ. Ainda no governo de João Goulart participou da formulação da coletânea “*História Nova do Brasil*” que tinha como principal objetivo reformular o ensino de história no país. No regime militar a obra foi censurada e seus colaboradores perseguidos como suspeito de subversão. Rufino exilou-se no Chile, mas quando retornou em 1965 foi preso. Opondo-se ao regime militar, foi preso mais algumas vezes depois disso. Enfim, tanto em suas pesquisas quanto em sua atuação política – devido aos cargos públicos que assumiu – esteve relacionado à defesa das populações menos favorecidas, principalmente a negra.

A obra “*Zumbi*” publicada 1985 narra a história do episódio de Palmares com um tom mais literário, devido à formação e à inclinação do autor para essa área de conhecimento. Dividido o livro em três capítulos, o autor narra os dados disponíveis nas fontes coloniais para construir uma narrativa como se os personagens envolvidos no episódio estivessem vivenciando-o. Palmares e seus personagens são analisados em comparação ao sistema escravista, a qual Joel Rufino chamou de mundo do açúcar. Nesse sentido, ele entendia que Palmares era o oposto ao mundo do açúcar e, enquanto o primeiro defendia a liberdade e

²¹⁹ *Idem.* p. 117.

recebia diferentes tipos de indivíduos, o outro se desenvolveu baseando-se na exploração da mão-de-obra, na organização de uma sociedade excludente e na aplicação de castigos cuja finalidade era desposar o escravo da sua característica humana. Eram, portanto, na visão do autor, incompatíveis um com o outro, eram dois embriões de nação inimigos, com uma sendo a negação da outra, uma era lugar de biodiversidade e a outra lugar da monocultura, logo não podendo coexistir.²²⁰

Para Rufino, o negro africano antes de se tornar escravo na América era um ser inteiro de corpo e alma livres. Afirma que os escravistas não se interessavam por sua alma, ou por sua cultura, e que na verdade esta seria um estorvo à escravidão, pois era a cultura que dava a característica humana ao indivíduo, mantendo-os como seres inteiros e impedindo que gastassem toda a sua energia trabalhando para outros. Desta forma, se coadunando com a noção de coisificação do escravo e o que a fuga representava nesse contexto, Rufino afirma que fugir a escravidão e a desumanização do escravizado era como a morte, e que fugir era a forma de retornar à vida.²²¹

Caracterizando o que ele chamou de mundo do açúcar, afirma que os lugares na sociedade estavam fixados de antemão, pretos eram escravos, índios servos e brancos por definição eram livres e, que a identidade e a honra no mundo do açúcar provinham da propriedade da terra. O autor afirma ainda, que a escravidão desempenhou papel central no desenvolvimento do sistema econômico capitalista mundial, pois a venda do escravo pelos europeus proporcionou a acumulação de capital que financiava a compra do açúcar produzido braços pelos escravos. Eles eram, portanto, uma “moeda viva.” Para autor, Palmares poderia representar então, um sonho de um país diferente, de um país de todos, em que o homem branco não fosse o centro da família, ao redor do qual os demais membros orbitavam, dizendo ainda, que esse sonho foi sonhado por cem anos em Palmares.²²²

Construindo sua análise a partir dessa oposição entre Palmares e o mundo do açúcar, o autor coloca Zumbi como personagem principal do quilombo – e também do livro, tendo em vista ser o nome do último líder palmarino o título da obra – em oposição a Henrique Dias, asseverando ser este e sua gente antipalmares e o avesso de Zumbi, por serem negros e lutarem pelos senhores branco. Acredita que essa escolha deles pode não ter sido consciente, e que para si próprios eram pessoas.²²³

²²⁰ SANTOS. Joel Rufino dos. Zumbi. São Paulo: Global, 2006.

²²¹ *Idem.* pp. 10-12.

²²² *Idem.* p. 25.

²²³ *Idem.* pp. 15-17.

Zumbi é narrado como um preto pequeno e magro que ganhou mais batalhas do que todos os generais juntos da história brasileira. A biografia apresentada por Décio Freitas também aparece no livro de Rufino dos Santos. Este compara ideia de que Zumbi fora criado por um padre e teve o nome de Francisco com uma história bíblica, o que dá ênfase ao relato. Sobre seu nome, o autor declara que há diferentes grafias, no Congo e em Camarões era *Nzambi*, em Angola era *Zombi*, no Caribe *Zumbi*, e que a troca do nome de Francisco para Zumbi era muito significativa. Nesse sentido, o autor explica que o nome era vital para os povos ágrafos, pois uma criança só era considerada gente depois que seu pai lhe dava um nome. Afirma ainda que, no Daomé a pessoa ia mudando de nome ao longo da vida, conforme os acontecimentos que marcavam sua trajetória. Logo, afirma que o batismo do africano com um nome cristão era uma violência extra com o escravo, cujo intuito era esvaziar o africano de sua cultura e, que os nascidos aqui, crioulos, só tinham o nome cristão, mas ao se aquilombarem adotavam nomes africanos, recuperando assim parte de sua identidade.²²⁴

É salientada que outra consequência do tráfico de escravos é a separação das famílias, havendo entre os escravos não a formação de família nuclear, mas sim de uma família extensa, que como na África, juntava marido esposas, tios, agregados através do compartilhamento da miséria imposta a todos, que violentamente os havia desenraizado. Considerando este contexto separação familiar e o entendimento que os termos de parentescos em Palmares se davam através das funções que os indivíduos ocupavam – ao que Décio Freitas deu o nome de parentesco simbólico – Joel Rufino entende que foi assim que Zumbi se tornou “sobrinho” de Ganga-Zumba, tornando-se líder de uma das aldeias de Palmares.

A formação do Estado Palmarino é atribuída a Ganga-Zumba, que é descrito como um africano alto e musculoso (o oposto de Zumbi) com temperamento suave e habilidades artísticas. Eleito por aclamação, mas não se sabe se tinha concorrentes. É posto como responsável pela formação de um pacto militar que uniu os mocambos espalhados pela Serra da Barriga, o que seria um ponto de partida para a formação de um exército, articulou as lideranças dos mocambos para formar um Conselho Geral, cabendo a ele nomear os ministros e cabos de guerra.

Apesar de lhe atribuir essa responsabilidade, é posto que o líder Ganga-Zumba não conseguiu lidar com os desdobramentos dos ataques de Fernão Carrilho, após os quais tem-se que o descontentamento entre os quilombolas se generalizou. Chega a ser dito que Ganga-Zumba comandou uma ação militar embriagado. Ademais, o acordo de paz é tido como uma

²²⁴ *Idem*. pp. 30-32.

estratégia das autoridades coloniais para enganar e ganhar tempo, já que não tinham condições de continuar com a guerra e, como forma enfraquece-los, tendo em vista que uns se colocariam a favor do acordo e outros não.

Coloca o acordo de paz e a ideia de possibilidade de vida em Cucaú como uma ilusão de Ganga-Zumba, que aos poucos foi se dando conta disso, na medida em que os termos acordados não eram cumpridos. Percebendo a conspiração contra ele, denunciou ao governador de Pernambuco, o que o autor chamou de decisão funesta.

Para o autor Zumbi negou três vezes o mundo do escravista: quando fugiu do padre aos quinze anos, quando se opôs ao acordo de paz feito do Ganga-Zumba e quando o governador tentou convencê-lo a aceitar a paz. Assim, Zumbi foi caso de resistência radical ao sistema.²²⁵

As pessoas que integravam o mundo do açúcar e Palmares eram inimigos de classe, de raça e de cultura. “Palmares era um território, uma sociedade e um Estado ocupando o *espaço vital* do território, da sociedade e do Estado coloniais.”

Zumbi não combateu por glória própria. Uma resposta genérica seria por legítima defesa. Combateu por que acreditava numa vitória, pois conhecendo o mundo do açúcar sabia que o inimigo estava acuado. E mundo do açúcar foi humilhado por suas investidas até que contratou o paulista Domingos Jorge Velho

Sobre a morte de Zumbi o autor, se coloca totalmente contra a ideia de suicídio, afirmando que apesar de se acreditar por muito tempo nesta teoria, os contemporâneos de Zumbi sabiam que não tinha ocorrido desta forma, indo contra ao entendimento de Carneiro de que esta podia ter sido a impressão geral da época.

As obras dos três autores marxistas aqui tratados buscam mostrar um Palmares de resistência social, cuja narrativa enfatiza como uma classe oprimida pelo sistema escravista encontrou meios de lutar por sua liberdade. Desta forma, nessas análises destaca-se que a lógica de organização e funcionamento do quilombo é pautada pela desgraça compartilhada que os unia enquanto classe, principalmente para Décio Freitas, mas também um dos tantos movimentos sociais que os escravos participavam contra a escravidão, como salienta Clóvis Moura. E apesar das diferenças entre suas análises, como o fato de Clóvis Moura dar crédito às associações que Nina Rodrigues e Edison Carneiro fazem com os Estados africanos, enquanto Décio Freitas descarta tais análises, percebe-se que a noção de coisificação do escravo e a denúncia de um sistema violento, presente nas três análises, tem influência direta

²²⁵ *Idem.* p. 40.

no que esse autores entendem por resistência à escravidão, colocando-a como foco de seus estudos.

Desta forma, salientando a necessidade do escravo de resistir à escravidão como forma de superar o estado de coisa e de desumanização impostos pelo sistema, a fuga e o quilombamento são entendidos como as principais formas de se rebelar. Desta forma, *Palmares* é entendido como o principal exemplo disto, como no caso de Joel Rufino que define *Palmares* como o oposto ao que ele chama de mundo do açúcar. Nesse sentido, a caracterização de seus personagens é feita de modo a demonstrar esse protagonismo do quilombo da Serra da Barriga, então, talvez por ter sido o último líder do quilombo, Zumbi é mostrado como aquele que não abandona a luta, que não desiste, e como o mais capaz, enquanto Ganga-Zumba é mostrado como o líder que não soube lidar com as consequências dos ataques sofridos e foi ludibriado pelas autoridades portuguesas ao aceitar o acordo de paz, colocando-se em dado momento contra a “causa” de *Palmares* quando denunciou ao governador da capitania aqueles que conspiravam contra ele.

A teoria da coisificação do escravo norteou os estudos marxistas sobre escravidão, definindo que o escravo que não se rebelava vivia passivo sob a tutela do senhor, conseqüentemente aquele que se rebela é visto como o indivíduo por excelência. Desta forma, dos dois personagens de *Palmares* aqui analisados, Zumbi é o único que preenche os requisitos que atende a este ideal de indivíduo estabelecido, não por ser ou não um herói, mas devido às circunstâncias de sua existência, pois foi o último que esteve à frente do quilombo e aquele que assumiu a liderança após a perda de prestígio de seu antecessor, tendo encabeçado a oposição a este.

Por sua vez, frente à teoria de coisificação do escravo, as medidas adotadas por Ganga-Zumba não coadunam com a noção de escravo rebelde, por que aceitar o acordo de paz seria abandonar a forma resistência preconizada por essa vertente historiográfica. Desta forma, suas ações de dar informações sobre *Palmares* para as autoridades portuguesas a fim de submeter os que se opunham ao acordo de paz e denunciar seu opositores poderiam ser interpretadas como traição, apesar de não se usar esse termo diretamente. Inevitavelmente comparações são feitas entre os dois personagens, e da forma como foram descritos um era tudo aquilo que o outro não era.

Capítulo IV

A recente historiografia de Palmares

4.1 – Mocambos de Palmares, redes de sociabilidades e processos históricos no Império Português.

A partir da década de 1970 houve um processo de renovação historiográfica na esteira de mudanças mais gerais que ocorreram no campo das humanidades, nas quais as teorias totalizantes como o estruturalismo e o marxismo passaram a não ser suficientes para apreender os pluralismos dos movimentos sociais fomentados nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, ou seja, os conceitos, esquemas e paradigmas utilizados para pensar o mundo não correspondiam mais à sociedade plural que emerge na modernidade.²²⁶

Essas mudanças estiveram relacionadas com os debates em torno do papel da narrativa ativa na produção historiográfica e da guinada subjetiva. Esta trata de uma maior valorização da ação dos sujeitos históricos em meio aos contextos em que estão inseridos, avaliando os limites e discursos dos indivíduos em relação às imposições de sistemas normativos, uma espécie de “reinvindicação de uma dimensão subjetiva” com foco na identidade dos sujeitos.²²⁷ Desta forma, a historiografia da escravidão não ficou imune aos redimensionamentos ocorridos no seio da História Social, e a partir da década de 1970 são esboçadas mudanças nesse campo de pesquisa que dão mais ênfase ao agente escravo e a voz escrava, com uma maior valorização do protagonismo do sujeito escravizado. Essas mudanças se consolidaram nas décadas seguintes devido ao número maior de publicações sobre escravidão no Brasil decorrente do centenário da abolição em 1988.

Assim, muitos trabalhos atuais sobre escravidão buscam demonstrar as diferentes formas de sociabilidades e resistência dos escravos e como eles se adaptavam à realidade da experiência da escravidão rompendo com a teoria de coisificação do escravo. Não se deixa de reconhecer que o mérito da constatação da violência da escravidão é dos estudos marxistas produzidos na segunda metade do século XX, contudo, a crítica que lhe é feita pela recente

²²⁶ Exemplos de movimentos sociais desse período são o movimento feminista e o movimento negro que, segundo Francesco Benigno, contribuíram para a crítica e reformulações das categorias macros como nação e classe, dando mais ênfase a conceitos como o de identidade. Essa reformulação historiográfica é estudada como a crise da história proveniente de um processo de reestruturação profunda da realidade econômica, política e social e consequentemente de ferramentas conceituais empregadas para essa realidade. Benigno cita autores como Anthony Giddens, Arjun Appadurai, Ulrich Beck e Zygmunt Bauman que mobilizam respectivamente conceitos de ultramodernidade, modernidade pulverizada, segunda modernidade e pós-modernidade ou modernidade líquida para ilustrar que a leitura desse processo. BENIGNO, Francesco. *Qué es la historia hoy? Reflexiones sobre la transformación de una disciplina*. In: PALOS, Joan-Lluís e SÁNCHEZ-COSTA, Fernando (eds.). *As vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2013.

²²⁷ AVELAR, A. e GONÇALVES, M. op. cit. pp. 69-70.

historiografia recai no fato dessas pesquisas se concentrarem em cima desse único aspecto da escravidão. Para Chalhoub, acreditar que tudo o que se importa saber sobre escravidão estar encerrado na violência gerou mitos e imobilismos na produção historiográfica, como a teoria de coisificação do escravo.²²⁸ Isto porque, tal teoria impossibilita que se investiguem as nuances das ações dos escravos dentro da realidade em que viviam, colocando no horizonte apenas a dicotomia passividade versus rebeldia.

Os autores João José Reis e Eduardo Silva afirmam que o escravo não era herói ou vítima o tempo todo, podendo na verdade transitar entre esses dois pólos e, o escravo que até então era submisso podia se rebelar dependendo das circunstâncias e se fosse vencido poderia voltar ao trabalho disciplinado e tentando negociações a cada oportunidade. Sugerindo assim que, ao lado da violência havia um espaço social tecido por barganhas e conflitos.²²⁹

Uma mudança significativa ocorreu a respeito do conceito de resistência escrava. Percebeu-se que os tipos de resistências eram vários e diários, dependendo da criatividade e da resiliência de cada indivíduo frente às condições de vida e trabalho as quais estavam submetidos. Os escravos podiam então, diminuir o ritmo de trabalho, sabotar equipamentos, quebrar ferramentas, incendiar uma plantação, agredir senhores e feitores, ou o que seria uma medida mais extrema cometer suicídio ou infanticídio. Mas dentro da própria dinâmica do sistema escravista, os escravos buscavam também fazer acordos com seus senhores, a fim de melhorarem sua condição, como autorização para plantar gêneros de subsistências que pudessem complementar sua alimentação, dias de folga para descanso ou um trabalho extra que pudesse lhe render dinheiro e a promessa de alforria caso o escravo conseguisse juntar dinheiro para pagar por ela.

Tudo isso acabava por se estabelecer como um direito ou costume por tradição, representando por parte dos senhores uma forma de manter sua mão-de-obra colaborativa através de incentivos que ofereciam para alcançar seus objetivos produtivos, mas que por parte dos escravos podiam ganhar uma importância que ia além do desejo inicial do senhor, pois, representavam uma margem de negociação que o escravo manejava de acordo com a conjuntura para tentar amenizar as implicações de se viver como escravo.²³⁰

No primeiro capítulo do livro *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, o autor João José Reis utiliza da comparação entre Zumbi e Pai João, como

²²⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 40.

²²⁹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 7.

²³⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

exemplificação do escravo totalmente rebelde e o totalmente submisso, na visão da historiografia marxista da década de 1960 e 1970, abordada no capítulo anterior, para falar da possibilidade de experiências para além desses dois modelos opostos. Nesse sentido, ele afirma que os escravos mais negociavam do que lutavam abertamente contra o sistema, o que chamou de “heroísmo prosaico de cada dia.” A produção histórica a partir do ponto de vista do escravo tem suas limitações como a existência de fontes suficientes para acessar tal âmbito, contudo para o autor, “qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou ampliá-los, segundo seus interesses, deve ser valorizado.” Desta forma, as atitudes que esses indivíduos tomam indicam o que eles consideram um direito, uma possibilidade ou uma extrapolação por parte do senhor.²³¹

No que se refere às pesquisas sobre Palmares, a virada historiográfica iniciada na década de 1970, desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990, e a crise de modelos de análise macros como o marxismo, fez emergir um cenário em que as análises e pesquisas sobre esse episódio partem de diferentes eixos temáticos e metodológicos, com novas perspectivas a partir de reinterpretações das fontes já conhecidas, como por exemplo, a historiadora Alida Metcalf que aponta para a possibilidade de uma relação entre o surgimento de Palmares e movimentos milenarista do Brasil colônia²³² e, Rômulo Nascimento que estudando as fontes holandesas do período questiona a associação direta entre fuga de escravos e sua ida para Palmares, salientando a possibilidade da existências de diferentes grupos de escravos fugidos no interior da capitania de Pernambuco, aos quais os holandeses chamaram de *boschnegers* que podiam ou não estar vinculados ao quilombo.²³³

Nesse contexto, as pesquisas africanistas também tiveram bastante influência nas perspectivas sobre Palmares como o autor Luiz Felipe de Alencastro que analisa o quilombo a partir que sua inserção no contexto das guerras do Atlântico Sul,²³⁴ John Thornton que relaciona o tráfico de escravos centro africanos com a composição étnica de Palmares, cuja predominância considera ser de escravos da região Congo-Angola²³⁵ e, do autor Stuart

²³¹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Op. cit.* pp. 13-21.

²³² METCALF, Alida. Escravos Milenaristas? A Santidade de Jaguaripe e a resistência escravista nas Américas. *In: Mocambos de Palmares: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX) / Flávio Gomes (org.)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. pp. 21-38.

²³³ NASCIMENTO, Rômulo. Palmares em fontes holandesas: sobre os *boschnegers* entre guerrilha e a ordem. *Idem.* pp. 39-47.

²³⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História Geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares. *Idem.* pp. 61-99.

²³⁵ THORNTON, John K. Angola e as origens de Palmares. *Idem.* pp. 48-60.

Schwartz que relaciona a organização social, política e militar de Palmares com o *ki-lombo* Imbangala.²³⁶

As pesquisas sobre quilombos em outras regiões do continente Americano também cresceram, tendo o autor Richard Price como uma dos nomes de destaque por sua pesquisa sobre os Saramakas da região de fronteira do que hoje é o Brasil e o Suriname. Em um artigo publicado no livro *Liberdade por um fio*, Richard Price faz um exercício de imaginar como Palmares poderia ter sido se o acordo de paz de 1678 tivesse vingado. Tal exercício é possível a partir da comparação entre o quilombo da Serra da Barriga e os povos Saramakas, remanescentes de quilombos do período colonial no Suriname.²³⁷

O livro *Liberdade por um fio* foi publicado em 1996 e é uma importante obra, um marco, da renovação dos estudos sobre quilombo no Brasil. Trata-se de uma coletânea organizada pelos historiadores Flávio Gomes e João Jose Reis que traz dezoito artigos de diferentes autores sobre quilombos nas diferentes regiões do país, como em Minas Gerais, Bahia, Maranhão Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Amazonas. Sobre Palmares constam quatro artigos, sendo um deles do autor Richard Price citado no parágrafo anterior, outro artigo é do autor Pedro Paulo de Abreu Funari, que participou de um projeto de pesquisa arqueológica na Serra da Barriga criado em 1991, apresentando então os primeiros resultados após duas etapas do projeto realizadas. Os demais são o artigo de Ronaldo Vainfas sobre a posição dos jesuítas sobre o episódio de Palmares, mas especificamente do Padre Antônio Vieira que em 1691 respondeu uma consulta que lhe foi feita sobre a possibilidade de novo acordo com os palmaristas colocando-se completamente contra tal proposta, e o artigo de Silvia Hunold Lara que relaciona o impacto causado por Palmares no contexto colonial e o surgimento da função do capitão do mato no século XVII.

Na introdução é destacado pelos organizadores que os autores que participaram desta coletânea não pertencem a uma única “escola” historiográfica, e a ideia central da obra é “apresentar um quadro amplo das várias possibilidades interpretativas.” Desta forma, referenciando as vertentes interpretativas tratadas no capítulo anterior, culturalistas e marxistas, os organizadores afirmam que os estudos mais recentes sobre quilombos e resistência, produzidos nos anos 1980 e 1990, não abandonaram por completo os problemas postos pelas vertentes que os precederam, sendo por vezes herdeiros de seus paradigmas.

²³⁶ SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001. Sobre a relação entre as pesquisas sobre o continente africano e o Quilombo de Palmares ver: DAMASCENO, Felipe Aguiar. Conexões e Travessias no Atlântico Sul: Palmares, africanos e espaços coloniais numa abordagem comparada (século XVII) Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014.

²³⁷ PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. (Flavio Gomes, João José Reis org.). São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

Acreditam na verdade que a discussão se renova por não haver uma busca incessante por troços sobreviventes das culturas africanas, e nem mais a rigidez da teoria marxista, além de uma influência da antropologia social e a preocupação de pesquisas e descoberta de manuscritos e fontes orais.²³⁸

Ademais, a obra se destaca por ser um esforço de retomada dos estudos sobre quilombos que aponta para a nova tendência de analisá-los a partir de seus contextos históricos, no qual se percebe que não se tratavam de comunidades isoladas, mas que na realidade constituíam redes de sociabilidade com influências africanas, mas também de mestiços, brancos e índios e que estavam inseridas em um processo de formação de uma sociedade afro-brasileira em que os indivíduos africanizavam o novo mundo em que estavam vivendo, assim como renovavam as visões de mundo que consigo carregavam. Consideram então nessas pesquisas “uma complexa relação entre os fugitivos e os diversos grupos da sociedade em torno deles.”²³⁹

Em *De olho em Zumbi dos Palmares* Flávio Gomes salienta a permanente conexão no Atlântico Sul nos séculos XVI e XVII apontando para movimentos históricos cruzados em ambas as partes do Atlântico. Desta forma, ele cita os trabalhos de Thornton e Miller para correlacionar os processos históricos na África central, o tráfico atlântico de escravos e a provável predominância de centro africanos em Palmares. O autor afirma então que no século XVII 80% a 95% dos africanos comercializados eram provenientes de Angola, e no mesmo período o Brasil estava se tornando um mercado consumidor mais consistente desse comércio. O autor fala também de uma guerra civil que eclodiu no Congo em meados do XVII e. Desta forma é citada a expansão das guerras e da escravização nas regiões próximas à Luanda, ao aumento dos ataques ao reino de *Ndongo* devido à aliança entre os portugueses e os povos *imbangalas*, ocasionando o aumento do número de africanos centrais traficados.²⁴⁰

Frente ao exposto, Flávio Gomes questiona-se sobre quem seriam esses africanos centrais traficados para o nordeste brasileiro no XVII. Considerando que o ponto de partida para a análise demográfica do tráfico de escravos se dá através do porto onde os escravos foram embarcados, o autor afirma que estes africanos centrais:

“podiam ser provenientes de populações esparsas que ocupavam savanas e tinham origem agrária, que cultivavam grãos tropicais, especialmente sorgo e cereais, com a

²³⁸ GOMES. Flávio; REIS. João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. pp. 13-14.

²³⁹ *Idem*. pp. 12-14.

²⁴⁰ GOMES. Flávio. *De olho em Zumbi: história, símbolos e memória social*. São Paulo: Claro Enigma. 2011. pp. 38-40.

utilização de enxadas. Havia uma permanente migração dessas populações que também alcançava as áreas de florestas na bacia do rio Zaire, onde se plantavam bananas e raízes num ambiente úmido e sombreado. Eram populações que viviam em aldeias de médio e pequeno porte, organizadas em parentesco e clientelas de savanas e florestas, e agricultores que se concentravam em torno dos grandes rios Cuanza, Cuango, Zambezi e Cuene, além de comunidades de pescadores. Essas populações não estavam isoladas – faziam trocas e comércio de alimentos e artesanatos – e falavam idiomas da grande família linguística banta, originária de remotas comunidades de agricultores estabelecidas séculos antes nesta vasta região.”²⁴¹

Nesse sentido, percebe-se que o autor dessas correlações atlânticas não para só tratar da origem africana do quilombo, mas sim para apontar relações entre as montagens econômicas das populações em ambos os lados do atlântico, assim como as expectativas africanas, as administrações ultramarinas luso-africanas, as expedições antimocambos, as guerras coloniais, a escravização e os ataques indígenas, salientando que enquanto as autoridades coloniais lidavam com problemas relacionados às fugas dos escravos, à formação de mocambos e os ataques a estes, e ainda com ataques dos indígenas de um lado do oceano, do outro lidavam com reinos africanos e com populações que hora aliavam-se aos portugueses e hora guerreavam contra eles dependendo dos interesses do comércio colonial de escravos.²⁴²

Da mesma forma que essas populações na África Central não estavam isoladas, o autor demonstra que os habitantes de Palmares também não estavam, pois sua economia baseada na produção agrícola destinava-se não apenas para a subsistência, tendo em vista que o excedente era comercializado com moradores e lavradores das vilas próximas. Afirma também que os mocambos que se dispersavam também por uma vasta área no interior da capitania de Pernambuco comunicavam-se e organizavam suas atividades econômicas de forma a serem complementares. Desta forma, o autor afirma que se formava uma ampla rede social em torno dos mocambos, das vilas e fazendas, e ainda das senzalas, preocupando sobremaneira as autoridades coloniais.²⁴³

O entendimento apresentado por Flavio Gomes sobre Palmares, que leva em consideração os acontecimentos históricos e os processos históricos coloniais do Atlântico Sul, é desenvolvido de forma mais ampla em sua obra mais recente sobre Palmares. Nela o autor aponta para o fato de o quilombo de Palmares não se concentrar em um único lugar, reunindo na verdade várias comunidades interdependentes e articuladas, porém dispersas espacialmente no nordeste açucareiro, como visto

²⁴¹ *Idem.* pp. 39-40.

²⁴² *Idem.* p. 40.

²⁴³ *Idem.* pp. 14-15.

anteriormente. Ele informa que a palavra mocambo significava acampamento militar e também moradias para a maioria dos falantes das línguas bantu da África Central e África-ocidental e que no século XVII a palavra quilombo referia-se a um ritual de iniciação de uma sociedade militar dos guerreiros dos povos imbangalas. Ressalta também que para algumas sociedades africanas essa palavra também significava uma espécie de estaca em formato de forquilha utilizada para construir moradias em acampamentos provisórios.

Desta forma, considera que mesmo havendo mais de um significado para a mesma palavra nas sociedades africanas, e de ela estar associada à comunidade de escravos fugidos na América, o autor considera que é possível fazer uma correlação entre os usos desses termos e seus significados nos dois lados do atlântico.²⁴⁴ Nesse sentido, o autor acredita que entender as histórias dos quilombos nas Américas apenas pelo viés da resistência escrava é retirar-lhes sua historicidade, perdendo-se então a possibilidade de entender o funcionamento dessas sociedades, assim como outros eventos correlatos como formas de domínio, percepções políticas, agenciamentos, negociação, violência e vida cotidiana.²⁴⁵

Sendo assim o autor salienta que, diferentemente do que a historiografia clássica definiu, os mocambos no Brasil não se mantiveram isolados e possuíam a capacidade de interação com diversos outros setores sociais, assustando assim as autoridades coloniais e fazendeiros, mostrando como os mocambos não eram comunidades fixas, isoladas e sem transformações. Ele afirma que frequentemente os mocambos desenvolviam práticas econômicas integradas às economias locais e suas relações sociais eram complexas e em muitas regiões brasileiras foram reconhecidos como povoados de camponeses. Afirma ainda que algumas peculiaridades políticas e formas de organização que determinados quilombos adquiriram são reflexos de várias e importantes transformações históricas.²⁴⁶ Pág. 22

O autor aponta o estudo de Mary Karasch sobre quilombos em Minas Gerais e Mato Grosso, no qual é demonstrado a força colonial dos mocambos que se estabeleceram tanto em áreas de mineração quanto nas franjas das fronteiras entre as referidas capitanias para asseverar que qualquer análise que tente produzir uma tipologia dos quilombos deve levar em consideração os cenários sociodemográfico e econômicos em que os mocambos surgiram, sua capacidade tanto de migração quanto de alianças com outros setores da sociedade escravista, como cativos nas senzalas e grupos indígenas. Acrescenta ainda que se faz necessário uma análise da geografia de atuação do quilombo em áreas de fronteiras econômicas abertas ou fechadas.²⁴⁷

Gomes afirma que diferentemente do que ocorria nas insurreições, revoltas e levantes de escravos, os quilombolas nas Américas não lutavam contra a escravidão. Acredita que o que faziam na realidade era redefinir seus contornos e respectiva reprodução, tendo em vista que suas organizações e

²⁴⁴ GOMES, Flávio. Palmares. São Paulo: Contexto. 2017. p. 10.

²⁴⁵ *Idem.* p. 11.

²⁴⁶ *Idem.* p. 22.

²⁴⁷ *Idem.* pp. 22-23.

formas de colaboração e alianças com vários setores da sociedade deixavam intacto o regime escravista. Informa então que há estudos que seguem essa linha interpretativa e consideram os quilombos como uma válvula de escape para tensões entre senhores e escravos. Ainda assim, acredita que a história dos quilombos dialoga com a história das insurreições uma vez que muitas revoltas podiam acabar em aquilombamento, mesmo que essa não fosse a intenção inicial do movimento, tendo em vista que debelada a insurreição, os remanescentes buscavam brechas das florestas para se organizarem em comunidades. Sendo assim, o que atemorizava sobremaneira fazendeiros e colonos era a possibilidade de articulação de grupos quilombolas em áreas rurais e levantes de escravos em vilas e cidades.²⁴⁸

O autor salienta ainda que houve momentos em que os habitantes dessas comunidades conseguiram viver em paz e escapar da reescravização, citando exemplos no México, Guiana, Jamaica e Brasil. Entretanto, ele fala que são poucas as pesquisas que se dedicam a estudar e comparar a ocorrência de formas de negociação e tratados de paz entre quilombolas as forças coloniais em diferentes partes das Américas. Apesar disto, cita como exemplo uma comunidade de *marrons* chamada Aukaner (ou Djunka) que em 1760 negociou a paz com as autoridades coloniais holandesas que reconheceram sua autonomia exigindo a devolução de novos fugitivos e de lealdade, e também uma comunidade no Suriname já citada anteriormente. Ele informa que esta negociou paz com as autoridades coloniais em 1749 possibilitando que um grupo remanescesse até os dias atuais (são denominados saramakas e reúnem cerca de 50 mil indivíduos). Gomes informa ainda que dessa comunidade inicial existiu um grupo dissidente que continuou os embates coloniais.

Cita como exemplo da ocorrência disso no Brasil, a discussão levantada pela Câmara de Salvador em 1640 sobre a possibilidade de um tratado com os mocambos baianos com o envio de um jesuíta que falasse língua deles. Destaca que a proposta feita era que os habitantes dos mocambos se rendessem e se engajassem nas tropas negras, como a do Batalhão dos Henriques. Contudo, por pressão de fazendeiros locais que temiam que isso poderia servir de exemplo para escravos e para outros mocambos da região o acordo não foi levado adiante. Gomes aponta ainda para evidências de tentativas de negociação de rendição no Rio de Janeiro, Maranhão e Grão-Pará entre os anos 1876 e 1880, o que não necessariamente significava serem tratados de paz.²⁴⁹

Frente ao exposto, o autor também declara não haver interesse de sua parte em criar novos mitos e nem exorcizar ou desconstruir os já existentes sobre a história de Palmares, mas sim dar-lhe a perspectiva de uma narrativa panorâmica que aponte conexões com as experiências atlânticas que juntaram Américas, Europas e Áfricas entre os séculos XVI e XVII.²⁵⁰

4.2 – Análises sobre os personagens de Palmares

²⁴⁸ *Idem.* pp. 23-25.

²⁴⁹ *Idem.* pp. 25-27.

²⁵⁰ *Idem.* pp. 32-33.

No que concerne aos personagens do quilombo que nos interessa a análise, este livro traz dois capítulos que tratam diretamente deles. Um trata das biografias de Ganga-Zumba e Zumbi e outro da construção de mitos em torno desses personagens e uma reflexão de Zumbi enquanto herói e da evocação da data de 20 de novembro, que é a data atribuída à morte deste personagem.

Apesar de constar no título do primeiro desses capítulos os nomes de Ganga-Zumba e Zumbi, o autor atem sua análise mais neste último, comparando as mudanças a respeito desse personagem nas edições da obra de Décio Freitas “*Palmares: a guerra dos escravos,*” demonstrando que a cada edição o autor acrescentava nova informação sobre o famoso líder do quilombo. Flavio Gomes salienta também que nas narrativas coloniais sobre Zumbi não há nenhuma descrição física dele e que as figura divulgadas em manuais escolares e livros de história são “invenções recentes e tão fantasiosas” quanto à figura de outros personagens da história do Brasil e do Brasil holandês como Henrique Dias, Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira.²⁵¹

Flávio informa que na primeira edição constam análises sobre as redes familiares e a conspiração contra Ganga-Zumba, e que Freitas teria localizado documentos referentes ao acordo de paz de 1680 e de um plano de Zumbi e de seus agentes para uma rebelião de escravos. Informa ainda que Freitas fez uma análise sobre os significados e as etimologias do nome Zumbi. Comparando então as edições, o autor informa que as principais mudanças na narrativa sobre Zumbi ocorreram da segunda para a terceira edição, devido ao acréscimo de uma nova biografia deste personagem e um novo capítulo intitulado “os que preferiram morrer.” O leitor foi avisado sobre tais mudanças na epígrafe do livro, justificando-as em relação às pesquisas que o autor teria feito nos arquivos portugueses em 1974.²⁵² Não cabe aqui entrarmos em detalhes sobre essa biografia, tendo em vista termos abordado esse assunto no capítulo anterior.

Sendo assim, Flavio Gomes destaca que surgiram nesta edição dados sobre a origem de Zumbi e sobre sua formação crioula devido ao período que teria sido criado por um padre, contudo acentua que Freitas não apresenta a localização exata dos documentos de onde teria tirado tais informações. Seguindo sua análise, Gomes informa que não houve grandes variações entre a terceira e a quarta edição, aparecendo modificações novamente apenas na quinta edição, a partir de novos trechos sobre a carreira militar de Zumbi, nos quais Freitas

²⁵¹ *Idem.* pp. 60-64.

²⁵² *Idem.* pp. 64-65.

afirma que dos 17 aos 22 anos Zumbi passou de chefe de seu próprio mocambo para “general das armas.”²⁵³

Gomes também informa que Décio Freitas havia recebido um convite da Universidade Federal de Alagoas, em 1980, para realizar pesquisas arquivísticas sobre o tema. Tal projeto havia sido intermediado por Gilberto Freyre, contudo Gomes informa que por questões pessoais e desentendimentos Freitas não conseguiu concluí-lo. Desta forma, muitas das informações novas apresentadas por Freitas sobre esse personagem não possui indicação dos documentos e arquivos de onde foram retiradas. Contudo, para Flávio Gomes a dúvida colocada sobre a veracidade não desmerece o trabalho detalhado de Freitas sobre Palmares, sendo este em sua opinião um dos estudos mais completos. Salienta a importância da obra também pelo fato de Freitas ter enterrado de uma vez por todas a teoria de suicídio de Zumbi e abordou o fato de existir escravidão no quilombo.²⁵⁴

Sendo assim, Gomes afirma que sobre a morte de Zumbi não há dúvidas, pois sobram fontes a respeito dessa informação. Com isso, afirma que não há muitas dúvidas “sobre o Zumbi perseguido pelas forças coloniais nas últimas décadas do século XVII.”²⁵⁵

Percebe-se então que apesar de praticamente não citar Ganga-Zumba, Flávio Gomes diferentemente de autores como Décio Freitas e Joel Rufino, constrói sua narrativa sem colocar em oposição Ganga-Zumba e Zumbi, ou seja, não os trata como personagens antagonistas, isto porque não tem como pretensão a construção da imagem desses personagens, mas sim analisar as mudanças e ampliações nas informações que Freitas apresenta sobre este último. Há de ser destacar também que Flávio Gomes traz no início do capítulo uma relação de nomes de líderes, chefes de mocambos e guerreiros que aparecem na documentação colonial, e apesar de não discorrer sobre esses indivíduos, esta informação não havia sido sistematizada por outros autores.

4.3 – Possibilidades de um maior protagonismo de Ganga-Zumba

Enfim, é possível perceber que nessas análises recentes Palmares continua como um exemplo de destaque na resistência dos escravos devido ao tamanho que chegou e ao tempo que durou, contudo a multiplicidade dos campos de pesquisa fez com que esse episódio fosse correlacionado com variados temas dentro do campo de estudo da escravidão.

²⁵³ *Idem.* p. 68.

²⁵⁴ *Idem.* pp. 69-70.

²⁵⁵ *Idem.* p. 71.

Considerando a afirmação de João José Reis exposta acima de que as atitudes tomadas pelos indivíduos indicam o que eles consideravam como direito, percebe-se que a perspectiva analítica de dar voz a agência dos escravos possibilitou uma investigação acerca dos significados em torno dessas ações, ou seja, busca-se entender quais os significados e estratégias que os escravos adotavam em suas ações. Destaco aqui dois artigos da historiadora Silvia Hunold Lara, um no livro *Mocambos de Palmares, história e fontes* e o outro disponível na internet. No primeiro a autora faz uma análise comparativa de três narrativas sobre Palmares com o intuito de demonstrar que havia um modo específico e político como as autoridades portuguesas se referiam a esse evento, afirmando ser o mesmo tratamento dado aos reinos africanos com os quais o Império português fazia negociações com a finalidade de manter e expandir o controle sobre os territórios conquistados.²⁵⁶

Ao dar andamento em sua proposta a autora faz um pequeno balanço historiográfico reconhecendo que a história de Palmares é marcadamente militante e construída como uma saga pela liberdade, na qual o desenrolar dos fatos por si só transpareceria a luta contra a escravidão, apontando para a falta de leitura crítica das fontes. Destaca então, que o conhecimento sobre Palmares se deu através de fontes impressas, coligidas principalmente a partir das publicações dos Institutos Históricos, Ernesto Ennes, Edison Carneiro e Décio Freitas, às quais os pesquisadores preferem recorrer a revisitar os manuscritos originais e, que o esforço de pesquisa se deu principalmente em corrigir os dados e informações presentes nessa documentação através do cruzamento com outras fontes e com a bibliografia a respeito a respeito do assunto. Desta forma, a autora aponta que alguns fatos são lidos reconhecendo a deficiência da interpretação cultural dos portugueses e holandeses ao relatá-los, enquanto outros são considerados relatos plausíveis e fidedignos.²⁵⁷

Nesse sentido, a autora informa que nas últimas décadas as discussões teóricas e metodológicas apontaram para a necessidade de uma avaliação da fonte que leve em consideração seu contexto de produção institucional, as intenções do autor ao escrevê-la e os termos utilizados por este para se referir e qualificar os indivíduos e os eventos, afirmando que essa avaliação mais crítica proporciona um aprimoramento da análise dos documentos abrindo um campo de novas indagações. Desta forma, como dito anteriormente, ao analisar

²⁵⁶ As três narrativas analisadas pela autora são a crônica de 1678 *Relações das guerras feitas aos Palmares* a obra de Rocha Pitta *História da América Portuguesa e Relação verdadeira da guerra que se fez aos negros levantados dos Palmar, governando estas capitâneas de Pernambuco o senhor governador e capitão-geral Caetano de Mello de Castro no ano de 1694*. Esta última a autora informa ter sido descoberta e publicada por Maria Leda Oliveira. LARA. Silvia Hunold. Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII. *Idem*. pp. 100-118.

²⁵⁷ *Ibidem*. *Idem*. p. 103.

três fontes sobre Palmares a autora demonstra um modo específico de aprender o episódio, que seria um modo essencialmente político, e que corresponde ao entendimento que do Império português tinha sobre determinadas situações. Nesse sentido ela afirma que:

“Elas (as narrativas) documentam uma modo específico – essencialmente político – de apreender Palmares, que por sua vez está ligado às contendas políticas envolvendo governantes das Conquistas e diretamente relacionado aos debates sobre as formas de dominação do Ultramar. A tríade Fé, Lei e Rei constitui uma chave interpretativa que se refere a um modo de ocupar terras e dominar gentes característicos do processo colonizador português nos séculos XVI e XVII.”²⁵⁸

Para a autora o fato de serem usados os termos Fé, Lei e Rei na documentação de Palmares é significativo, pois entende que as autoridades portuguesas reconhecendo a presença desses três elementos em Palmares lidavam com a guerra contra o quilombo de forma diferente à guerra empregada contra os povos da América e de modo similar ao modo de lidar com os reinos africanos. Ela informa que essa diferenciação de tratamento se deve porque a guerra contra os indígenas era considerada uma guerra justa, pois consideravam estes povos sem fé, sem lei e sem rei, enquanto, Palmares, assim como os reinos africanos, possuíam era entendido como possuidor desses três elementos de organização social e política.

Sendo assim, a guerra direta não era a única estratégia de lidar com o conflito, havia outras formas como as negociações e acordos diplomáticos, que podiam se desenvolver em alianças com caráter de vassalagem. Desta forma, a autora salienta que “o padrão de relacionamento político entre as autoridades portuguesas e os habitantes da África e da América foi acionada no caso de Palmares,” afirmando que as negociações de paz com Ganga-Zumba foram feitas da mesma forma que os portugueses se relacionavam com os reinos centro-africanos.

Considerando ainda o intuito do documento *Relações das guerras feitas aos Palmares* de 1678 de enaltecer a figura do governador D. Pedro de Almeida, a autora considera também considera significativo o uso do termo “restauração” para se referir à vitória que se acreditava ter conseguido com o acordo de paz, pois o termo havia sido usado para se referir a guerra contra a Espanha em 1640 e a expulsão dos holandeses evidenciando assim que uma vitória sobre Palmares era tão importante enquanto esses outros feitos militares e políticos. Acrescenta-se ainda que a narrativa define Ganga-Zumba enquanto rei, o que poderia ser um

²⁵⁸ *Ibidem. Idem.* pp. 111.

indicativo de os portugueses usarem termos de conhecimento da sua própria cultura para se referir a uma sociedade diferente, mas que segundo a autora pode indicar que os portugueses enxergavam essa organização política, social e militar como similar as que encontravam

Para a autora tudo isso representa um reconhecimento por parte das autoridades portuguesas de um poder com o qual era possível fazer acordos, mas também por outro lado, mostra como os escravos fugidos e seus líderes se relacionaram com as autoridades coloniais. Tal entendimento é desenvolvido melhor em seu artigo “*Palmares e as autoridades coloniais: dimensões políticas de uma negociação de paz.*” Salientando que a história de Palmares perdeu a conexão com a história colonial, a autora considera que a análise dos aspectos políticos das relações entre autoridades coloniais e líderes palmaristas, através do acordo de paz de 1678, revela que os escravos fugidos eram sujeitos políticos, portadores de uma experiência política apreendida em ambas as partes do Atlântico e conhecedores das estratégias portuguesas de dominação.

De acordo com Silvia Lara, esse conhecimento foi adquirido através das experiências de acordos políticos e negociações entre os portugueses e os reinos africanos, que atendiam tanto a necessidade portuguesa de dominação de território, tendo em vista que nem sempre a guerra se mostrou a melhor alternativa, como também atendia aos reis africanos que se utilizavam desses acordos para aumentarem seu prestígio, utilizando-se também de elementos da cultura europeia como forma de distinção social, como os tecidos e arma e o batismo. A autora cita como exemplo os acordos políticos entre os portugueses e o reino do Congo, através do rei *Mvemba-a-Nzinga* que adotou o nome de Afonso I e posteriormente da rainha *Nzinga* que passou a ser conhecida de Ana da Souza.²⁵⁹

É destacado no texto que as autoridades pernambucanas reconheciam a hierarquia interna de Palmares por necessitar do ratifício de Ganga-Zumba enquanto líder, já que os termos do acordo foram tratados por sua comitiva composta por “filhos” e “família.” Além de ratificar os termos do acordo, o líder palmarino precisava responder se era capaz de convencer os demais a aceitar a proposta e, da mesma forma que foram remetidas cartas a Portugal para confirmação do rei. Nesse sentido, a autora afirma que “as três cartas que Aires de Souza de Castro para Ganga-Zumba registradas na secretaria do governo de Pernambuco seguem os rituais da escrita administrativa e do diálogo entre autoridades com crédito e poderes equivalentes.”²⁶⁰

²⁵⁹ LARA, Silvia Hunold. Palmares e as autoridades coloniais: dimensões políticas do acordo de paz. Disponível: <<https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/LaraSHPalmaresasautoridades.pdf>> Acesso em: 17 de jan de 2017 às 17:03.

²⁶⁰ *Idem.* p. 6.

Sobre esse reconhecimento de Ganga-Zumba pelas autoridades coloniais, a autora acrescenta ainda que “seja em Palmares ou em Cucaú a autoridade de Ganga-Zumba não é contestada. Ao contrário: conhecida e nomeada, ela é reafirmada pelo acordo, por essas cartas e pelos rituais característicos da relação entre autoridades governantes.”²⁶¹

A autora informa que, além da forma de tratamento, dos rituais administrativos, troca de cartas e de presentes, o acordo de paz e suas negociações fazem parte de uma prática política de domínio colonial que existente em ambos os lados do Atlântico e que manejava estratégias entre guerra e vassalagem, ou seja, dependendo das circunstâncias tornava-se mais viável fazer acordos com os reinos africanos para que seus líderes tornassem vassalos do rei de Portugal que investir na guerra direta. Contudo, mesmo acreditando que para Ganga-Zumba prevaleceu o modo centro-africano de tratamento e negociações, afirmando que este “negociou e se comportou na execução do acordo de modo semelhante a muitas lideranças africanas diante das autoridades portuguesas do outro lado do Atlântico,”²⁶² a autora afirma que esta parece não ter sido a única lógica usada pelas autoridades coloniais.

Silvia Lara entende que o resultado desse acordo seguia uma lógica que as autoridades coloniais usavam com os índios, a de aldeamento. Os nascidos em Palmares deveriam descer da Serra da Barriga e se estabelecerem em Cucaú, que seria um território dentro do domínio colonial com certa autonomia para autogoverno. Ela destaca o uso do termo “descer” na documentação, afirmando tratar-se de uma expressão relacionada aos deslocamentos populacionais de indígenas promovidos pelas autoridades coloniais portuguesas, que consistia em reuni-los em um aldeamento sob a tutela dos padres jesuítas, cujas terras estariam sob jurisdição especial, ou seja, a mesma estratégia usada no caso de Cucaú.²⁶³

A autora salienta ainda que um dos termos desses acordos – independente de em qual lado do Atlântico isso acontecia – geralmente era o era o batismo. Considerando que ao ser escravizado o africano era batizado, mas sem que isso significasse sua liberdade, provavelmente os escravos que fugiam para Palmares já eram batizados. Por outro lado, à submissão dos índios aos portugueses sucedia o batismo e a conversão da fé, sem que estes perdessem necessariamente sua liberdade, ao menos no aspecto jurídico. Frente a estas constatações a autora entende que vontade dos Palmarinos de se tornarem vassalos do rei e de se batizarem representam por parte destes um conhecimento na forma de proceder dos portugueses nessas determinadas situações, enquanto para os portugueses seguia a lógica de

²⁶¹ *Idem.* p. 7

²⁶² *Idem.* p. 11.

²⁶³ *Idem.* p. 11-13.

sua política de dominação com os aldeamentos indígenas e de acordo com os reinos africanos, tratando-se de uma forma de incorporação dos africanos e indígenas à hierarquia colonial.²⁶⁴

Considerando ainda que no período de liderança de Ganga-Zumba, Palmares estava deixando de ser uma pluralidade de mocambos desorganizados, para se transformar em uma organização de mocambos organizados sob um poder central, a autora afirma que Palmares estava se tornando um Estado Africano nos moldes centro-africanos de reino cuja sucessão se daria por linhagem. Nesse sentido, ela acredita que o aceite por parte de Ganga-Zumba ao acordo de 1678 e sua associação com os portugueses significava uma estratégia deste para aumentar seu prestígio e solidificar seu poder e para manter sua linhagem e súditos a salvo da destruição.

É possível perceber então que a análise de Silvia Lara tem uma tendência de tentar apreender o significado de determinados fatos para os palmaristas enquanto sujeitos históricos e agentes de seus destinos e vontades, o que se coaduna com a historiografia recente. O desenvolvimento da pesquisa histórica sobre o continente africano permitiu a ela e a demais historiadores da recente historiografia a analisar o Quilombo de Palmares sob um novo aspecto, considerando os acontecimento e processos históricos em ambos o lado do Atlântico e relacionando-os. Percebe-se então, apesar de tais análises não desconstruir o destaque dado a Palmares pela historiografia culturalista e principalmente marxista do século XX, possibilita uma maior visibilidade a outros personagens.

Percebe-se que no século XIX os autores apenas citam Zumbi, com exceção de Pedro Paulino da Fonseca que fala de Ganga-Zumba, mas com a possibilidade de este ser considerado um traidor. Ganga-Zumba também aparece nas análises de Nina Rodrigues no início do XX e nos trabalhos dos autores da vertente culturalista, contudo o destaque das narrativas continua sendo Zumbi. Na vertente marxista percebe-se uma construção do personagem Zumbi em comparação ao personagem que o precedeu na liderança do quilombo, e atendendo uma lógica de símbolo de resistência e de luta de classes, o primeiro é representado como aquele que não se rende, não desiste e continua lutando contra a opressão, enquanto o segundo é representado como aquele que não soube lidar com as circunstâncias e foi ludibriado pelas autoridades coloniais ao aceitar o acordo, como se este fosse apenas uma estratégia do governo Pernambucano para enganar os palmaristas, fazê-lo abandonar sua proteção na Serra da Barriga e destruí-los.

²⁶⁴ *Idem.* p. 13-14.

A historiografia atual não tem pretensão de construção de heróis, como a vertente interpretativa anterior, e com dito acima, buscando dar voz aos escravos enquanto agentes históricos acabaram por dar atenção a outros personagens e acontecimentos antes ignorados. Nesse sentido, percebe-se que o personagem Ganga-Zumba foi analisado sob uma ótica diferente, o que lhe possibilitou uma maior visibilidade e uma representação diferente.

Conclusão

Palmares esteve quase sempre presente na historiografia brasileira, mesmo que não houvesse novas informações sobre o assunto e os dados fossem repeditos sem grandes variações. Analisando a produção a respeito desse tema em cada período, é possível perceber a predominância de uma interpretação negativa nos séculos XVII ao XIX, o que começaria a modificar no início do XX, chegando ao ponto em que o quilombo e seu último líder Zumbi foram considerados símbolos da resistência contra a escravidão.

As teorias em que os autores estavam inseridos no contexto de suas produções historiográficas influenciaram sobremaneira a forma como Palmares era interpretado e também seus personagens. Brito Freyre, Loreto Couto e Rocha Pita escrevem no século XVIII e seus trabalhos tem a intenção de exaltar os indivíduos que estiveram a serviço do rei e os eventos relacionados à colonização portuguesa, além de registrar os grandes feitos dos portugueses em sua colônia nas Américas. No caso de Brito Freyre era uma clara resposta aos cronistas holandeses que haviam registrado as ações de seus conterrâneos.

Desta forma, nesses registros Palmares aparece como um dos transtornos enfrentados nas capitanias de Pernambuco, e seus habitantes eram descritos como causadores de distúrbios à população colonial. Rocha Pita acredita que a relação comercial que a população colonial mantinha com os palmaristas era em decorrência do medo das represálias que poderiam sofrer caso se negassem a realizá-la. Este autor destaca a ação do governador da capitania Caetano de Mello e Castro dizendo que este assumiu a empreitada que nenhum outro conseguiu finalizar, afirmando ainda que quanto maior a dificuldade maior seria a glória daquele que a vencesse. Nesse sentido, percebe-se que a inclusão desse episódio em sua narrativa tem a intenção de demonstrar as habilidades da Coroa Portuguesa em debelá-lo.

A obra de Loreto Couto por sua vez tem a intenção de mostrar a capacidade dos pernambucanos em lidar com a situação instaurada na capitania, constando como um registro da memória de seus habitantes, e por isso considerada uma das obras de fomento de uma identidade pernambucana. Nessas obras não há citação a respeito de Ganga-Zumba, apenas Zumbi aparece e é descrito como um guerreiro experiente e capaz que causava terror na região. Contudo, a intenção dos autores não era valorizar esse personagem e sim aqueles que o enfrentou.

Na documentação produzida pela administração colonial no século XVII, além de palmares aparecer também como um dos transtornos da capitania e um perigo eminente, percebe-se que este é colocado no mesmo patamar de outras guerras e outros inimigos enfrentados pelos portugueses como os holandeses. Desta forma, as participações nas entradas

contra Palmares aparecem nas petições de soldos e patentes como um dos bons serviços prestados ao rei.

No século XIX os autores estrangeiros que se referem a Palmares tendem a reproduzir as mesmas informações de Rocha Pita, por terem usado a obra desse autor como fonte, e palmares aparece como um dos episódios da história do Brasil que precisam ser citados. Predomina uma visão negativa do quilombo, com exceção de Robert Southey que chega a apontar algumas características positivas dos palmaristas, além de considerar que defendiam a liberdade e isso seria uma causa válida em sua visão.

Nesse período no Brasil, a criação do IHGB e construção do projeto de nação influenciam na publicação de fontes documentais sobre Palmares e na publicação de alguns artigos sobre o assunto, contudo, a despeito disto percebe-se um silenciamento sobre temas que carregam alguma relação com a população negra. Desta forma, quando citado Palmares é visto como um entrave civilizatório, que não corresponde ao projeto de civilização que teria sido implantado pelos portugueses em terras brasileiras. Adolfo Varnhagem é um dos autores do período que seguem essa linha interpretativa. A publicação do documento *“Relação de guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador Pedro de Almeida de 1675 a 1678”* possibilita o conhecimento personagens como Ganga-Zumba que é citado em artigo de Pedro Paulino da Fonseca, sugerindo que o aceite de paz seria apenas uma estratégia de Ganga-Zumba para recuperar seus familiares que haviam sido capturados, configurando uma traição e um desvio das intenções de Pedro de Almeida.

Perdigão Malheiros considera Palmares um episódio notável demais para deixar de ser citado, contudo a intenção do autor em sua escrita difere, pois diferentemente do demais ele considera necessário discutir assuntos relacionados à escravidão e à população negra a fim de solucionar os problemas gerados por essa instituição. Desta forma, faz um tratado jurídico sobre a condição do negro e do trabalho servil no país. Apesar de não apresentar muitas diferenças a respeito das informações sobre organização política, militar e econômica de Palmares, é possível considerar que seu posicionamento sobre o episódio diferente dos demais por acreditar que a condição jurídica de coisa fazia o escravo perder sua dignidade humana, mas não o fazia abandonar a vontade da liberdade e resistir à dominação, então as fugas e as reuniões dos escravos em comunidades algo inerente à escravidão e um dos seus corretivos naturais. No que concerne ao tratado de paz considera que a iniciativa se deu por parte dos Palmaristas e não fala sobre o insucesso deste.

Oliveira Martins dedica um capítulo de seu livro a Palmares narrando-o em tom épico ao afirmar que considera este um exemplo nobre e heroico da luta dos escravos pela liberdade

cunhando o epíteto “Tróia Negra,” que será repetido mais tarde por Raimundo Nina Rodrigues. Apesar do tom que emprega para a narrativa, Oliveira Martins norteia sua obra a partir das teorias de inferioridade da raça negra e é dito que a parte que se refere ao quilombo destoa do restante do livro. O autor fala de Zumbi como um título de liderança do quilombo, mas ao mesmo tempo repete a narrativa a respeito do suicídio do último líder palmarino. Ou seja, mesmo entendendo Zumbi enquanto título, e não o nome de um indivíduo, o que sugere a existência de vários Zumbis, o autor narra apenas os acontecimentos envolvendo um único indivíduo, tendo em vista a replicação da teoria de Rocha Pita.

Referências

- ABREU, Capristano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976.
- AVELAR, Alexandre e GONÇALVES, Márcia. Giro Linguístico e Escrita da História nos séculos XX e XXI: Elementos para um debate. *In*: MEDEIROS, Bruno Franco; DE SOUZA, Francisco Gouvea; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Matheus H.F. Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- BENIGNO, Francesco. Qué es la historia hoy? Reflexiones sobre la transformación de una disciplina. *In*: PALOS, Joan-Lluís e SÁNCHEZ-COSTA, Fernando (eds.). As vueltas com el pasado. Historia, memoria y vida. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitatde Barcelona, 2013.
- BARLÉUS. Gaspar. História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil. Tradução e anotações de Claudio Brandão Rio e Janeiro: Serviços Gráficos do Ministério da Educação.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.
- CARNEIRO. Edison. O quilombo dos Palmares. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2011.
- CLARENCE. José de. Os Holandeses no Brasil. Jaguariúna: Revista Intellectus. Ano VII, n. 17. p. 179. Disponível em: <<http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=183>> Acesso: 20 de out de 2018, às 16:22
- CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.
- COUTO. Domingos Loreto. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional. 1904.
- CORRÊA. Mariza. Ilusões de liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco. 2001.
- DAMASCENO, Felipe. Conexões e travessias no Atlântico Sul: Palmares, Africanos e espaços coloniais numa abordagem comparada (século XVII). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- DENIS. Ferdinand. Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1980.
- ENNES. Ernesto. As guerras nos Palmares, subsídios para a sua história. 1º volume Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938.
- FERNANDES. Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Editora Globo. 2008.

FONSECA. Pedro Paulino da. Memórias dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, n. 39, 1876.

FUNARI. Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: GOMES, Flávio & REIS, João José (org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRANCHETTI. Paulo. Oliveira Martins e o Brasil. Disponível: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8636167/3876>> Acesso em: 02 de jul de 2018 às 17:35.

FREITAS. Décio. Palmares: a guerra dos escravos. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1984.

FERRETI. Sergio Figueiredo. Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*. São Luís, v. 10, n. I, jan/jun. 1999.

FREYRE. Francisco Brito. A Nova Lusitânia, história da guerra brasílica. Disponível: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/16581>> Acesso em 29 out. 2017.

FREYRE. Gilberto. Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Editora Global. 2003.

GOMES, Flávio. Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

_____. De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

_____. Palmares. São Paulo: Contexto. 2017.

GUIMARÃES. Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagem: História Geral do Brasil. In: *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico II / Lourenço Dantas Mota (org.)*. São Paulo: Serial, 1999.

GUIMARÃES. Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n. 1, 1988.

JESUS, Roger Lee Pessoa de. A história da América Portuguesa (1730) de Sebastião Rocha Pita: o contexto, o autor e a obra. Coimbra: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. vol. 11, 2011. Disponível: <<http://hdl.handle.net/10316.2/39480>> Acesso em: 18 fev. 2018.

LARA. Silvia Hunold. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: GOMES, Flávio & REIS, João José (org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LARA. Silvia Hunold. Palmares e as autoridades coloniais: dimensões políticas do acordo de paz. Disponível: <<https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/LaraSHPalmaresasautoridades.pdf>> Acesso em: 17 de jan de 2017 às 17:03.

LINDLEY, Thomas. Narrativa de uma viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editorial Nacional. 1969.

MALHIEIROS, Agostinho Marques Perdigão. A escravidão no Brasil: Ensaio histórico-jurídico-social. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1866.

MATTOS, Hebe. Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História – 2007. Disponível: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Hebe%20Mattos.pdf>> Acesso em 21 nov. 2016

Memória da Justiça Brasileira, Capítulo 16 de Olinda a Olanda. Disponível em <http://www.tj.ba.gov.br/publicacoes/mem_just/volume1/cap16.htm> Acesso: 20 de out de 2018, às 16:22.

MILLER, Joseph C. A África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: Diáspora Negra no Brasil / Linda M. Heywood (org.) São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MUNAGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível: < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>> Acesso em 31 jul. 2018 às 21:23.

NIEUHOF, Joan. Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil. Tradução Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins. Disponível: <https://books.google.com.br/books/about/Memor%C3%A1vel_viagem_mar%C3%ADtima_e_terrestre.html?id=vOguAAAAIAAJ> Acesso em 07 fev. 2018.

ODÁLIA, Nilo (org.) Varnhagem. São Paulo: Ática, 1979.

OLIVEIRA, Cintia Gonçalves Gomes. Sebastião Rocha Pita e a História da América Portuguesa no contexto de Portugal na primeira metade do século XVIII – Primeiras ideias. ANPUH/SP. Disponível <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467661803_ARQUIVO_Cintia_GoncalvesGomesOliveiraAnpuh.pdf> Acesso em: 18 fev. 2018.

MARTINS, Oliveira J. P. O Brasil e as colônias portuguesas. 5ª edição. Lisboa: Typographia da Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora. 1920.

PITA, Sebastião Rocha da. História da América Portuguesa. História da América Portuguesa. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730.

PONTES, Rodrigo Francisco Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos à História e Geographia no Brasil? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, n.3, 1841.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira. In: S. Santiago (coord.) Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

PRICE. Richard. Palmares como poderia ter sido. *In*: GOMES, Flávio & REIS, João José (org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMOS, André da Silva. Robert Southey e a experiência da história de Portugal: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana. 2013.

RAMOS. Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil. 1956.

REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi: historiografia e imagens*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Franca. 2004.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES. Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010.

SANTOS. Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo: Global, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ. Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA. Bruno. *Fabricando Identidades*. Disponível: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/04/15a1.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2018.

SOUTTHEY. Robert. *History of Brasil*. Part the first. London: 1810. pp. 495-496; Part the third. 1819.

SOUZA. Thyago Ruzemberg Gonzaga de. De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro.” *Revista Temporalidades*. UFMG, vol. 5, n. 2, mai/ago, 2013.

THIESSE. Anne-Marie. *Ficções criadoras: as identidades nacionais*. Anos 90, Porto Alegre, n. 15, 2001, 2002.

VANHARGEN. Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª Edição. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Laemmert. 1871.